

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO
ECOLÓGICO, REALIZADA EM BARRA DO GARÇAS, NO DIA 04 DE ABRIL DE 2009, ÀS
09:00 HORAS.

ATA Nº 011

PRESIDENTE - DEPUTADO RIVA

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Senhoras e senhores, autoridades presentes, bom-dia!

Quero pedir a todos, a partir deste momento, o máximo de silêncio para que possamos efetivamente iniciar o processo de discussão do zoneamento.

Declaro aberta a presente Audiência Pública para discutir o Zoneamento Socioeconômico Ecológico do Estado no polo de Barra do Garças.

Abrindo esta Audiência Pública, quero convidar para ocupar a mesa o nosso Vice-Governador do Estado, Silval Barbosa; os membros da Comissão Especial do Zoneamento, Deputado Dilceu Dal Bosco, Presidente; o Relator, Deputado Alexandre Cesar; o membro da Comissão e 4º Secretário da Assembleia Legislativa, Deputado Adalto de Freitas - Daltinho; o membro e Vice-Presidente da Comissão, também desta região, Deputado Percival Muniz; o Deputado do PR, João Malheiros; o membro da Comissão, Deputado Airton Português; o recém-empossado que também veio discutir a matéria, Deputado Mário Lúcio. (PALMAS)

Quero agradecer pela presença e convidar para participar da mesa o Deputado Federal Eliene; o Deputado Federal Homero Pereira; o Deputado Federal Valtenir Pereira; o Suplente de Deputado Federal Eduardo Moura; o Conselheiro do Tribunal de Contas, ex-Deputado Estadual desta região, Conselheiro Humberto Bosaipo; o Deputado Federal Welinton Fagundes; o Prefeito desta cidade Wanderley Farias; a Presidente da Câmara Municipal, Vereadora Antônia Jacob Barbosa; o Secretário de Estado de Desenvolvimento Rural Neldon Egon; e os Prefeitos Municipais presentes.

Peço aos senhores prefeitos que não forem aqui citados que se apresentem ao Cerimonial para os devidos registros.

Cumprimento, agradeço pela presença e convido para compor a mesa o Prefeito de Querência, Fernando Görgen - parabênizo a Comitiva de Querência; o Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte, Nilson Francisco Aléssio; o Prefeito Municipal de Água Boa, Mauricio Cardoso Tonhá; o Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Gerson Rosa de Moraes; o Prefeito Municipal de Canarana, Walter Farias; o Prefeito Municipal de Torixoréu, Máximo Antônio Rodrigues dos Santos, o Barriga; o Prefeito em Exercício de Ribeirão Cascalheira, Daniel Corrêa Beraldo; o Prefeito de Nova Xavantina, nosso amigo Gercino Caetano Rosa; o Prefeito de Novo São Joaquim, Leonardo Farias Zampa; o Prefeito de Cocalinho, Luiz Henrique do Amaral; a Prefeita de General Carneiro, Magali Vilela de Moraes; e ratifico o Prefeito de Pontal, Gerson Rosa de Moraes. (PALMAS)

Peço desculpas e convido para participar da mesa o representante do Ministério do Meio Ambiente, Sr. Roberto Vizentin;

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO
ECOLÓGICO, REALIZADA EM BARRA DO GARÇAS, NO DIA 04 DE ABRIL DE 2009, ÀS
09:00 HORAS.

Convido para compor a mesa o representante da Secretaria Estadual de Planejamento e Coordenação Geral, Subsecretário, Arnaldo Alves;

Composta a mesa, convido a todos para cantarmos o Hino Nacional.
(EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL.)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Quero, mais uma vez, agradecer a todos pela presença.

Faço um agradecimento especial àqueles que contribuíram com a organização deste evento, bem como ao Deputado Adalto de Freitas - Daltinho.

Saúdo aqui todas as autoridades, todos os Vice-Prefeitos, Vereadores e toda sociedade aqui presente na pessoa do Vice-Governador.

Eu gostaria, em rápidas palavras, primeiro, de dizer a todos os senhores e senhoras que esta Audiência Pública está sendo transmitida ao vivo para Cuiabá, através da TV Assembleia; para Água Boa, através do Sistema Brasileiro de Televisão; aqui para Barra do Garças, através da *Record*, da *Band* e do *STB*, e para Sinop, através da *Bandeirantes*.

Quando a Assembleia Legislativa toma a iniciativa de vir discutir uma matéria desta envergadura, e abre à discussão - faço questão de frisar isso, Deputado Dilceu Dal Bosco, que é Presidente; Deputado Alexandre Cesar e demais membros - é porque ela não é uma proposta pronta e acabada. Estamos aqui para construir o melhor Zoneamento. Podem sair sugestões aqui que podem ser acatadas pela Comissão.

Então, enganam-se aqueles que acham que o Zoneamento o Governo enviou para a Assembleia para ser aprovado daquela forma. É uma proposta em discussão e a discussão não encerra aqui também. Encerra aqui apenas os pontos que forem consenso. Aqueles pontos que não forem consenso vão ser discutidos em Cuiabá, com a presença de lideranças desta região.

Eu quero destacar, por exemplo, a situação de Querência. O Prefeito Fernando, os Vereadores, encabeçados pelo Telmo, pelo Neuri, por todos os Vereadores nos pediram que fizesse lá uma discussão e eu disse para o Prefeito que não teríamos problema nenhum, mas como estava em cima da hora nos faríamos aqui esse Seminário e essa Audiência Pública. Se não ficar resolvido e se o Município de Querência ainda achar que precisa ir alguém lá, técnicos da Assembleia Legislativa, o Relator ou o Presidente, sem problema nenhum! A Assembleia Legislativa sempre se dispôs a isso e nós vamos com o maior prazer (PALMAS).

Outra questão que eu gostaria de esclarecer. Infelizmente, a classe política e muito desunida. Às vezes, os próprios políticos denigrem a classe política. Já vi político dizer o seguinte: “Ah, essa é uma discussão política”.

Esqueçam! Nós estamos aqui para discutir o futuro do nosso Estado. Aqui a política que pode prevalecer e a melhor política de Zoneamento para o nosso produtor e para uma boa gestão ambiental (PALMAS).

Não tem política nessa discussão! Até porque, Vice-Governador Silval Barbosa, esse Zoneamento aqui... Engana-se quem acha que a discussão vai acabar lá na Assembleia Legislativa com a votação da proposta. Está aqui o representante do Meio Ambiente, estão aqui os membros da Comissão, estão aqui os Deputados Federais.

Esse Zoneamento vai passar pela Comissão Nacional de Zoneamento e vai passar pelo CONAMA.

Portanto, se não respeitarmos a legislação vigente, naturalmente que ele não vai ser aprovado. Está lá o Zoneamento do Pará sendo apreciado. Está lá o Zoneamento de Rondônia que

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO
ECOLÓGICO, REALIZADA EM BARRA DO GARÇAS, NO DIA 04 DE ABRIL DE 2009, ÀS
09:00 HORAS.

demorou dois anos ou quase três anos para ser colocado em prática, porque tinha distorções que precisavam ser corrigidas.

Então, eu quero deixar isso muito claro e dizer aos nossos produtores que a Assembleia Legislativa nunca deixou o setor produtivo na mão. Prova é que votamos o MT Legal para o Governador conseguir agora assinar o Termo de Cooperação Técnica, que é a grande conquista do setor produtivo.

O MT Legal evitará que vocês tomem essas multas abusivas, permitirá que vocês regularizem a situação de vocês, até porque, Srs. Deputados Estaduais e Federais, a culpa da ocupação desordenada aqui não é do produtor, não, é da ausência do Estado, muitas vezes. Então, é preciso corrigir essas distorções (PALMAS).

Fiquem de olho, vamos fazer também um processo de discussão contra o Código Ambiental. Estará chegando à Assembleia Legislativa, dentro de alguns dias, o nosso Código Ambiental!

Aí eu falo para os nossos Deputados Federais, que se dediquem lá em Brasília. Eu sei que a Bancada de Mato é pouca, são oito Deputados Federais e três Senadores, mas o Congresso Nacional precisava votar com mais urgência, por exemplo, se tivéssemos votado a 2166, se tivesse votado a transformação dela em lei, muitos problemas poderiam ter sido evitados. Infelizmente, o Congresso Nacional anda num estado de paralisia, as medidas provisórias têm atrapalhado muito.

A Assembleia Legislativa, suplente de Deputado Eduardo Moura, em sentido contrário. O Zoneamento que era para demorar um ano de discussão, vamos votar, se Deus quiser, até julho agora. Vamos fazer sete ou oito seminários. Não é, Deputado Dilceu Dal Bosco? Vamos votar até julho.

Então, eu quero aqui agradecer os Municípios de Barra do Garças, Querência, Ribeirão Cascalheira, Água Boa, Nova Nazaré, Campinópolis, Nova Xavantina, Cocalinho, General Carneiro, Novo São Joaquim, Araguaiana, Torixoréu, Ribeirãozinho, Ponte Branca, Canarana, Pontal do Araguaia e Araguainha.

Gostaria de pedir, porque temos quarenta e cinco inscrições, fora a mesa, inclusive, gostaria de pedir às autoridades, a todos que estão inscritos, vamos estabelecer um tempo, a assessoria irá cobrar, porque queremos a participação de todos. Terminou o tempo, não tem jeito, porque se todo mundo aqui quiser falar, nós levaremos a Audiência Pública até onde for preciso. Não temos problema, se for preciso ficar aqui o dia todo, ficaremos, mas eu quero pedir que respeite o tempo para oportunizar todos a uma boa discussão. E que os membros da mesa, inclusive o Governador, os Deputados Federais, é importante que eles venham aqui, está aqui Conselheiro do Tribunal de Contas, que é desta região, é importante que todos coloquem suas posições, nós vamos respeitar o tempo para fazermos uma boa discussão.

Quero agradecer todos vocês e convidar para presidir, a partir de agora, o Presidente da Comissão Especial do Zoneamento, Deputado Dilceu Dal Bosco (PALMAS).

(O DEPUTADO DILCEU DAL BOSCO ASSUME A DIREÇÃO DOS TRABALHOS ÀS 10:04 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (DILCEU DAL BOSCO) - Bom-dia a todos!

Cumprimento aqui o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Riva, e em seu nome os demais Deputados; Vice-Governador Silval Barbosa; todos os Deputados Federais; o Conselheiro, ex-Deputado Humberto Bosaipo, todos os Prefeitos, Vice-Prefeitos, Secretários de Estado aqui presentes, Vereadores, autoridades e lideranças de segmentos da nossa sociedade civil

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO
ECOLÓGICO, REALIZADA EM BARRA DO GARÇAS, NO DIA 04 DE ABRIL DE 2009, ÀS
09:00 HORAS.

organizada, os movimentos sociais, setor produtivo, Organizações Não-Governamentais, poderes constituídos, enfim, todo o povo querido da nossa região de planejamento... (FALHA TÉCNICA)

Portanto, retomando, convido o Prefeito de Campinápolis, Sr. Altino Vieira para fazer parte da mesa (PALMAS).

A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso abre a oitava Audiência Pública no Município de Barra do Garças, dando sequência aos trabalhos realizados no 8º Seminário Técnico que aconteceu nos dias 02 e 03 de abril, com o objetivo de discutir com a sociedade o Zoneamento Socioeconômico Ecológico do Estado na Região de Planejamento IV.

Esta Região de Planejamento, que tem como polo Barra do Garças, é composta pelos Municípios de Água Boa, Araguaiana, Araguaína, Campinápolis, Canarana, Cocalinho, General Carneiro, Nova Nazaré, Nova Xavantina, Novo São Joaquim, Pontal do Araguaia, Ponte Branca, Querência, Ribeirão Cascalheira, Ribeirãozinho e Torixoréu.

O Zoneamento é um instrumento técnico-político de grande importância para o Planejamento Estratégico.

Seu objetivo é promover o desenvolvimento sustentável de unidades territoriais, definindo diretrizes adequadas de uso e ocupação.

O Projeto de Lei nº 273/08, que propõe o Zoneamento, chegou ao Poder Legislativo através da Mensagem nº 25/08, do Governo do Estado. Portanto, com vista à necessidade da participação da sociedade para validação do processo, a Assembleia Legislativa criou a Comissão Especial do ZSEE para tratar exclusivamente do tema e promover debates nos Seminários que precedem as Audiências Públicas.

No Seminário Técnico foram acolhidas as sugestões e propostas de todos os segmentos da sociedade que se fizeram representar.

Os grupos de trabalho que foram divididos de acordo com as categorias de uso trabalharam as diretrizes sociais, econômicas e ecológicas, sendo as sugestões e propostas apresentadas numa grande maioria em consenso.

Cada grupo de trabalho formulou um relatório, sendo esses resultados apresentados a todos na plenária que aconteceu ontem, no período vespertino, e hoje serão apresentados pelo Relator dessa Comissão.

A participação efetiva de cada entidade e segmento que se fez representar foi registrada pela Comissão Técnica em documento legítimo que traz as propostas para a validação do projeto de lei.

Esta Audiência Pública conclui os trabalhos da Região de Planejamento IV, e formaliza o acolhimento das propostas e sugestões de toda a sociedade desta região.

Deixo aqui registrado que a Assembleia Legislativa, através da Comissão Especial do Zoneamento, já realizou 07 seminários e audiências públicas nas regiões de planejamento VI (Cuiabá/Várzea Grande), V (Rondonópolis/Paranatinga), IX (Diamantino), VIII (Tangará da Serra), VII (Cáceres/Pontes e Lacerda); e nos dias 16, 17 e 18 de abril, dando seguimento aos Seminários Técnicos e Audiências Públicas, estaremos no Município de Juína - cidade/Polo da Região de Planejamento I, lembrando a todos que o calendário das próximas Audiências Públicas já está disponibilizado no *site* da Assembleia Legislativa.

Portanto, Deputado Riva, aqui hoje, nós chegamos à metade da discussão do Zoneamento Socioeconômico Ecológico nas várias regiões do Estado de Mato Grosso, que são 15 Seminários e 15 Audiências Públicas.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO
ECOLÓGICO, REALIZADA EM BARRA DO GARÇAS, NO DIA 04 DE ABRIL DE 2009, ÀS
09:00 HORAS.

A Comissão Especial do Zoneamento Socioeconômico Ecológico do Estado de Mato Grosso é assim composta.

Titulares:

Deputado Dilceu Dal Bosco – Presidente;
Deputado Percival Muniz - Vice-Presidente;
Deputado Alexandre Cesar – Relator;
Deputado Adalto de Freitas-Daltinho – Membro;
Deputado Aírton Português – Membro.

Suplentes:

Deputado José Domingos Fraga;
Deputado Otaviano Pivetta;
Deputado Nilson Santos;
Deputado Ademir Brunetto.

Equipe Técnica da Comissão Especial do ZSEE:

Abílio Camilo Fernandes Neto;
Érica Cezarine de Arruda;
Josevane Reis da Fonseca;
Luciana Ferraz Dias;
Margareth Roberta e Silva Pozzobon;
Valdecir Pinho Calazans;
Waleska Cardoso;
Washington Braga Costa.

Agradecemos ao Município de Barra do Garças pelo apoio.

E, de maneira muito especial, ao Sr. Marcelo Soler, diretor da UNIVAR, que gentilmente cedeu o espaço para realização do seminário técnico; e também ao professor Eduardo, Vice-Reitor da UNIVAR.

Nossos agradecimentos especiais ao nosso querido Deputado Adalto de Freitas - Daltinho, que é membro dessa Comissão Especial e que em muito colaborou para a realização desta Audiência Pública, juntamente com a sua equipe.

Então, em nome da Comissão, Deputado Adalto de Freitas - Daltinho, nossos agradecimentos. Vossa Excelência é conhecedor e sabe das necessidades que a Comissão tem, e a Assembleia Legislativa, dos pré-requisitos para que pudéssemos realizar esse Seminário. E, prontamente, Vossa Excelência, através da sua equipe, nos ajudou para que isso acontecesse.

Assim, ainda de maneira especial ao Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Sr. Gerson Rosa, e ao Vereador e Presidente da Câmara Municipal de Pontal do Araguaia, Sr. Miguel Arcanjo, que colaboraram com nossa equipe técnica na realização do evento.

E, por fim, agradecer de forma muito especial os senhores que estão aqui. Os senhores, através dos segmentos que os mesmos representam, é que farão com que cheguemos à melhor proposta, no melhor projeto, para o nosso Estado e para as futuras gerações. Sem distinção, a todo segmento da sociedade civil organizada, movimentos sociais, setor produtivo, organizações não governamentais, poder constituído através das Prefeituras, Câmaras Municipais, Poder Judiciário, Ministério Público, enfim, a todos os senhores que estão, hoje, marcando a história de Mato Grosso na construção do Projeto do Zoneamento.

Quero agradecer a toda Imprensa, que depois estarei citando o nome de cada uma que está cobrindo este evento, principalmente, aqueles que estão transmitindo ao vivo através da

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO
ECOLÓGICO, REALIZADA EM BARRA DO GARÇAS, NO DIA 04 DE ABRIL DE 2009, ÀS
09:00 HORAS.

geração da TV Assembleia. Inclusive, lá na cidade de Sinop, já preparando aquela região, a Band Sinop transmitindo.

Agradecimentos a todos os Parlamentares e autoridades. E, dizer que a metodologia, a sistemática desta Audiência Pública é muito simples e muito prática.

Eu reitero o pedido do nosso Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Riva a todas as autoridades que compõem a mesa. Nós recebemos algumas reclamações das Audiências Públicas anteriores, exatamente do espaço cedido àqueles inscritos da plateia.

Então, nós temos que ter a nossa consciência do limite de tempo das autoridades, para que todos os inscritos possam participar. Isso não significa que não possamos ficar aqui o dia inteiro, só que a Audiência Pública ficará improdutiva.

Então, fica aí o nosso apelo, como Presidente da Comissão Especial do Zoneamento.

Por fim, nós passaremos a palavra ao Relator e, na sequência, teremos a fala do nosso Vice-Governador Silval Barbosa; em seguida, o Prefeito desta cidade, o Sr. Wanderley Farias. E, assim, nós estaremos intercalando as falas das autoridades com as falas das inscrições da plateia.

Portanto, passo a palavra ao nobre Relator, Deputado Alexandre Cesar (PALMAS).

O SR. ALEXANDRE CESAR (RELATOR) - Obrigado, Deputado Dilceu Dal Bosco, Presidente da Comissão Especial do Zoneamento Socioeconômico Ecológico do Estado de Mato Grosso.

Para que possamos ganhar tempo e ouvir toda a comunidade presente, cumprimento toda mesa de autoridades nas pessoas do Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Riva, e do Vice-Governador do Estado, Sr. Silval Barbosa.

Quero registrar que durante dois dias, como mencionou o Sr. Presidente, o debate foi bastante aprofundado sobre o tema. O Relatório final do Seminário Técnico contém trinta e quatro páginas e, por isso, faremos aqui a leitura de uma síntese, que contém sete páginas, onde constam os principais itens levantados durante esse Seminário.

Não é mais preciso registrar a nossa satisfação por ver a participação tão significativa de toda comunidade desta região, do Planejamento IV.

Quero agradecer a participação de todos e dizer que, a partir desta interação, desta participação, estamos não só validando socialmente o Zoneamento, mas, também, legitimando sua aplicação no futuro. O envolvimento de todos é fundamental para que, além dos Poderes constituídos, a sociedade mato-grossense possa ter o seu Zoneamento Socioeconômico Ecológico, o seu roteiro de ação, para no futuro desenvolver no Estado o grande desafio, que é fazer o desenvolvimento sustentável.

Peço licença a todos para ler sentado. Com licença!

Como já mencionado, a Região de Planejamento IV, polo de Barra do Garças, é composta pelos seguintes Municípios: Água Boa, Araguaiana, Campinápolis, Cocalinho, Nova Nazaré, Novo São Joaquim, Pontal do Araguaia, Ribeirão Cascalheira, Torixoréu, Araguaiana, Barra do Garças, Canarana, General Carneiro, Nova Xavantina, Ponte Branca, Querência e Ribeirãozinho.

“O Grupo 1, que teve como facilitadora Waleska Cardoso, discutiu:

Subcategoria 3.3. Áreas que requerem manejos específicos em ambientes com elevada fragilidade, bem como a zona 3.3.3 e subzonas 3.3.3.a, 3.3.3.b e 3.3.12.

Categoria 1 - Estrutura produtiva consolidada ou a consolidar.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO
ECOLÓGICO, REALIZADA EM BARRA DO GARÇAS, NO DIA 04 DE ABRIL DE 2009, ÀS
09:00 HORAS.

Todas as indicações referentes à zona e subzonas acima descritas foram alteradas, sendo que, das propostas apresentadas, algumas foram em consenso e outras não.

Com consenso, a sugestão de suprimir integralmente da diretriz social nº 15b, que tem a seguinte redação: ‘Proibir o uso de defensivos agrícolas na área de entorno da Terra Indígena Pimentel Barbosa’.

Na diretriz econômica de nº 37a houve um grande debate para que as sugestões fossem registradas de maneira consensuada, porém, mesmo com o tempo de discussão dos participantes, não houve consenso em torno desta diretriz;

Sem consenso, também, a proposta de supressão das diretrizes de nºs 9, 15a, 129, 3 e 8,

Houve consenso da inclusão de novas diretrizes:

‘- Estimular a implantação e melhoria de equipamentos de educação e saúde e de profissionais qualificados no Polo Regional de Barra do Garças;

- monitorar o uso de agrotóxicos e afins à saúde pública da população envolvida e à qualidade ambiental em área de produção agropecuária, pelo órgão competente estadual;

- consolidar e incentivar a agropecuária em solos aptos, em áreas passíveis de exploração, enfatizando a melhoria das técnicas de manejo;

- monitorar e controlar o uso de fogo na área indígena Pimentel Barbosa’.

Sem consenso entre o grupo, sugeriram, ainda, a inclusão de uma nova diretriz, com a seguinte redação: ‘Não utilização de aviões agrícolas nas aplicações de agrotóxicos e afins, em uma faixa de 500m na área de amortecimento da Unidade de Conservação Parque Estadual da Serra Azul, sendo somente admitido o uso de equipamentos terrestres’.

Também se registrou, ao final dos trabalhos do grupo, depois que havia sido impresso o relatório, que a participação do professor universitário Sandro Cristiano de Mello não era como representante do setor acadêmico universitário, mas, em nome próprio, como cidadão e geólogo.

Grupo 2

A facilitadora foi Margareth Pozzobon, que discutiu todas as subcategorias e zonas da Categoria 2, que são ‘áreas que requerem readequação dos sistemas de manejo’.

A principal reivindicação feita pelos participantes deste grupo é que seja avaliada a possibilidade de mudança das subcategorias, sendo:

- Nova Xavantina e Barra do Garças - mudança da subcategoria 2.3.13, para a subcategoria 1.8b;

- Canarana - mudança da subcategoria 2.3.9a e 2.3.9b, para a categoria 1;

- Querência - mudança da subcategoria 2.3.6, para a categoria 1; (PALMAS);

- Ribeirão Cascalheira - mudança da subcategoria 2.3.6, mudança para a subcategoria 1.7 e subcategoria 3.3.3.a, para subcategoria 1.7; mudança da subcategoria 4.2.7 para 2.2;

- Água Boa - mudança da subcategoria 2.3.9a, para a subcategoria 1.8a e mudança da subcategoria 3.2.2a, para a subcategoria 2.3.9a;

- Novo São Joaquim - apresentarão mudança da subcategoria 2.3.12, para a categoria 1.

Em todas as indicações propostas foram apresentadas novas redações.

Houve um grande debate no grupo com relação ao termo ‘**proibir** o uso de defensivos agrícolas na área de entorno das Terras Indígenas’. Os representantes dos povos

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO
ECOLÓGICO, REALIZADA EM BARRA DO GARÇAS, NO DIA 04 DE ABRIL DE 2009, ÀS
09:00 HORAS.

indígenas que estavam presentes colocaram o problema enfrentado com as aplicações desses defensivos por aviões agrícolas, que acabam atingindo áreas das aldeias.

Diante disso houve a sugestão de uma nova redação para a diretriz de nº 15b, que no texto original, lê-se: ‘Proibir o uso de defensivos agrícolas na área de entorno das terras indígenas Wawi, Pequizal do Naruv’tu e Parque Indígena Xingu;

A nova sugestão para substituir a redação da diretriz de nº 15b foi seguinte: ‘Controlar o uso de aviões agrícolas no entorno, até a distância de 1.000 metros das terras indígenas Wawi, Pequizal do Naruv’tu e Parque Indígena Xingu, sendo somente permitido o uso de equipamentos terrestres para a aplicação de agrotóxicos, nesta área’.

Essa proposta foi um **consenso** entre o grupo de trabalho;

Mesma discussão se deu na diretriz de nº 75a, com a diferença de que o controle do ‘uso de defensivos no entorno da sede urbana de Querência’, deveria obedecer uma distância de 500m, sendo permitido, apenas, o uso de equipamentos terrestres nessa área.

Texto original: 75ª: Controlar o uso de defensivos agrícolas no entorno da sede urbana de Querência, conforme legislação.

Sugestão de substituir a redação da diretriz de nº 75ª, adotando a seguinte redação: ‘controlar o uso de aviões agrícolas no entorno, até a distância de 500 metros, no perímetro urbano de Querência sendo somente permitido o uso de equipamentos terrestres para a aplicação de agrotóxicos nessa área’;

Houve, também, diversas sugestões para inclusão de novas diretrizes, sendo:

‘Incentivar e fomentar programas de educação ambiental, com ênfase à preservação dos recursos hídricos;

- incentivar programa de destino adequado aos resíduos sólidos em assentamentos e agrovilas na área rural de Querência;

- consolidar e incentivar a agropecuária em áreas de solos aptos, enfatizando as melhorias das técnicas de manejo;

- incentivar a otimização da produção de pequenos produtores rurais e assentamentos através de patrulhas agrícolas mecanizadas e corretivos, visando à recuperação do solo e diversificação da produção’; e

‘Promover ações de gestão consciente dos recursos hídricos, como tanques para piscicultura, irrigação para potencializar a produção em áreas consolidadas ou a consolidar’.

Grupo 3

Facilitadora - AL/MT: Josevane Fonseca

Discutiu:

CATEGORIA 3. ÁREAS QUE REQUEREM MANEJOS ESPECÍFICOS, incluindo a Subcategoria 3.2, zona 3.2.2 e subzonas 3.2.2a e 3.2.2b

- O grupo questionou intensamente a classificação dada no Projeto do Zoneamento, onde os municípios envolvidos, da subcategoria 3.2, ficaram localizados em “**ambientes pantaneiros**”, com a solicitação de que o termo fosse substituído por: “**permanentemente alagados**” ou “**áreas que sofrem inundações periódicas**”. Mesma discussão ocorreu na zona 3.2.2.

- Ainda na zona 3.2.2, sugestão de inclusão da definição das estruturas que alteram a dinâmica do regime hídrico.

- **Sem consenso** no grupo, foi sugerida a substituição da palavra ‘proibir’ o uso de defensivos agrícolas, pelo termo ‘uso disciplinado’. Uma parte dos presentes sugeriu ainda a supressão total da diretriz, que também **não foi consenso**

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO
ECOLÓGICO, REALIZADA EM BARRA DO GARÇAS, NO DIA 04 DE ABRIL DE 2009, ÀS
09:00 HORAS.

- tendo em vista a aprovação da Lei MT LEGAL, o grupo debateu, sem consenso, o termo '**compensar**', na diretriz de nº 142, que em seu texto original segue a seguinte redação: '**Recuperar as áreas de reserva legal ou compensar, conforme legislação ambiental vigente**'. Nessa mesma diretriz foi sugerida a substituição do verbo '**recuperar**' por '**regularizar**'.

- de forma consensuada e bastante debatida, houve a sugestão de suprimir a diretriz de nº 7, que tem a seguinte redação:

'7. Proteger integralmente as planícies alagáveis do pantanal do Araguaia, onde não será permitido nenhum tipo de desmatamento, com exceção daqueles feitos para agricultura de subsistência, limpeza de pastagem nativa sem uso do fogo, e para instalação de empreendimentos de baixo impacto definidos em legislação ambiental vigente';

- Na diretriz de nº 9, que trata da promoção de estabelecimento de corredores ecológicos, o grupo, **sem consenso**, sugeriu a supressão da diretriz;

- **Sem consenso**, também, houve a sugestão de supressão das diretrizes de nº 77, 15A, 129, 8.

Os representantes de Água Boa solicitaram mudanças de áreas de 3.2.2.a para 2.3.9.a - oportunamente, apresentarão documentos justificativos.

Os representantes de Nova Nazaré solicitaram mudanças de áreas de 3.2.2.a para 2.3.9.a e 1.8.b - oportunamente, apresentarão documentos justificativos.

Os representantes de Cocalinho solicitaram mudanças de áreas de 3.2.2.a para 2.3.9.a e 2.3.13 e mudança da área para 1.8.a e 1.8.b - oportunamente, apresentarão documentos justificativos.

- Diversas sugestões para inclusão de novas diretrizes, como:

'Monitorar empreendimentos que exploram criação de animais silvestres de acordo com a legislação ambiental vigente';

'Fomentar ou incentivar a criação comercial de animais silvestres, desde que licenciada, conforme legislação vigente'.

Grupo 4

Facilitador - AL/MT: Abílio Camilo Fernandes Neto

Discutiu:

CATEGORIA 4. ÁREAS PROTEGIDAS (Criadas e propostas) e TERRAS

INDÍGENAS.

Sugestão de inclusão de novas diretrizes, como:

'Contribuir para a proteção ambiental das terras indígenas, garantindo a proteção do equilíbrio necessário à sobrevivência física e cultural das comunidades indígenas conforme legislação vigente';

'Promover educação ambiental nas questões quanto ao uso do fogo junto às comunidades indígenas e nos casos de danos causados em propriedades do entorno, garantir pagamento indenizatório';

'Contribuir para a proteção e equilíbrio ambiental das Unidades de Conservação';

'Incentivar as atividades de turismo ecológico, fortalecendo a região como polo turístico'.

- Com relação **à indicação** da zona 4.2.7, que trata da área protegida, proposta com Elevado Potencial Biótico em Ambientes Pantaneiros no Rio das Mortes, houve a sugestão de que a mesma deveria ser migrada para a categoria 1.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO
ECOLÓGICO, REALIZADA EM BARRA DO GARÇAS, NO DIA 04 DE ABRIL DE 2009, ÀS
09:00 HORAS.

- Na diretriz de nº 29, além da sugestão de sua supressão, foi proposto, **sem consenso**, uma nova redação, da seguinte forma: ‘Fiscalizar, pelos órgãos competentes, a modalidade de ocupação na área de entorno das terras indígenas para garantir sua proteção’.

- Sugestão, **sem consenso**, de supressão da diretriz nº 15c., porém, como não houve concordância da sua retirada, sugeriram substituir a palavra ‘**proibir**’ por ‘**controlar**’.

- Sugestão, consensuada, de supressão da diretriz de nº 130.

- Com relação **à indicação** da zona 4.2.9, que trata da área protegida proposta com Elevado Potencial Biótico em Ambientes Pantaneiros no Rio Cristalino do Araguaia, houve a sugestão de que a mesma deveria ser migrada para a categoria 2.3.13.

- Ao final do relatório, foi feita a seguinte observação: ‘Não há concordância com relação à exclusão da área do Parque do Xingu que pertence ao Município de Querência, deslocando-a para a região de planejamento XII, excluindo a possibilidade de discussão das diretrizes referentes a esta área indígena. Na região de planejamento XII não consta o Município de Querência - proposta dos participantes do Município de Querência’.

Os trabalhos em grupo decorreram dentro das expectativas da equipe técnica da Assembleia Legislativa, ou seja, todos os participantes, que se manifestaram, foram ouvidos e tiveram suas sugestões registradas, garantindo, desta forma, uma democracia participativa nos seminários técnicos.

Região de Planejamento IV - Polo de Barra do Garças, 04 de abril de 2009.”

Lido o Relatório.

Quero acrescentar, ainda, que não encerramos aqui a coleta de sugestões da participação popular e social no Zoneamento. Nós ainda iremos, até junho, realizando Audiências Públicas, até então, abertos a recebimentos de sugestões, documentos técnicos, propostas de ajuste e qualquer outra contribuição que a comunidade entender interessante incluir ou excluir do Zoneamento.

As propostas e sugestões poderão ser enviadas para o Núcleo Ambiental da Assembleia Legislativa, (65) 3901-6914; para a Ouvidoria da Assembleia Legislativa, 0800-647-9595; através de *e-mail* zoneamento@al.mt.gov.br; por correspondência, Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, Núcleo Ambiental, Av. André Antônio Maggi, nº 06 - CPA - CEP. 78.049-901 - Cuiabá-MT; e também é possível acessar tanto os documentos referentes ao Zoneamento, aqueles que foram apresentados nesta e em outras Audiências Públicas, através do *site* www.al.mt.gov.br/zoneamento.

Muito obrigado a todos e vamos continuar com uma boa Audiência Pública.

O SR. PRESIDENTE (DILCEU DAL BOSCO) - Agradecemos o ilustre Deputado Alexandre Cesar, Relator da Comissão Especial de Zoneamento.

Convido a Prefeita de Nova Nazaré, Railda de Fátima Alves, para compor a mesa.

Indago se existe, aqui, algum representante do Ministério Público aqui. Se houver, esteja convidado para compor a mesa conosco.

Queremos, também, fazer um registro e agradecimento muito especial à SEPLAN, através das técnicas Tereza Neide Vasconcelos, Coordenadora; Lucidalva da Costa Moreira; da SEMA, Lourival Alves Vasconcelos; Ligia Camargo e Olga Patrícia Kumir, que ajudaram na elaboração do Projeto e estão sempre acompanhando, assessorando e contribuindo na discussão do Zoneamento.

Com a palavra o Vice-Governador Silval Barbosa. (PALMAS)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO
ECOLÓGICO, REALIZADA EM BARRA DO GARÇAS, NO DIA 04 DE ABRIL DE 2009, ÀS
09:00 HORAS.

O SR. SILVAL BARBOSA - Cumprimento o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Riva; o Presidente da Comissão Especial do Zoneamento, Deputado Dilceu Dal Bosco; o Relator da Comissão, Deputado Alexandre César; os membros da Comissão, Deputado Percival Muniz; o nosso amigo anfitrião desta cidade, Deputado Adalto de Freitas - Daltinho; o Deputado João Malheiros; o Deputado Airtton Português, o Deputado Mário Lúcio; os Deputados Federais Eliene, Homero Pereira, Valtenir Pereira e Welinton Fagundes.

Cumprimento todos os Prefeitos na pessoa do Prefeito Wanderley Farias, bem como a todos os componentes da mesa, as senhoras e os senhores.

Amigos, afirmo aqui que esse Projeto do Zoneamento hoje é o projeto de maior importância que tramita na Assembleia Legislativa, porque trata da vida das pessoas, da economia, do meio ambiente, enfim, da vida, um projeto que discutimos desde 1992, já foi à Assembleia Legislativa, já retornou ao Governo, o Governo já fez algumas adaptações, remeteu à Assembleia Legislativa e a Assembleia Legislativa, inteligentemente, com uma equipe dos Srs. Deputados totalmente qualificada, estudou o que é o Zoneamento, e traz esse Zoneamento para ser discutido em quinze Seminários e quinze Audiências Públicas.

Quero parabenizar todos os prefeitos, vereadores, segmentos organizados e sociedade presente aqui hoje, que estão preocupados em como será votado este Zoneamento.

No Seminário, os senhores tiveram a oportunidade de fazer suas sugestões, lidas aqui pelo Relator, Deputado Alexandre Cesar, e é desta forma que nós Governo queremos ver essas coisas acontecerem.

Parabéns, Deputado Riva, por essa iniciativa, por oportunizar à sociedade e ao segmento organizado fazer sugestões!

O Estado também tem essa preocupação e estamos acompanhando todas as Audiências Públicas, através das nossas equipes técnicas da Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral, que estão aqui, o Deputado Dilceu Dal Bosco já mencionou, bem como da Secretaria de Meio Ambiente, com a presença também dos nossos Secretários, que acompanham essas discussões com a sociedade.

Queremos acompanhar para ver, quando aprovado na Assembleia Legislativa, termos ciência e consciência daqueles pontos que foram possíveis serem alterados, para não ser preciso o Governo apor veto às proposições da Assembleia Legislativa.

Sabemos que esse é um projeto complexo, que não depende só do Governo ou da Assembleia Legislativa, como aqui muito bem colocou o Deputado Riva, vai para o Zoneamento Nacional e posteriormente terá a aprovação do CONAMA. Para tal, tem aqui hoje um representante do Ministério do Meio Ambiente, na pessoa do Roberto Vizentin, que se faz presente acompanhando essa discussão.

Observem só a importância: o Congresso Nacional, preocupado com essa discussão, está acompanhando para nos ajudar no Zoneamento Nacional e no CONAMA. Portanto, parabéns aos senhores Deputados Federais, que já nomeiei, juntamente com o Eduardo Moura, que estão aqui preocupados com essa discussão!

Sei que os senhores serão parceiros nossos, não só nessa discussão na Assembleia Legislativa, mas no Congresso Nacional também.

Deputado Riva, Presidente da Assembleia Legislativa, Presidente da Comissão e Relator, não vou me alongar mais. Eu teria muito a falar, mas, como o senhor já disse, viemos aqui mais parar ouvir os senhores prefeitos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO
ECOLÓGICO, REALIZADA EM BARRA DO GARÇAS, NO DIA 04 DE ABRIL DE 2009, ÀS
09:00 HORAS.

Parabéns pela mobilização, prefeito Fernando Görgen, com a vinda dessa Comissão de Querência que faz suas reivindicações aqui (PALMAS).

Sabemos que onde foi possível avançar sem termos problemas com o CONAMA e com o Zoneamento Nacional, com certeza, a Assembleia Legislativa e o Governo está disposto a ouvir.

Encerro porque estamos aqui mais para ouvir. Obrigado e bom trabalho a todos!
(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (DILCEU DAL BOSCO) - Agradecemos o nosso Vice-Governador Silval Barbosa.

Com a palavra, para fazer suas saudações aos demais Prefeitos e aos participantes, o Prefeito desta cidade, Wanderley Farias. (PALMAS)

O SR. WANDERLEY FARIAS - Deputado Riva, em nome de quem cumprimento todos os Deputados Estaduais aqui presentes; Vice-Governador Silval Barbosa, em nome de quem cumprimento os demais Prefeitos presentes da Região IV, os 17 Prefeitos, que se fazem presentes; em nome do Deputado Welington Fagundes, cumprimento os demais Deputados Federais aqui presentes; em nome do nosso Conselheiro Humberto Bosaipo cumprimento os Presidentes de Câmaras e todos os Vereadores que se encontram aqui presentes, dos mais diversos municípios.

Por fim, quero cumprimentar e agradecer a presença de todos os senhores, desejar as boas-vindas e que os senhores tenham uma feliz estadia na cidade de Barra do Garças.

Ao longo desses dias, assuntos importantes como este do Projeto do Zoneamento Socioeconômico Ecológico de Mato Grosso foram aqui discutidos, com muita competência, sob a batuta do Deputado Dilceu Dal Bosco, com técnicos da Assembleia Legislativa, com técnicos dos 17 municípios que compõem a Região IV deste Zoneamento. Com certeza, vamos contar com a sensibilidade e o apoio dos 24 Deputados com assento na Assembleia Legislativa para que aceitem e aprovem as modificações sugeridas durante esse trabalho aqui realizado. Acreditamos na sensibilidade dos Srs. Deputados. (PALMAS)

Gostaríamos - Vossa Excelência me desculpe, Deputado Riva - de pedir também a Vossa Excelência que neste momento volte um pouco a atenção para o empobrecimento pelo qual estão passando todos os municípios, dada a grande concentração de receita nas mãos do Governo Federal e nas mãos do Governo Estadual. Nós gostaríamos que a Assembleia Legislativa também através da Presidência do Deputado Riva olhasse com carinho a situação que passa não só Barra do Garças, mas todos os municípios.

Só para se ter uma ideia, neste primeiro trimestre ficou parado ao mesmo trimestre de 2008. Barra do Garças teve uma perda de Receita entre ICMS e FPM na ordem de trezentos mil reais. Da mesma forma, fazemos um apelo à Bancada Federal que está aqui presente, para que em Brasília faça gestão junto ao Senado, junto à Presidência da Câmara, junto ao Presidente, junto ao Ministro de Planejamento Paulo Bernardo, para que se recomponha esse FPM, porque com o corte que está havendo está sufocando todos os municípios.

Desculpem, mas acho que o momento era oportuno para fazer esse apelo.

Quero agradecer o meu Vice, Irineu Pirani, que ao longo desses dias muito bem aqui me representou.

Sejam todos bem-vindos! Bom trabalho! Um abraço a todos! Muito obrigado
(PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (DILCEU DAL BOSCO) - Nós queremos agradecer e registrar a contribuição da imprensa aqui presente, da Rádio Alternativa FM de Querência, Rádio

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO
ECOLÓGICO, REALIZADA EM BARRA DO GARÇAS, NO DIA 04 DE ABRIL DE 2009, ÀS
09:00 HORAS.

Aruana e Rádio Difusora, junto com a Gazeta FM de Barra do Garças, Araguaia FM de Aragarças; do Jornal A Gazeta do Vale e Jornal A Semana, de Barra do Garças; as TVs Barra Band, Centro-Oeste e Cidade, de Barra do Garças, que estão fazendo essa transmissão, participando e apoiando este evento importante.

Eu sugiro a todos os ilustres palestrantes que dispensem os comentários às autoridades, aqui todos nós que estamos aqui somos excelências (PALMAS). Nós todos! E, sem exceção estão fazendo o seu papel.

Então, para ser mais célere e mais ágil aqui, após a fala do Deputado Adalto de Freitas - Daltinho, que é daqui de Barra do Garças, nós estaremos intercalando as falas das autoridades com a plateia e portanto, já contando o tempo.

Com a palavra, o ilustre Deputado Adalto de Freitas - Daltinho.

O SR. ADALTO DE FREITAS - DALTINHO - Bom-dia a toda população do Araguaia aqui presente nesta Audiência Pública.

Quero fazer um cumprimento especial ao meu amigo Prefeito Fernando Görgen (PALMAS) que trouxe esta maravilhosa população para a nossa Audiência Pública, em nome do qual cumprimento todas as pessoas aqui presentes.

Cumprimento o nosso Vice-Governador também, não poderia deixar de fazê-lo; todos os meus colegas Deputados, prefeitos, é uma honra para mim ter conseguido trazer para Barra do Garças, aqui como pólo do Araguaia, uma Audiência Pública desta magnitude e desta importância.

Nós estamos discutindo um tema de grande importância para nossas vidas. Nós não podemos ficar de braços cruzados como cidadãos, como ser humano, como produtor rural e como representante de vocês no Parlamento deste Estado. Fiz questão de trazer para o Araguaia dois pólos para discutir o Zoneamento; o primeiro, aqui em Barra do Garças, que é a minha cidade; e o segundo, no Município de Vila Rica.

Faço questão de pontuar isso, Fernando Görgen, se possível fosse, queríamos fazer essa discussão, pelo menos, em três ou quatro municípios da nossa região do Araguaia. Mas, ainda poderemos fazer mobilizações, como disse o Presidente Riva, como disse o Presidente da nossa Comissão, Deputado Dilceu Dal Bosco, nós não podemos cruzar os braços e ver a Lei do Zoneamento ser emplacada sobre nossas cabeças, sobre o nosso patrimônio sem discutir com a população, com a sociedade que é quem mais será afetada por esta ou aquela normativa que tivemos que cumprir num futuro próximo. Já estamos sofrendo penalidades excessivas (PALMAS). Estamos sofrendo com multas abusivas, absurdas, impagáveis e como representantes de vocês, não temos medo de ter uma posição muito clara, muito definida como defensores intransigentes de todos que trabalham no setor produtivo.

Mais do que nunca, quero deixar registrado aqui, Presidente da Comissão, Deputado Dilceu Dal Bosco, pela primeira vez se fala no Araguaia como uma região que pertence a um Bioma chamado Pantanal. Nós nunca vimos isso aqui na nossa região do Araguaia (PALMAS)! Nós não podemos permitir que o termo Pantanal esteja incluído na discussão do Zoneamento para o Araguaia. Nós temos, sim, regiões de várzeas, e temos uma potencial região que pode produzir e alimentar o Brasil e o mundo, que é essa região das margens do Araguaia, que vai de Barra do Garças até Santa Terezinha, lá no extremo norte do nosso Estado.

Quero dizer ainda que nós temos que continuar mobilizando porque esse documento que está sendo finalizado precisa da participação efetiva de todo setor produtivo. É verdade que o nosso patrimônio, na região de Barra do Garças, na região de Nova Xavantina, nos

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO
ECOLÓGICO, REALIZADA EM BARRA DO GARÇAS, NO DIA 04 DE ABRIL DE 2009, ÀS
09:00 HORAS.

municípios circunvizinhos, muitas vezes o proprietário mora em Goiânia, em São Paulo, no Rio de Janeiro ou em outros Estados, isso tem penalizado a discussão aqui no Araguaia.

Então, faço um chamamento aos nossos Prefeitos, que chamem os produtores para discutir a questão de interesse importantíssimo do município de vocês. Faço ainda um chamamento a nossa Bancada Federal, que é o lugar de se travar essa discussão, para que se tenha possibilidade de buscar um equilíbrio nessa que eu chamo de injustiça com quem trabalha e produz é lá no Congresso Nacional. E, para isso, nós não temos dúvida que nós temos homens valorosos, homens da magnitude, da experiência do Deputado Welinton Fagundes; da experiência do Deputado Homero Pereira, que é do setor produtivo; da experiência que já tem e que está defendendo de forma muito clara e transparente Deputado Eliene; Deputado Valtenir Pereira, que também tem uma grande participação nas discussões de interesse social do povo de Mato Grosso.

Então, o Congresso Nacional é o ambiente, o ninho para se discutir e levantar a voz de Mato Grosso.

Mato Grosso está sofrendo, como nunca, interferências internacionais. Nós não podemos aceitar de braços cruzados sem discutir aquilo que comprometerá o futuro das futuras gerações (PALMAS).

Muito Obrigado!

É para isso, Srs. Deputados, Presidente da Assembleia Legislativa, meu amigo e companheiro Deputado Riva, Vice-Governador Silval Barbosa, todas as autoridades aqui presentes, prefeitos de todos os municípios, vamos fazer uma mobilização para que esse documento saia de forma justa com aquele que é termo bíblico, Maurício Tonhá, somente o trabalho que dignifica o ser humano. Nós não podemos ter aqui o rabo para balançar no cachorro, Prefeitos, nós temos que mudar esse discurso, ter coragem de assumir que nós temos responsabilidade, sim, com o meio ambiente. Temos que preservar as nossas matas, as nossas florestas. Mas, não podemos aceitar continuar recebendo tamanha penalização, comprometendo o futuro do Brasil, o futuro deste Estado pujante, o futuro desse ser humano que escolheu esta terra para viver.

O meu abraço, muito obrigado por terem comparecido a esta grande Audiência Pública. E, mais um vez, parabéns a todos os munícipes que aqui vieram. (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (DILCEU DAL BOSCO) - Queremos também agradecer a presença da rádio Vida Nova, de Canarana.

Registramos e agradecemos a presença, em nome da Assembleia Legislativa, da Sr^a Marilei Bier, Vice-Prefeita de Canarana; da Sr^a Gema Colling, Vereadora de Canarana; do Sr. Mauro de Souza Vieira, Presidente da Câmara Municipal de Canarana; do Sr. Reginaldo Martins Del Colle, Vice-Prefeito de Nova Nazaré; do Sr. Irineu Pirani, Vice-Prefeito da cidade de Barra do Garças; do Sr. Marcelo Rodrigues de Azeredo, Presidente da Câmara de Nova Nazaré. Na sequência, nós estaremos registrando e agradecendo a todas as autoridades aqui presentes.

Portanto, neste momento, nós estaremos abrindo a palavra, intercalando a plateia com as autoridades. O nosso microfone é esse à esquerda, com pedestal, para vocês utilizarem.

Sempre lembrando que a nossa Assessoria vai cronometrar o tempo. Porque nós temos quarenta cinco mais quatorze, praticamente sessenta inscrições. Eu até solicito àqueles inscritos que se sentirem contemplados com a fala de algum que o precedeu, que já falou, por favor, nos avisem, para que possamos retirar essas inscrições. Porque sessenta vezes três minutos... Todos são bons de matemática e sabem do que estou falando.

Portanto, iniciamos com o senhor Neuri Norberto Wink, Vereador de Querência. (PALMAS).

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO
ECOLÓGICO, REALIZADA EM BARRA DO GARÇAS, NO DIA 04 DE ABRIL DE 2009, ÀS
09:00 HORAS.

O SR. NEURI NORBERTO WINK - Bom-dia ao Presidente Dilceu Dal Bosco, em nome de quem eu quero cumprimentar todas as demais autoridades que se encontram presentes.

Eu só quero deixar para os senhores que em reuniões realizadas em nossa comunidade, entendemos muito bem o que significa a lei e o que ela proporciona, a Lei do Zoneamento Socioeconômico Ecológico. Também entendemos o que ela pode restringir ou nos dar de apoio, de continuar crescendo e desenvolvendo nossa região.

O Presidente, Deputado Riva, muito bem citou que em muitas situações existe a ausência do Estado.

Eu quero lembrar aos senhores que, na verdade, a presença do Estado, não efetiva e diretamente no Araguaia, mas em função de autorizar a ocupação em outras épocas, de incentivar a colonização em outras épocas, de introduzir aqui, inclusive, assentamentos, ele esteve muito presente.

Aí nós atendemos a esse chamado, e começamos a produzir. Nossa região consolidou-se com mais de 200 mil hectares plantados; hoje, com mais 180, 200 mil hectares consolidados em agropecuária; e, em contrapartida, novamente temos a presença do Estado para nos punir. E nós temos, sim, o dever de casa a cumprir, referente à correção de algumas questões ecológicas, mas também temos consciência disso. E nós temos certeza de que não temos outra realidade a não ser a consolidada. Assim sendo, nós estamos aqui para contribuir com sugestões e temos a garantia do Presidente, Deputado Dilceu Dal Bosco, como também do Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Riva, de que elas serão muito bem aceitas e muito bem administradas e analisadas.

Em conversa que eu e o Prefeito Fernando tivemos com o Deputado Alexandre Cesar, durante a semana, nós já pedimos que realmente Vossas Excelências tenham a sensibilidade de sentir o que nós defendemos. Do que nós apresentamos e protocolamos para vocês, é a vontade do nosso povo mesmo.

O nosso povo não mora lá fora. O nosso povo mora lá na nossa terra... (PALMAS). Nós precisamos da mudança de categoria para o nosso município sobreviver, para... (TEMPO ESGOTADO)... Porque hoje nós somos os maiores produtores. Nós somos, sozinhos, os maiores produtores de grãos do Vale do Araguaia. Nós contribuimos com 51% da produção. Então, nós temos que ser, sim, consolidados dentro do Zoneamento Socioeconômico Ecológico. Se infringirmos alguma lei, os Deputados Federais depois irão fazer a sua parte, e nós temos que procurar resolver depois.

Muito obrigado! (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (DILCEU DAL BOSCO) - Agradecemos e registramos a presença do *site querenciahoje*, também do *site hotbarra*.

Agradecemos a presença do Programa *People*, aqui de Barra do Garças; do Presidente da Câmara Municipal de Querência, Sr. Luzimar Pereira Luz; do Presidente da Câmara Municipal de Gaúcha do Norte, Ari Baltazar Langer; do Presidente da Câmara Municipal de Ribeirão Cascalheira, Sr. João Marcos Alves.

Com a palavra, o Sr. Luis Soares de Souza, produtor rural de Ribeirão Cascalheira.

O SR. LUIS SOARES DE SOUZA - Bom-dia a todos!

Quero agradecer a todos que se fazem presentes nesta Audiência Pública, em especial, à mesa.

Quero agradecer também ao pessoal de Ribeirão Cascalheira e ao pessoal de Querência, que são os nossos vizinhos mais próximos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO
ECOLÓGICO, REALIZADA EM BARRA DO GARÇAS, NO DIA 04 DE ABRIL DE 2009, ÀS
09:00 HORAS.

Estou aqui representando o povo de Ribeirão Cascalheira e defendendo o direito de sobrevivência. Precisamos preservar, mas também precisamos sobreviver.

Quero aqui ressaltar para todos vocês que o Município de Ribeirão Cascalheira, aproximadamente, 40% do município foi enquadrado na Zona 4.2.7, considerada como pantaneira. E isso não é verdade, porque nasci naquela região, me criei naquela região e moro nela há 41 anos.

Foi feito um estudo. Estudo esse que não é verdadeiro, porque quem fez o estudo, eu acho que não tinha o conhecimento da área e nem da realidade do povo que nela vive... (PALMAS). Eu acho que quem passou por lá, se passou, foi de avião.

No ano de 1980-1983, foi quando o rio das Mortes e o rio Araguaia derramou para os dois lados. Quem passou, eu acho que estava passando de avião, olhou para baixo e disse: “Aqui é um pantanal. Anota aí!”

Então, por isso, eu faço um apelo aos Srs. Deputados para que analisem bem o Relatório antes de votar, porque, se votar da maneira que ele está, vão assinar a sentença de morte para o Município de Ribeirão Cascalheira e para o povo que vive na região.

Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (DILCEU DAL BOSCO) - Com a palavra, o Sr. Benedito Bueno Fernandes, de Nova Xavantina.

Na sequência, vamos ouvir o Deputado Percival Muniz, Vice-Presidente desta Comissão.

Peço que os inscritos fiquem atentos, pois, anunciarei sempre o próximo orador para ficar mais fácil.

O SR. BENEDITO BUENO FERNANDES - Bom-dia a todos!

Em nome dos Deputados e do Presidente desta Audiência Pública, cumprimento a mesa; em nome do nosso Prefeito Gercino, cumprimento todos os prefeitos e demais presentes.

Quero pedir aos nossos Deputados que olhem com carinho esse documento que foi elaborado durante esses dois dias, porque Nova Xavantina é um lugar que tem muitos produtores e, hoje, está sendo muito prejudicado. Praticamente, temos mais de três mil assentados, principalmente chacareiros, que, hoje, estão numa linha muito difícil.

Peço apoio e colaboração de todos. Estas são minhas palavras. Se, por acaso, acontecer o está naquele documento, os nossos produtores, praticamente, terão que vir à cidade depender de cesta básica, trazendo um problema para o município. Não queremos isso. Pensamos em nossos filhos, no dia de amanhã. Porque todas as autoridades comem arroz, feijão e bife, que vêm das pequenas propriedades.

Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (DILCEU DAL BOSCO) - Com a palavra, o nobre Deputado Percival Muniz.

Na sequência, o Sr. Euclides Ferracini.

O SR. PERCIVAL MUNIZ - Senhoras e senhores, cumprimento a todos.

Em nome do Presidente Riva, cumprimento toda mesa que administra os trabalhos.

De forma humilde, quero dizer à Comissão que esse projeto do jeito que está condena à morte toda essa região que vem sofrendo há muito tempo. Agora, que começou a respirar; que a infraestrutura começou a possibilidade de chegar, vem um projeto de zoneamento, que, praticamente, engessa o desenvolvimento de toda essa região, que começa em Barra do Garças e termina em Vila Rica, na divisa com o Pará.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO
ECOLÓGICO, REALIZADA EM BARRA DO GARÇAS, NO DIA 04 DE ABRIL DE 2009, ÀS
09:00 HORAS.

O que estamos ouvido de manifestação dos municípios, como Querência, Ribeirão Cascalheira e outros Municípios, nada mais é do que o grito de alerta que essa população faz para não ser penalizada no seu desenvolvimento.

Não consigo compreender - e falei isto desde o dia que o Projeto foi colocado na Assembleia Legislativa - por que temos que considerar o sul como consolidado e esta região como não consolidada (PALMAS). Qual é o argumento técnico que temos para isso?

Se olharmos, poderemos até entender - e falei isto na Assembleia Legislativa, Deputado Riva, Deputado Dilceu Dal Bosco, quando o projeto começou a tramitar - que quando o Projeto começou a ser discutido, há vinte anos, até era possível conseguir perceber as diferenças, mas, quando foi concluído, há um ano, não tínhamos mais diferenças. Se sobrevoarmos ou pegarmos a imagem de satélite do Município de Querência, veremos um município mais consolidado do que Rondonópolis, que está no Sul! (PALMAS) Eu falo isto porque conheço os dois como a palma da minha mão! A mesma coisa é o Município de São José do Xingu, de Vila Rica, que é outra região que discutiremos. Ou está produzindo grão; ou está praticando a pecuária!

Já está consolidada a ocupação dessa região, talvez, até mais do que municípios do sul, onde o relevo não permite o uso de máquina. Muitas vezes, no sul está mais conservado ou até não consolidado do que aqui, nesta região plana do Araguaia, do Xingu, de toda essa região acima de Barra do Garças.

Então, membros da Comissão, quero aqui fazer uma sugestão: Vamos discutir com os técnicos que elaboram (TEMPO ESGOTADO) e mudar essa terminologia para esta região. Não tem por que colocar esta região como não consolidada (PALMAS). Esta região está, totalmente, consolidada.

Temos que ter cuidado... Ouço próprios colegas Deputados dizendo que não podemos ferir a Legislação Federal. Esta semana recolhi informações para analisar esse argumento.

O Estado de Santa Catarina acabou de aprovar o seu Zoneamento. Eles mudaram até as APPs. A APP em todo o País é de 30, 50m, na beira de rio e em Santa Catarina, no Projeto aprovado pela Assembleia Legislativa, abaixou para 5m, ferindo, inclusive, a lei federal (PALMAS).

Em Minas Gerais, no Zoneamento aprovado, feriu-se a lei federal porque diminui as APPs do Estado de Minas Gerais.

Ora (TEMPO ESGOTADO), não podemos, no nosso Estado, nos amarrar num Código Florestal aprovado nacionalmente, sem debater, sem discutir com Mato Grosso.

O Congresso aprovou o Código Florestal amarrando o nosso desenvolvimento e, agora, quando discutimos o caminho do nosso desenvolvimento vamos nos atrelar ao que não fomos ouvido? Não! Nós temos que ouvir e a Assembleia Legislativa esta aqui para isso! (PALMAS).

Fazemos o nosso Zoneamento conforme o desejo do nosso povo! E compete ao Congresso Nacional adequar a lei federal à vontade da população! Só existe País quando existe Nação; só existe Estado quando existe Nação. A prioridade é o homem; a prioridade é o ser humano e ela tem que ser preservada (PALMAS).

Não podemos entrar cegos na discussão, muitas vezes, analisando normas, paradigmas, que são irrefutáveis, que as pessoas defendem com (TEMPO ESGOTADO)...

Ora, há pouco tempo vimos os defensores do socialismo dar suas vidas para defender as teorias socialistas e, depois, a prática mostrou que estava errado. Recentemente, vimos os defensores do neoliberalismo dar suas vidas para defender o neoliberalismo e, agora, com a crise financeira, mostrou-se que todos aqueles donos da verdade estavam errados. Esta aí a prova da crise pela qual o mundo está passando.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO
ECOLÓGICO, REALIZADA EM BARRA DO GARÇAS, NO DIA 04 DE ABRIL DE 2009, ÀS
09:00 HORAS.

Então, temos que fazer a prática como o critério da verdade. Temos que conversar é com o nosso povo, e encontrar nele o caminho do nosso desenvolvimento. Nós somos pessoas! Queremos ganhar salários dignos! Queremos comer iogurte igual come as famílias que moram nas zonas urbanas grandes do País e do mundo, como da Europa, dos Estados Unidos. Queremos vestir roupa boa; queremos ter acesso à cultura; queremos frequentar cinema; queremos amar e divertir (TEMPO ESGOTADO).

O SR. PRESIDENTE (DILCEU DAL BOSCO) - Concedo mais um minuto para a conclusão do seu pronunciamento.

O SR. PERCIVAL MUNIZ - Não podemos, simplesmente, num discurso estéril, sem vir com a realidade, começar a comprometer o desenvolvimento da nossa gente.

Estamos vendo agora aí os frigoríficos fechando e a população de muitas cidades passando por dificuldades. E o frigorífico é importante, porque ele transforma a matéria-prima que produzimos. Agora, já imaginou se não pudéssemos nem produzir o boi, o grão? Viveríamos de quê? Com que iríamos criar as nossas famílias? Como vamos gerar renda para o nosso povo?

Então, Mato Grosso, olhe o seu povo! Olhe a sua gente! Vamos escolher o caminho do desenvolvimento! O homem em primeiro lugar! E, através dele, preservar o meio ambiente para entregar para as futuras gerações condições iguais as que encontramos. Mas, não podemos sacrificar o homem de hoje! Não deixar a alternativa de desenvolvimento, simplesmente, com discurso de tentar preservar alguma coisa para o futuro. É possível fazer desenvolvimento sustentável, produzindo tanto grão como pecuária e, ao mesmo tempo, conservando os nossos recursos naturais. Mas, para isso, Deputado Riva, podemos mandar, mudar. E quero fazer a sugestão: Tirar essas regiões que estão colocadas como não consolidadas... É só pegar (TEMPO ESGOTADO)...

O SR. PRESIDENTE (DILCEU DAL BOSCO) - Excelência, para a conclusão.

O SR. PERCIVAL MUNIZ - Para concluir.

...as regiões que estão colocadas como não consolidadas - todas já estão consolidadas, todas já estão com a sua base pronta para o desenvolvimento, com raras exceções, e devemos discutir as exceções - mas não, simplesmente, pegar toda uma região, que agora começa a sonhar com a pavimentação da BR-158, com a chegada de ferrovia... Agora, que a nossa região, depois de esperar 20 anos, começa a sonhar com o seu desenvolvimento, vem o Zoneamento que diz que não podemos mais plantar isso, não podemos mais fazer aquilo e estamos condenados a juntar coquinho para poder criar os nossos filhos e a nossa família. Não deixaremos que isso aconteça.

Quero deixar, aqui, claro para os companheiros de Querência, de Ribeirão Cascalheira, de São José do Xingu, de todos esses municípios que votaram em mim para Deputado: Vocês terão o meu voto na mudança desse projeto original, para garantir que essas cidades tenham ainda mais desenvolvimento, mais alegria e possam contribuir para um Mato Grosso muito melhor. Felicidades!

O SR. PRESIDENTE (DILCEU DAL BOSCO) - Agradecemos a presença do Jornal Conexão Xingu/Araguaia, de Querência; da Sr^a Madeleine Terezinha, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Canarana; da Vereadora Miriam Sanches Lacerda, de Barra do Garças; do Vereador João César, de Querência; do Vereador Valério Fernandes, de Querência; do Vereador Neuri, de Querência; e do Vereador Admilson Vilela, de Torixoreu.

Com a palavra, o Sr. Euclides Ferracini, Presidente da Associação do Projeto Novo Querência; e, na sequência, o Sr. Marcos da Rosa, Presidente do Sindicato Rural de Canarana.

O SR. EUCLIDES FERRACINI - Agradeço as autoridades presentes pela

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO
ECOLÓGICO, REALIZADA EM BARRA DO GARÇAS, NO DIA 04 DE ABRIL DE 2009, ÀS
09:00 HORAS.

oportunidade. Estou aqui representando a comunidade Brasil Novo.

Quero, em breves palavras, dizer que proteger nossas matas, nossos rios, significa prolongar nossos dias de vida na face da terra. Porém, há uma necessidade extrema de produzir alimentos para uma nação que está crescendo assustadoramente.

Diante dos fatos, será preciso liberar recursos para que os pequenos produzam seu próprio alimento. Temos consciência de que as APPs, matas ciliares, são intocáveis. Porém, como pequeno produtor, quero deixar claro, aqui, que será impossível a nossa subsistência com apenas 20% de área explorada, que é o que diz lá da nossa região. Muito obrigado! (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (DILCEU DAL BOSCO) - Com a palavra, o Sr. Marcos da Rosa, Presidente do Sindicato Rural de Canarana; e, na sequência, o Sr. Ayres José Trevisol.

O SR. MARCOS DA ROSA - Bom-dia a todos!

Bom-dia, Excelências; produtores; sociedade organizada; Poderes Executivo e Legislativo de Querência, com esta organização sem tamanho, demonstrando o civismo do nosso Vale do Xingu e do nosso Vale do Araguaia.

Vivemos as restrições nesta terra, como o Deputado Percival falou, que começa em Barra do Garças e acaba em Vila Rica; restrição do mercado internacional, que tem medo de Mato Grosso, que tem 63% de suas terras preservadas e com água potável suficiente para alimentar o mundo; restrição, como disse o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Riva, da ausência do Estado na nossa região. Ausência, onde leva o nosso povo a fazer o seguinte *slogan*: “Sem estrada, sem voto”. Num Estado, onde se recolhe um imposto a mais, chamado FETHAB...

Mesmo esses frigoríficos quebrados, Deputado Percival Muniz, que não nos pagaram, o FETHAB pagamos, recolhemos o FEFA e não recebemos o dinheiro. Isso demonstra a ausência do Estado.

A restrição do Zoneamento, onde é feito um trabalho técnico e acadêmico sem olhar o trabalho do povo na ocupação do solo, é extremamente grave.

Como muitos falaram, fomos convidados a vir aqui... Já numa Lei de Getúlio Vargas, em 43, foi feito o Decreto, chegaram oitenta homens, aqui em Barra do Garças, com foice e machado na mão, levaram oitenta dias para chegar a Nova Xavantina e lá construíram uma pista de avião, que era determinação do Governo: Ocupar essa região para que o mundo industrializado, o Primeiro Mundo não ocupasse. Levaram quarenta dias para construir essa pista, e o Governo determinou que, a partir daquela data, no ano de 43, se introduzisse duzentas famílias por mês naquela região.

Então, a colonização começou muito antes do que pensamos, aliás, começou em 1600, com o mapa dos espanhóis, que já tinham toda essa área marcada cem anos depois do descobrimento do Brasil. Isso, a nossa população e muitos acadêmicos do nosso Estado não sabem. Isto é muito grave. É a ausência da cultura e do Estado que predomina. É a ausência e a restrição de nós eleitores, desta região, que não tivemos a capacidade, até hoje, de união e bom senso por causa da politicagem em eleger apenas um Deputado em Barra do Garças. Uma região que tem duzentos mil eleitores e não termos um Deputado Federal - discutimos isso desde o primeiro momento que conhecemos o Deputado Homero Pereira... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (DILCEU DAL BOSCO) - Concedo mais um minuto para a conclusão.

O SR. MARCOS DA ROSA - Isso é falta de organização.

Dessa maneira, a restrição no Zoneamento, onde o Pantanal começa a quarenta minutos de Barra do Garças, às margens direita da BR-158.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO
ECOLÓGICO, REALIZADA EM BARRA DO GARÇAS, NO DIA 04 DE ABRIL DE 2009, ÀS
09:00 HORAS.

Não podemos nos calar. O Brasil é nosso! Vamos defendê-lo! Viva o Brasil! Viva a região do Araguaia! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (DILCEU DAL BOSCO) - Com a palavra o Sr. Ayres José Trevisol, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ribeirão Cascalheira.

Na sequência, com a palavra o ilustre Deputado Airton Português.

O SR. AYRES JOSÉ TREVISOL - Quero cumprimentar a mesa, inicialmente, nas pessoas do Presidente Riva e do nosso Prefeito de Ribeirão Cascalheira, Daniel Corrêa.

Senhoras e senhores presentes nesta Audiência Pública.

É importante, no início das minhas colocações, recordar um pouco da história de quando aqui chegamos e ocupamos esta região.

Nos anos 60 e 70, quando foram abertas as grandes rodovias, a 158, 163, a Transamazônica, o *slogan* do Governo era: “Abrindo caminho para integrar para não entregar.”

Nos anos 70, quando aqui nos instalamos e tornamos esta região produtiva, o *slogan* do Governo era estar aqui para produzir e atender a demanda de consumo do Brasil. Atendemos isso e viemos para esta região.

Mas agora, companheiros, o nosso campo não vai aguentar ficar encurralado do jeito que querem.

Nós precisamos, Srs. Deputados, com esse Zoneamento, transformar o Estado no que de fato já é, através de lei, um Estado produtivo, como já é, não torná-lo inviável.

Quero mostrar três pontos que não transmitem a verdade nesse estudo: primeiro, que diz que Daro e Feio são dois rios, Daro e Feio é um rio só, pessoal... (PALMAS) ...diz que às margens do Suiá-Missu tem que conservar as pastagens nativas. Não existe pastagens nativas ao longo do Suiá-Missu. Outra coisa grave que existe nesse documento é que excluíram o nosso Distrito de Novo Paraíso da discussão de Ribeirão Cascalheira - essas são as falhas que estão nesse documento.

A erosão que há ao longo da BR-158 é de responsabilidade do Governo Federal e não dos produtores daquela região. (PALMAS)

Diante dessa situação, queremos que seja aprovado o documento que vamos protocolar aqui, junto à Assembleia Legislativa, e vamos acompanhar, Srs. Deputados, a elaboração dessa lei na defesa do município de Ribeirão Cascalheira.

Muito obrigado, senhores e senhoras. Até a luta!

O SR. PRESIDENTE (DILCEU DAL BOSCO) - Com a palavra agora o ilustre Deputado Airton Português, membro titular dessa Comissão.

Na sequência, o Sr. Damião Sargin, ex-Vereador.

O SR. AIRTON PORTUGUÊS - Bom-dia a todos!

Sr. Presidente da nossa Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, Deputado Riva; Presidente da Comissão Especial do Zoneamento, Deputado Dilceu Dal Bosco; demais Deputados Federais que estão acompanhando essa Audiência; demais companheiros Deputados Estaduais.

Queremos parabenizar todos de Barra do Garças e de todos os municípios que compõem essa região do Vale do Araguaia.

Quero dizer a todos que somos produtores, somos filho de produtor e agropecuarista a nossa preocupação não é diferente da dos senhores. Vendo esse relatório... Quero parabenizar pela parte técnica e por tudo o que está sendo discutido.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO
ECOLÓGICO, REALIZADA EM BARRA DO GARÇAS, NO DIA 04 DE ABRIL DE 2009, ÀS
09:00 HORAS.

Quero fazer um convite especial a todos, aos vários segmentos de cada região, porque, como foi falado pelo nosso Deputado Riva, essa discussão não acaba aqui, vai até a votação na Assembleia Legislativa. Então, toda sugestão é possível, e tanto as Emendas Parlamentar como as sugestões que foram colocadas nesses dias de trabalho nesta cidade são importantes para o engrandecimento e melhoramento do projeto.

Quero deixar o meu abraço e dizer a todos que estamos prontos para o trabalho. As sugestões são bem-vindas a qualquer um dos Deputados do Estado de Mato Grosso, também não é diferente com os nossos Deputados Federais bem como com os nossos Senadores.

A nossa preocupação quando discutimos e quando formos votar esse Projeto do Zoneamento Socioeconômico Ecológico do Estado de Mato Grosso é igual a dos senhores. Podem ter a certeza de que vamos batalhar por uma situação melhor para cada família mato-grossense.

Um abraço a todos! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (DILCEU DAL BOSCO) - Com a palavra o Sr. Daniel Sagin.

O SR. DANIEL SAGIN - Muito obrigado.

Quero cumprimentar o Deputado Riva, e em seu nome toda a mesa.

Em breve palavras, cumprimento todo esse povo que está hoje nesta Audiência Pública, porque temos uma causa, causa essa hoje levantada pelo povo do Baixo Araguaia.

Os oradores que me antecederam já colocaram algo que teríamos a colocar quanto à consolidação do município de Querência como agricultor, mas quero falar além da agricultura, quero falar do comércio que se instalou, porque temos hoje no município representantes de todos os tipos de revenda de máquinas que geram um ICMS considerável no nosso município.

Eu, que estou atuando na região desde 72, morando em Querência há 23 anos, me sinto como um filho da terra. Vejo essa juventude aqui hoje e é para ela que temos que dar a nossa atenção.

Coloco também aos nobres Deputados a herança que nos restou do Governo Federal, que nos colocou 1.200 parceiros, que foram bem recebidos por nós em nosso primeiro mandato, logo da emancipação de Querência, e só hoje temos uma luz no fim do túnel, com a energia elétrica, para que eles possam ter uma vida digna, mas estão sendo nocauteados por esta lei. Mas eu confio, e digo ao nosso povo, principalmente à juventude: Não vamos aqui procurar culpados. Temos que ter a capacidade de encontrar soluções, através de um programa democrático.

Falo sempre que se alguém quiser xingar alguma pessoa, procure xingar a pessoa certa e na hora certa.

Tenho certeza que, irmanados com esta manifestação de apoio que a sociedade está dando a nossas autoridades - vejam os Srs. Deputados o que resta em suas mãos, a responsabilidade da continuidade, não de nós que já passamos dos 60 anos, mas sim dessa juventude que deixou os seus lares e veio acompanhar e prestigiar esse evento.

Quero deixar essa mensagem e tenho a certeza que Querência será inserido no nível 1, para que o nosso povo possa ter um desenvolvimento, uma vida digna e o nosso jovem possa também progredir e deixar aos nossos sucessores um mundo melhor do que recebemos.

Muito obrigado a todos e fiquem com Deus (PALMAS)!

O SR. PRESIDENTE (DILCEU DAL BOSCO) - Nós queremos registrar e agradecer a presença do Sr. Flávio Mendes, Presidente da Câmara Municipal de Cocalinho e do Sr. Nilson Gomes, Presidente da APRUMAG - Associação dos Produtores Rurais Mato Grosso/Goiânia; do Sr. Raimundo Ferreira da Silva, Secretário Municipal de Cultura de Torixoréu;

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO
ECOLÓGICO, REALIZADA EM BARRA DO GARÇAS, NO DIA 04 DE ABRIL DE 2009, ÀS
09:00 HORAS.

do Sr. Moisés Alves do Nascimento, Supervisor do Escritório da EMPAER de Barra do Garças; do Sr. Lucas Rure'ô, representante do Instituto Indígena Maiwú.

Com a palavra, o Sr. Evandro Bueno, da ONG Aliança da Terra e na sequência, a Sr^a Geny Polis, Assessora da Prefeitura e produtora rural de Ribeirão Cascalheira.

O SR. EVANDRO BUENO - Bom-dia a todos!

Eu falo em nome da Aliança da Terra, uma ONG que trabalha com produtores rurais, onde nossa área de atuação segue daqui de Barra do Garças até a área de Vila Rica. E a mensagem que nós viemos trazer aqui hoje é de que a consciência do produtor rural não está mudando, como ela já mudou. E o mais importante é que a atitude do produtor rural está mudando no que tange ao meio ambiente, no que tange à recuperação ambiental.

Nós possuímos, hoje, no cadastro socioambiental da Aliança da Terra em conjunto com o IPAM - Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia uma série de produtores, que já passou de 160 produtores, só nessa região, cadastrados e mapeados pela Aliança da Terra junto com o IPAM, que já estão inseridos em uma nova gestão socioambiental das propriedades.

E o que eu gostaria de deixar claro é que nessa nova mudança de atitude do produtor, senhores, o produtor precisa ser ouvido, porque ele está presente na região, ele conhece a realidade, hoje, como ela é e como a situação está.

Então, eu gostaria de deixar aqui de que as sugestões realizadas nesse trabalho que foi feito aqui nesta assembleia, de que fossem ouvidas com bastante atenção as sugestões deles, porque eles conhecem a realidade e já estão mudando em atitude e não só em consciência.

Era essa a mensagem. Obrigado! (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (DILCEU DAL BOSCO) - Com a palavra, a Sr^a Geny Polis.

A SR^a GENY POLIS - Bom-dia a todos!

Bom-dia a esta população, a nossa vizinha, inclusive, de Querência porque também faço parte de Querência e todos os municípios vizinhos (PALMAS).

Senhores componentes da mesa, Sr. Vice-Governador, Srs. Deputados Estaduais e Federais, eu quero dizer que participei deste Zoneamento defendendo a região 4.102.7 e 4.1.1.

Quero dizer a todos os senhores que prestem atenção, nós estamos nas mãos de vocês. Nós dependemos totalmente de vocês. Eu quero falar sobre a região 4.2.7, que compõe o varjão, vamos tirar daqui a palavra a Pantanal, que insisto em dizer que é uma região que está habitada há mais de quarenta anos, os moradores lá vivem e sobrevivem dela. Portanto, como é que podem nos tirar o direito de chegar lá uma estrada na casa de cada um? O que vamos fazer? Haverá um êxodo rural! Para onde irão essas pessoas? Acontecerá falência total da região e do município.

Quero falar também sobre a reserva Indígena Barbosa Pimentel, nossos irmãos indígenas o qual sugerimos para educação ambiental para esse pessoal. Também sugerimos que se faça um trabalho sobre a arte cultural deles, os trabalhos manuais que eles sabem fazer.

Nós temos nesta região a maior indústria do mundo, na região 4.2.7, que é a região do turismo que não é explorada. Temos que explorar o ecoturismo na região. Escutem vocês que são nossos representantes e nós estamos nas mãos dos senhores.

Agradeço a todos por este momento.

Muito obrigada (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ADALTO DE FREITAS-DALTINHO) - Obrigado, Dona Geny.

Convido o Prefeito Nilson Francisco Aléssio, do Município de Gaúcha do Norte.

O SR. NILSON FRANCISCO ALÉSSIO - Bom-dia a todos!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO
ECOLÓGICO, REALIZADA EM BARRA DO GARÇAS, NO DIA 04 DE ABRIL DE 2009, ÀS
09:00 HORAS.

Deputado Riva, Presidente da Assembleia Legislativa; Presidente da Comissão Especial do Zoneamento, Deputado Dilceu Dal Bosco; Vice-Governador Silval Barbosa, demais componentes da mesa.

Quero dizer a vocês que é muito importante preservar, mas é importante também produzir. Eu pedira que as nossas autoridades olhassem com carinho para os nossos produtores. É muito importante porque de vocês depende a sobrevivência de nossos municípios. Estamos sofrendo, os nossos produtores já não aguentam mais o que está acontecendo.

Então, olhem com carinho pelos nossos produtores.

Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ADALTO DE FREITAS-DALTINHO) - Convido para fazer uso da palavra, o Prefeito do Município de Querência, Sr. Fernando Görgen (PALMAS).

O SR. FERNANDO GÖRGEN - Quero cumprimentar todos, em nome do Presidente cumprimento todas as autoridades da mesa.

Primeiro, Sr. Presidente, eu quero dizer que estamos a quatrocentos e cinquenta quilômetros desta Audiência Pública. Gostaria que a comunidade querenciana ficasse em pé. Por favor, todos em pé, Querência (PALMAS).

Eu quero parabenizar, Sr. Presidente, a Assembleia Legislativa que a Audiência Pública faz parte do processo democrático brasileiro e dizer ao Ministério Público que no processo democrático brasileiro temos que ouvir todos, mas decidir pela maioria.

Eu quero deixar, principalmente para a Comissão do Zoneamento, um relato dos dois dias que nós discutimos nos Seminários, 01, 02, 03, e 04. Inclusive, várias diretrizes modificadas, discutidas com os irmãos indígenas e muitas delas com consenso. Quero que a mesa note que apenas as diretrizes mudadas não tiveram consenso, porque tinha uma pessoa no Grupo de cem pessoas que nem mora no Araguaia, que... (PALMAS)

Quero dizer, também, que no Grupo IV tinha duas pessoas. E uma delas identificou-se como representante dos Acadêmicos, e nem condições para isso tinha, Sr. Presidente.

Quero deixar isso relatado, Sr. Presidente, que a grande maioria das Diretrizes mudadas tem consenso. E as que não entraram em consenso, foi porque teve quatro pessoas, uma em cada Grupo, para colocar as observações.

Dizer para vocês da Assembleia Legislativa que em Querência nós tivemos quatro reuniões na nossa Comunidade e não tem como não passarmos para a categoria I. É impossível. Nós temos mais de duzentos mil hectares de lavouras plantadas, mais de duzentos mil hectares de pecuária consolidada. A foto, Sr. Presidente, da pecuária consolidada no Mato Grosso, é da pecuária de Querência, tem a marca da Fazenda e eu conheço a foto (PALMAS).

Ninguém melhor do que nós que moramos no Araguaia, temos aí em torno de mil pessoas... Nós temos mais de mil e quinhentos proprietários no Município de Querência; desses, mais de mil trezentos são de pequenos produtores. Destes, mil duzentos noventa um colocados pelo Governo Federal. Aí existe a comunicação (TEMPO ESGOTADO). Existe os mesmos quinhentos produtores. Isso eu falo em nome do Município de Querência.

Sr. Presidente, agora eu vou falar como Presidente da Associação dos Municípios do Vale do Araguaia. Temos cidades vizinhas, como Ribeirão Cascalheira, que, se mantiver o Zoneamento como está, ficará inviabilizada. Cocalinho, por exemplo, ficará totalmente inviabilizada (PALMAS).

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO
ECOLÓGICO, REALIZADA EM BARRA DO GARÇAS, NO DIA 04 DE ABRIL DE 2009, ÀS
09:00 HORAS.

Srs. Deputados, tenham sensibilidade, senão, Vossas Excelências inviabilizarão vários municípios no Vale do Araguaia. A não ser que o Governo tem um grande loteamento feito para acolher todas as famílias, porque vai inviabilizar muitos municípios no Vale do Araguaia.

E digo para vocês, que ninguém mais do que nós, que moramos no Araguaia, que moramos no Estado de Mato Grosso, conhecemos a nossa realidade. E temos a consciência ambiental. Nós não queremos ser melhores do que ninguém no País. Mas nós queremos ser tratados iguais ao restante do País. Nós, Deputado Percival Muniz, não queremos nem tirar as reservas permanentes, não (PALMAS). Mas nós queremos que os nossos rios sejam tão importantes como todos os rios do País. Não queremos que o rio Suiá-Missu, o rio das Mortes sejam mais importantes do que os outros rios; e as nossas reservas indígenas, nós vamos trabalhar com harmonia, com os povos... Para isso, foram feitas várias mudanças nas diretrizes, com certeza e consciência com os nossos irmãos indígenas, respeitando-os e eles nos respeitando.

As alterações não são das reservas indígenas, mas, sim, de pessoas que estão interessadas em travar o desenvolvimento nesta região.

Muito obrigado e um abraço a todos! Obrigado a toda comunidade (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (DILCEU DAL BOSCO) - Queremos avisar a todos que estão participando, que, muitas vezes, o Deputado tem que atender alguém aqui, tem que dar entrevista, mas tudo o que está acontecendo hoje, aqui, está sendo filmado, gravado. O serviço de taquigrafia da Assembleia Legislativa está aí, tudo está sendo registrado, cada fala, cada ação, tudo, para que depois possamos rever tudo isso, a Comissão, junto com o Relator, Deputado Alexandre Cesar, para formatar o nosso Substitutivo Integral, o nosso Relatório dentro do processo da legitimação necessária com a participação de todos vocês.

Cumprimentamos também o Tenente-coronel Aderson José Barbosa, Comandante da 1ª Companhia do Corpo de Bombeiros de Barra do Garças; o Coronel Valtenir Benedito Barbosa, Comandante do Comando Regional 5-Leste, Vale do Araguaia; do Sr. Nilson Xavante, Presidente da Organização Indígena Xavante, Barra do Garças; do Sr. Mário Guri, Presidente da Câmara Ítalo-Brasileira de Indústria, Comércio e Agricultura; da Srª Janete Elizabeth Tomás, Secretária Municipal de Educação de Querência; do Sr. Nilo Vicente Trevisol, Secretário Municipal de Finanças de Querência.

Com a palavra, o Sr. Elandro Dalbello, representando o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Querência; e, na sequência, Luiz Antônio Vale, Secretário Municipal de Administração de Nova Xavantina.

O SR. ELANDRO DALBELLO - Bom-dia a todos e a todas!

Em primeiro lugar, quero cumprimentar a mesa. E, para nosso conhecimento, estivemos dois dias discutindo esse Zoneamento Socioeconômico Ecológico da nossa região de Querência.

A preocupação, Srs. Deputados, é em relação à Agricultura Familiar, que no momento vem sendo esquecida nessa questão ambiental.

Hoje, nós somos mais de 1.200 famílias assentadas no município, mais de 100 famílias na Agricultura Familiar, de pequenos agricultores, que somos impedidos de acessar ao crédito devido à irresponsabilidade das questões ambientais, onde colocaram os trabalhadores jogados dentro de uma mata para que esses produzissem alimentos para a maioria dos nossos trabalhadores.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO
ECOLÓGICO, REALIZADA EM BARRA DO GARÇAS, NO DIA 04 DE ABRIL DE 2009, ÀS
09:00 HORAS.

É inviável trabalharmos em cima de uma propriedade onde apenas podemos explorar 20% para o sustento da nossa família e ainda distribuir 70%, que são aproveitados na mesa dos brasileiros.

Então, meus companheiros, precisamos da colaboração dos nossos Deputados Estaduais, Federais e do Senado, para que essa medida seja alterada no novo Código Florestal Brasileiro.

Precisamos, companheiros, ter o compromisso de recuperar nossas APPs, recuperar nossas reservas hídricas. Mas, para isso, nós também precisamos ter condições para fazer a recuperação nessas áreas (PALMAS).

Quero apresentar para a Mesa Diretora, que a nossa Zona 3, onde está enquadrado o Município de Querência, também seja repassada para Zona 1, onde, hoje, produzimos alimentos; nós produzimos para as nossas famílias.

E, ainda, meus companheiros, devemos ter o dever de representar nossos agricultores, não apenas de quatro em quatro anos, quando batem nas portas dos nossos trabalhadores, pedindo um voto de confiança e depois no Senado, na Câmara, os Deputados Federais votam contra os nossos trabalhadores. E, hoje, pertence ao nosso Estado 5% da Agricultura Familiar, que são apenas áreas dos assentados da Agricultura Familiar.

Então, meus companheiros, peço a colaboração dos senhores, representem o Município de Querência, representem os trabalhadores e trabalhadoras de todo o Estado de Mato Grosso.

Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (DILCEU DAL BOSCO) - Com a palavra, o Sr. Luiz Antônio Vale, Secretário Municipal de Administração de Nova Xavantina.

Na sequência, a Sr^a Madeleine Terezinha Stagliotto, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Canarana.

O SR. LUIZ ANTÔNIO VALE - Senhoras e senhores!

Em nome do Prefeito Gersino Caetano Rosa, de Nova Xavantina, cumprimento todo o público.

Nova Xavantina, como todos sabem, é cortado pela BR-158. Para nossa surpresa, quando estudamos o Zoneamento, na quarta-feira, na quinta-feira e na sexta-feira, identificamos que, também, cortaram Nova Xavantina em duas Categorias: de um lado da rodovia, a Categoria zona 1.8; do outro lado da rodovia, a 2.3.13. É como se houvesse duas Xavantinas; é como o solo fosse dividido pela rodovia: de um lado tem as casas de xavantinenses e, do outro lado da rodovia, é como se fosse outra cidade.

Queria deixar claro aos Srs. Deputados e ao público que as mesmas casas, os mesmos solos que estão de um lado da rodovia, estão do outro lado. Por que, então, dividir em duas categorias? As fazendas de Nova Xavantina, que estão na área 2.3,13, têm produtividade acima da média nacional. Essas fazendas, que estão classificadas na Categoria II, como as de Querência, são tratadas como se estivessem no tempo da pedra e tivessem que ser tuteladas pelo Estado (PALMAS). Isso não tem sentido!

Gostaríamos que todo o Município de Nova Xavantina fosse cadastrado na Zona 1.8.b. Se os Srs. Deputados lerem a descrição da indicação e das diretrizes da área 2.3 verão que o Município de Nova Xavantina não é citado nenhuma vez. Nenhuma vez! O Município de Nova Xavantina só é citado na Categoria 1.8, deixando claro, escrito pelos próprios planejadores, que é

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO
ECOLÓGICO, REALIZADA EM BARRA DO GARÇAS, NO DIA 04 DE ABRIL DE 2009, ÀS
09:00 HORAS.

1.8. Porque se tivesse características de 2.3, estaria citado nessas diretrizes. Coisa que não aconteceu!

Quero apelar à sensibilidade dos Srs. Deputados, ao senso público, de atender o pleito que estamos fazendo. Um documento foi protocolado junto a essa Casa para que o Município de Nova Xavantina seja enquadrado na Categoria 1.8.b, assim, corrigindo uma injustiça e, a nosso ver, um erro técnico.

Está em suas mãos, Deputados, corrigir esse erro! Muito obrigado! (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (DILCEU DAL BOSCO) - Registro a presença do Sr. Júlio Xavantes, Presidente do Sindicato dos Transportes de Mato Grosso- SETROMAT; do Sr. Vicente Ferreira, Secretário Municipal de Agricultura de Pontal do Araguaia; do Sr. José Carlos Oliveira, Secretário Municipal Adjunto de Alto Araguaia; do Sr. Luiz Omar Pichett, Secretário de Desenvolvimento do Município de Água Boa; do Sr. Marcos da Rosa, Presidente do Sindicato Rural de Canarana; do Sr. Laércio Fassoni, Presidente do Sindicato Rural de Água Boa e do Sr. João Batista, Presidente do Assentamento Santa Acácia, de General Carneiro.

Com a palavra, a Sr^a Madeleine Terezinha Stagliotto, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Canarana.

Na sequência, o Deputado Federal Eliene Lima.

A SR^a MADELEINE TEREZINHA STAGLIOTTO - Bom-dia, Srs. Deputados Estaduais e Federais.

Em nome do nosso Prefeito Valter Farias cumprimento a todos!

Bom-dia, produtores e produtoras rurais! (PALMAS)

Srs. Deputados, estou aqui com a missão de colocar a Vossas Excelências o nosso pedido, Sr. Relator da Comissão Especial do Zoneamento: que Canarana seja retirado da Categoria 2.3.9, porque achamos injusta essa classificação.

Achamos injusta, Srs. Deputados, porque desde a década de 90 nossas áreas estão consolidadas, sim! No Município de Canarana, num montante de um milhão e oitenta e sete mil hectares, somente cento e trinta são lavouras e dentro desse plantio temos duas safras, alternando com soja, milho, milheto, gergelim e crotalária.

Queremos dizer que é injusta a nossa classificação, porque os produtores usam a alta tecnologia há mais de dez anos, usando o plantio direto, controlando pragas dentro do sistema da ANVISA.

Queremos dizer, ainda, que Canarana deve permanecer na Categoria 1 porque é pioneira nas conservações das APPs. Das cento e quatorze APPs mapeadas mais de setenta são conservadas. Num trabalho pioneiro no Estado de Mato Grosso, em parceria, dentro da Campanha *Y Ikatu* Xingu, com o Instituto Socioambiental ISA, fizemos várias ações com os produtores rurais. Recentemente, o plantio de sementes nativas produzidas no viveiro do Município de Canarana é reportagem do *Globo Rural*.

Queremos, Srs. Deputados, sensibilizar na hora da votação e da adequação das palavras. Porque uma região que há mais de trinta anos era para ser o maior celeiro, como dizia o nosso saudoso Senador Jonas Pinheiro, talvez, hoje, seja prejudicada pela implantação do Zoneamento se ficar fora da nossa realidade.

Por isso, agradecemos a atenção de Vossas Excelências e queremos dizer que os agricultores de Canarana e toda a sociedade é parceira da Assembleia Legislativa desde sejam ouvidos. Muito obrigado! (PALMAS).

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO
ECOLÓGICO, REALIZADA EM BARRA DO GARÇAS, NO DIA 04 DE ABRIL DE 2009, ÀS
09:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (DILCEU DAL BOSCO) - Registramos e agradecemos a presença do Sr. Manoel José da Silva, o Branquinho, Presidente da Câmara de Nova Xavantina; do Sr. Almir Araujo Ramos, Técnico Ambiental, neste ato representando a Secretaria de Indústria Comércio e Mineração do Estado; do Sr. Euclides Ferracine, Presidente da Associação Projeto Brasil Novo, de Querência; do Sr. Darci Heemann, Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Querência, que fará uso da palavra após o Deputado Eliene Lima; do Sr. José Juarez, Presidente do Instituto Araguaia Verde.

Registramos, também, a presença do Sr. Eduardo Bueno de Queiroz Barrone, da Agropecuária Vale do Sonho, de Barra do Garças.

Ele estava inscrito, mas, sentiu-se contemplado com as falas que o antecederam e abriu mão da sua inscrição.

Solicito que os demais inscritos, que tiveram o mesmo sentimento, comuniquem à mesa.

Com a palavra, o ilustre Deputado Federal Eliene. (PALMAS).

O SR. ELIENE - Bom-dia a todos e a todas!

Saúdo a Comissão Especial do Zoneamento, na pessoa do seu Presidente, Deputado Dilceu Dal Bosco; saúdo o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Riva; o Vice-Governador Silval Barbosa; os Deputados Estaduais; os meus colegas Deputados Federais que aqui se encontram; e a equipe técnica do Governo Federal, na pessoa do Sr. Roberto Vizentin.

Saúdo todas as Comitivas que vieram participar de uma discussão extremamente importante para a sobrevivência, para o desenvolvimento da região IV, que tem como ponto polo a cidade de Barra do Garças.

Quero dizer que a Audiência Pública possibilita o que estamos vendo aqui. E a participação maior ou menor de cada município, a exemplo de Querência, Cocalinho, que estão aqui para reivindicar os seus anseios, cada um dos 17 municípios, que compõem esta região do Zoneamento, comparece para dialogar. E ainda não existe, realmente, uma situação definida, abrindo para que as comitivas venham às audiências públicas colocar o seu ponto. Ao final, quando ouvir em todas as Audiências Públicas, definir uma lei que tanto atende a sociedade - esperamos isso - como também os aspectos técnicos. É preciso, fundamentalmente, aliar a preservação com a possibilidade do desenvolvimento econômico. Não tem outra forma.

Quando ouvi, aqui, o Vice-Presidente da Comissão, Deputado Percival Muniz, dizer que da forma que o Governo encaminhou engessa a região. Olha, isso, realmente, abre a possibilidade para a Comissão e para a sociedade toda contestar e buscarem as alternativas que possam aí trazer um resultado final esperado. Isso é importante!

Temos que lembrar, pessoal, que a ação, hoje, que a Assembleia Legislativa está travando no Estado de Mato Grosso é extremamente salutar!

Nos doze anos que estive na Assembleia Legislativa não teve nenhum projeto de lei tão debatido, tão aprofundado, como temos percebido a discussão do Zoneamento Socioeconômico Ecológico. Temos que lembrar que o mundo cresce em uma velocidade extremamente grande em relação a sua população.

Em 1950, a população do mundo era de apenas dois bilhões e quinhentos milhões de pessoas. Cinquenta anos depois, no ano de 2000, passava de seis bilhões de pessoas. E este preenchimento populacional exige racionalidade; exige leis que oriente; exige normas que regulamente - e aqui estamos vendo. Nós conhecemos a situação de vocês.

Vejo, ali, aquelas faixas: Coutinho União, Brasil Novo, Pingo d'Água, São

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO
ECOLÓGICO, REALIZADA EM BARRA DO GARÇAS, NO DIA 04 DE ABRIL DE 2009, ÀS
09:00 HORAS.

Manoel, a dificuldade que é aqueles assentamentos que foram lá deixados.

Conhecemos a realidade de Ribeirão Cascalheira, de Cocalinho, de cada uma dessas 17 cidades, que precisa ser debatida e buscada uma solução.

As leis de proteção ambiental, pessoal, são recentes. O Brasil foi omissos durante 500 anos.

Em 1934, surgiu o primeiro Decreto Federal de Preservação Ambiental. Em 1965, o Código Ambiental, o Código Florestal. Em 1995, temos Leis e Medidas Provisórias que não foram votadas até hoje.

Então, esse debate, que se trava atrás de resolver, de buscar uma solução, é a melhor alternativa que temos. Não temos nada definido.

A Mensagem que o Governo mandou para a Assembleia Legislativa, que está sendo debatida nas diversas regiões do Estado, vai se aprimorando.

Eu tenho uma opinião pessoal: É um absurdo essa região, uma parte dela - que temos clareza que é uma área consolidada - ser enquadrada lá na Categoria 4.

Vejo, aqui, na camiseta do pessoal de Querência, que é a Categoria 1... Porque é a região - como disse o Vereador Neuri aqui - maior produtora de grãos do Araguaia. Tem que se ter um olhar especial, tem que se voltar de forma especial para Querência.

Então, pessoal, parabéns pela participação! Todas as 17 cidades, aqui representadas, estão de parabéns! Estaremos atentos para que lá no Congresso Nacional possamos, também, dar uma contribuição em termos de mudanças de leis, para que possamos ter um Brasil voltado, principalmente, para esse binômio: Preservação Ambiental associada à Produção. Igual está na camiseta do pessoal de Cocalinho: “Preservação mais Produção é a Solução”. Um abraço para vocês!

O SR. PRESIDENTE (DILCEU DAL BOSCO) - Registramos e agradecemos a presença do Sr. Marcos Barbosa, Secretário Municipal de Novo São Joaquim; do Vereador Francisco Cavalcante, do Município de Canarana; do Sr. Lourival Barreto Moreira, Extensionista da EMPAER de Vila Rica; do Sr. Luiz Antônio Nabhan, Presidente da União Democrática Ruralista - UDR Nacional; do Sr. Francisco Carlos da Silva, Presidente do PMN de Barra do Garças; e da ONG Aliança da Terra.

Com a palavra, o Sr. Darci Heemann, Presidente do Sindicato dos Produtores de Querência; e, na sequência, o Sr. José Juarez, Presidente do Instituto Araguaia Verde.

O SR. DARCI HEEMANN - Cumprimento a mesa, na pessoa do Deputado Dilceu Dal Bosco, Presidente desta Audiência Pública; os Deputados presentes e todos os prefeitos e prefeitas de vários municípios da nossa região.

Como produtor da cidade de Querência, represento toda essa classe de camiseta branca que se encontra, hoje, aqui.

O Município de Querência vive um momento crítico, com sucesso, de sua história. Temos vários agricultores do nosso município, aqui dentro - que estão usando essa camiseta - com áreas embargadas. São mais de vinte mil hectares que deverão ser liberados após esse Zoneamento.

Essas pessoas, esses agricultores, que estou representando, têm dívidas para pagar. E, no ano que vem, se não puderam plantar nessas áreas, terão dificuldades nos bancos e, provavelmente, serão cortados os créditos. Isso tem que ser estudado e liberado com urgência em nosso município.

Agora, estamos vendo que o Zoneamento traz várias restrições ao uso do nosso solo.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO
ECOLÓGICO, REALIZADA EM BARRA DO GARÇAS, NO DIA 04 DE ABRIL DE 2009, ÀS
09:00 HORAS.

É notório que nosso município tem capacidade produtiva e potencial consolidado. Quem não conhece Querência pela fama? É um grande produtor de grãos. Em nosso município, somos responsáveis pela produção de grãos do Vale do Araguaia em 51%. Além disso, somos ambientalmente responsáveis por devoluções das embalagens de 99%, dentro do nosso município, sobre os agrotóxicos, são todos devolvidos. Chegaremos, neste ano, em 100%.

As APPs, do nosso município, já contamos com 91% em dia; e o restante, nós, produtores, seremos responsáveis, em poucos anos, de reflorestar o que falta.

Se continuarmos na categoria 2.3, haverá forte queda na produção e nos investimentos, tanto públicos quanto privados. Por essa razão, o desemprego crescerá, o comércio fechará suas portas e surgirá o êxodo dos moradores.

Temos ações de preservação de nossas águas, preservadas nas APPs, como já falei, mas também os solos para agropecuária.

Srs. Deputados, a região do Vale do Araguaia... (TEMPO ESGOTADO)

Não é necessário nem justo sermos classificados como categoria 2.3. Somos produtores, preservadores do meio ambiente, comerciantes e pais de famílias.

Desejamos continuar contribuindo para o progresso da região do nosso amado Estado de Mato Grosso.

Muito obrigado! (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (DILCEU DAL BOSCO) - Com a palavra o Sr. José Juarez.

Cumprimento todos em nome da minha mãe natureza.

A nossa mãe natureza, neste momento, está orgulhosa, por ver seus filhos ilustres aqui para defendê-la.

A nossa mãe natureza estava na UTI na nossa região, posso dizer que no nosso Brasil, e esse grupo de filhos de luta e preservação, que ama a nossa mãe natureza, veio para tirá-la da UTI.

Tenho certeza que a partir deste encontro a mãe natureza está indo para um quarto ruim de um hospital, sem ventilador, mas está feliz por saber que tem o povo de toda a região do Vale do Araguaia emitindo energia para sua sobrevivência.

Com o apoio dos senhores, doutores, peço: vamos ajudar a nossa mãe natureza. É simples! Um projetinho que as pessoas aqui apresentarem, projetinho de dez, cinco mil, já resolve o problema do nosso povo. Eles só querem semente e educação.

Eu me chamo José Juarez, sou técnico do INCRA, não estou aqui como funcionário do INCRA, mas como idealizador do Projeto Renascer do Plantar.

O que é o Projeto Renascer do Plantar? Ele tem a finalidade, o objetivo de voltarmos às culturas tradicionais, da maioria do nosso povo da minha idade acima, de quando os nossos pais iam à casa do vizinho, chupavam uma manga e traziam o caroço, comiam uma mandioca e levavam a rama. Com a paralisação dessa cultura e com o desmatamento desordenado, quanto frutos do nosso cerrado acabaram? Então, o Projeto Renascer do Plantar tem o objetivo desse resgate. Já trabalhamos aqui na região do Vale do Araguaia distribuindo trinta mil mudas de árvores frutíferas no ano passado e neste ano temos um projeto de distribuir mais cinquenta mil mudas.

Na verdade, todo mundo aqui sabe - as pessoas mais antigas, que vieram da roça, igual a mim - que, quando éramos meninos, éramos ricos. Só não tínhamos dinheiro, mas tínhamos frutas, tínhamos tulha cheia de arroz, tínhamos a natureza que nos dava tudo, até a caça. Hoje não temos nada!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO
ECOLÓGICO, REALIZADA EM BARRA DO GARÇAS, NO DIA 04 DE ABRIL DE 2009, ÀS
09:00 HORAS.

Então, temos que voltar a nossa cultura com educação ambiental sustentável, voltar para os nossos cerrados, às matas, às árvores frutíferas para que possamos dela tirar os frutos da alimentação e mostrar ao mundo o que nós temos de mais rico, que é o nosso cerrado, que não foi falado. Insistem em falar em preservação do meio ambiente, do pantanal, dos biomas... E o nosso cerrado? E a nossa região?

Enfim, trabalhamos com mudas frutíferas do cerrado e de casa também e esse é o objetivo do Instituto Araguaia Verde, Projeto Renascer do Plantar.

Temos os nossos parceiros, que são a UFMT, a SEMA, a EMPAER e conseguimos fazer o Dia do Cerrado, o maior evento da região, como este, com essa integração, para ouvir as pessoas e eles nos ouvirem, como os senhores, para que os senhores possam sentir o que temos. Tenho certeza que a nossa natureza vai estar a salvo, principalmente o nosso bioma cerrado.

Peço aos senhores que nos deem e tenham condições de conhecer o cerrado, porque nós só amamos o que conhecemos, não amamos o que não conhecemos. Vamos conhecer o cerrado! Vamos esperar acabar o cerrado para depois os pesquisadores virem fazer o que tinha que ter sido feito?

Eu só digo uma coisa, tem muitos pesquisadores, como da faculdade, que veem com amor. Se não for com amor, não vê a natureza. E eles não querem dinheiro, não. Eles querem condições para vir.

Muito obrigado. Salvem o nosso cerrado! (VAIAS)

O SR. PRESIDENTE (DILCEU DAL BOSCO) - Como Presidente da Comissão Especial do Zoneamento, em nome da Assembleia Legislativa, quero pedir a todos os senhores e senhoras respeito. Esta é uma Audiência Pública oficial da Assembleia Legislativa, todos que se inscreveram têm o direito a falar e até o momento não tínhamos ouvido nenhuma vaia aqui.

Agradecemos a presença da Escola Família Agrícola, do município de Querência; da comunidade Projeto Brasil Novo, de Querência; a colaboração do Café Viola, de Barra do Garças; a presença dos produtores rurais de Nova Xavantina, Canarana, Querência e Cocalinho; do Sindicato Rural de Barra do Garças; dos produtores de Ribeirão Cascalheira; dos comerciantes de Querência; dos produtores rurais de Gaúcha do Norte; e a presença do Partido Verde de Barra do Garças.

Solicitamos aos oradores inscritos de Querência que procurem o Prefeito Fernando que lhes passará uma orientação.

Com a palavra o Sr. Laércio Fernandes Passone.

Na sequência, o Prefeito Walter Farias, de Canarana.

O SR. LAÉRCIO FERNANDES PASSONE - Bom-dia a todos.

Eu gostaria de dizer que já fomos contemplados com algumas informações, principalmente sobre a nossa colonização, como foi feita, como foi efetuada e também em relação a que já temos muitas áreas consolidadas, que, infelizmente, por esse estudo ser defasado, se apresentam como categorias não consolidadas. Então, estou apresentando, através de ofício, que sejam mudadas várias áreas de Água Boa para áreas consolidadas. Como já foi dito pelo Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Riva, terá a oportunidade até, se for necessário, de uma visita pela equipe técnica.

Voltaremos ao assunto diretamente à Assembleia Legislativa e contamos com a aprovação dessa reversão.

Muito obrigado! (PALMAS)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO
ECOLÓGICO, REALIZADA EM BARRA DO GARÇAS, NO DIA 04 DE ABRIL DE 2009, ÀS
09:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (DILCEU DAL BOSCO) - Com a palavra o Prefeito de Canarana, Walter Farias.

O SR. WALTER FARIAS - Quero parabenizar o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Riva; cumprimentar o Vice-Governador, Silval Barbosa, em seu nome cumprimentar toda a mesa.

Cumprimento todos os senhores, os munícipes de Canarana e os produtores presentes nesta importante Audiência Pública.

Quero dizer, Presidente da Comissão de Zoneamento, Deputado Dilceu Dal Bosco; Relator, Deputado Alexandre Cesar, nesta Audiência Pública, que tenho acompanhado aqui e estou vendo que todo mundo, todas as pessoas que me antecederam, está falando de uma forma que parece estar pedindo que os senhores Deputados nos façam um favor.

Eu entendo da seguinte forma: isso é um compromisso da Assembleia Legislativa, de todos os 24 Deputados, que irão analisar as propostas que foram estudadas aqui na quinta-feira e sexta-feira por todos os integrantes dos municípios, que participaram aqui, estudando esse Zoneamento.

Vou falar agora, especificamente, da minha região, lá de Canarana, do meu município.

O nosso município, conforme a Vereadora Madeleine já disse, nós plantamos lá, hoje, os produtores, mais de 100.000 hectares. O Município de Canarana, hoje, já está trabalhando em todas as Áreas de Preservação Permanente.

Então, a vocês, Deputados, os 24 Deputados, eu tenho certeza que um Prefeito, um Vereador, um Presidente da Câmara, um Deputado Federal, um Senador, um Deputado Estadual, um Presidente da República não vota nunca contra os interesses da população e de uma região.

Portanto, fica aqui registrado que em todos os municípios e no nosso Município de Canarana os produtores querem continuar produzindo riquezas para o município, para o Estado e para o Brasil.

Portanto, eu tenho certeza que a sensibilidade de vocês irá aprovar essa Lei de Zoneamento de acordo com o que contempla não só Canarana, não só Querência, mas todos os municípios.

Fica aqui o meu pedido registrado, de Canarana, de 2.3.9 para 1, para continuarmos produzindo e tendo um equilíbrio entre a produção e a preservação do ambiente. E dessa forma que nós estamos trabalhando lá em Canarana, com viveiros, distribuindo mudas e conservando as Áreas de Preservação Permanente e as áreas das nascentes do Xingu.

E dessa forma eu tenho certeza que a região não vai ser prejudicada, porque é daí que vem a riqueza, que vem a renda, que vem o emprego e que vem a melhoria da qualidade de vida para todos nós e para todos vocês.

Um abraço e muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (DILCEU DAL BOSCO) - Agradecemos a presença da Polícia Militar de Barra do Garças, dos produtores rurais de Torixoréu, dos professores e alunos da UNEMAT de Nova Xavantina, do Sr. Wellington Marcos, Superintendente do MT Regional, dos produtores rurais do Município de Canarana; do Sr. Gilnei Macari, Vereador e 1º Secretário da Câmara Municipal de Água Boa; do Sr. José Ari Zandoná, Presidente da Câmara Municipal de Água Boa; do Vereador Léo, do Município de Querência, do Distrito de Coutinho União.

Com a palavra, o representante da Associação Xavante Warã, Tserê saro, e, na sequência, o Sr. João Batista, Presidente do Assentamento Santa Cássia de General Carneiro.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO
ECOLÓGICO, REALIZADA EM BARRA DO GARÇAS, NO DIA 04 DE ABRIL DE 2009, ÀS
09:00 HORAS.

O SR. JOÃO BATISTA - Bom-dia a todos!

Nós queremos agradecer a oportunidade de estarmos aqui, porque temos que participar da lei que está aqui. O nosso Município de General Carneiro ainda ficará muito prejudicado através dessa lei que será aprovada. Nós estamos aqui junto com a nossa Prefeita, vamos reivindicar novamente essa lei pedindo que os Deputados estudem melhor a nossa região, porque estamos sendo ofendidos ainda. Nós precisamos dessa força de todos vocês, porque a nossa região está sendo prejudicada, os assentamentos não poderão nem trabalhar porque é emendado, emparelhado com a área indígena.

Então, nós estamos preocupados com essa situação. Os pequenos produtores serão arrancados a força! Como é que iremos viver? Então, quero pedir a todos os Deputados, ao prefeitos, que reivindiquem juntos com os presidentes dos assentamentos, porque cada um de nós tem um tipo de necessidade dentro desse projeto feito. Então, eu peço que os senhores dêem essa oportunidade para que possamos levar até a Assembleia Legislativa para que seja aprovado essa lei como vemos as necessidades dentro dos assentamentos.

O Eduardo Moura conhece a nossa dificuldade aqui, ele nos representa, ele sabe.

Vocês não reparem porque não temos costume de falar, mas pedimos que... O Deputado Adalto de Freitas - Daltinho também é da região, ele sabe das dificuldades dos assentamentos, das associações trabalharem para os pequenos produtores.

Eu peço para o nosso companheiro, Secretário do Governo, que dê uma oportunidade melhor junto com os Deputados, para podermos cobrar lá na sala deles as nossas necessidades que são grandes. Estão mudando a palestra porque as nossas necessidades são grandes. Então, eu peço esta oportunidade.

Nós temos lutado muito, mas temos poucos resultados. Então, eu peço em nome de todas as associações que conheço, nas nossas dificuldades para dar oportunidade a nós.

Muito obrigado, agradeço esta oportunidade a vocês (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (DILCEU DAL BOSCO) - O senhor está representando a Associação Xavante?

O SR. JOÃO BATISTA - Associação Santa Acássia, em General Carneiro.

O SR. PRESIDENTE (DILCEU DAL BOSCO) - Santa Acássia. Então, Sr. João Batista?

O SR. JOÃO BATISTA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (DILCEU DAL BOSCO) - Com a palavra, o Sr. Januário Tseredzaro Rori-õ, da Associação Xavante Warã.

O SR. JOÃO BATISTA - Porque dentro desta lei estamos vendo que seremos prejudicados.

O SR. PRESIDENTE (DILCEU DAL BOSCO) - Está bom, Sr. João, está registrado (PALMAS).

O SR. JANUÁRIO TSEREDZARO RORI-Õ - Bom-dia a todos!

Eu agradeço à mesa e à comissão organizadora também. Sabemos que não é fácil organizar um evento grande como este.

Esse Zoneamento, para nós, é recente estarmos ouvindo, então ele é complexo. Eu acho que aqui é o momento de mergulharmos com a sociedade. É neste momento que iremos tentar nos conhecer e nos unir. Então, eu falarei em nome de todos os povos indígenas de Mato Grosso porque são muitos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO
ECOLÓGICO, REALIZADA EM BARRA DO GARÇAS, NO DIA 04 DE ABRIL DE 2009, ÀS
09:00 HORAS.

Eu vou falar da redação das diretrizes 15b que fala da proibição do uso de defensivo agrícola, que permaneça essa redação. Por quê? Porque nós precisamos ter uma boa saúde, nós precisamos ter uma boa vida como cidadãos, como um todo, não só para nós, mas que isso aconteça também nas cidades pequenas. Nos municípios parece que não tem um lugar tipo zona de amortecimento, não tem existido na cidade e também nos assentamentos.

Por esse motivo, eu estou falando representando os nossos povos, que permaneça essa redação para continuarmos com essa boa saúde, porque muitas aldeias são vizinhas das fazendas e o agrotóxico que cai no rio, polui o nosso rio, não servindo mais a água para beber, só para tomar banho.

Então, eu estou falando isso e ainda peço aos senhores Deputados para que continuem, que tenham a participação efetiva do Governo do Estado, também, durante o Seminário, do Ministério Público, e que garantam a nossa segurança. Porque em Pontes e Lacerda teve a pressão dos produtores rurais contra nós, e acaba não se mobilizando.

Eu quero que tenhamos todos os direitos iguais como cidadão. E quero registrar essa minha fala. Muito obrigado. (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (DILCEU DAL BOSCO) - Com a palavra, o Sr. Marcos Barbosa, Secretário Municipal de Novo São Joaquim. Na sequência, o ilustre Deputado Federal Homero Pereira.

O SR. MARCOS BARBOSA - Srs. Deputados, eu gostaria de cumprimentar a mesa na pessoa do Deputado Riva, grande Liderança neste Estado.

Gostaria de cumprimentar a todos aqui presentes e dizer que esta discussão em torno do Zoneamento Socioeconômico Ecológico é muito importante. Mas, ao mesmo tempo, nós temos, ao discutirmos os problemas, uma grande preocupação, de que todos os estudos feitos não condizem com as nossas realidades. Nós temos no nosso município, no Município de Nova São Joaquim, implantado agricultura desde 1980, antes de 1980, e aqui nós estamos classificados na Categoria II, onde a agricultura, entende-se, não é consolidada. Nós produzimos em nosso município, Srs. Deputados, mais de quatrocentos mil toneladas de grãos; temos um rebanho bovino de quase trezentas mil cabeças, e estamos hoje fadados, se continuar desse jeito, a ter que fechar, que parar a nossa produção, que acabar com o nosso município.

Temos, sim, que preocupar com o meio ambiente, como Secretário de Meio Ambiente que sou, preocupar, sim, preservar, sim, mas também temos que preservar a nossa sobrevivência, a sobrevivência do nosso povo, a sobrevivência da nossa gente.

Não podemos, de maneira nenhuma, tirar do nosso trabalhador, que nós somos no nosso município, Senhores Deputados e senhores aqui presentes, três assentamentos. Um assentamento com 503 famílias; temos assentamentos do PA Tamburil com mais 60 famílias; a assentamentos Califórnia, com mais 86 famílias de pequenos produtores. Como que esses produtores vão trabalhar e sobreviver para cuidar da sua família com uma situação do jeito que está colocada neste Zoneamento?

Peço aos senhores a reflexão, um estudo, que deem realmente ao nosso município a condição de que ele é, de produtor que é. Deem à nossa comunidade a condição de sermos reconhecidos como produtores que são. Nós não podemos de maneira nenhuma ficar aqui discutindo uma situação que não é a nossa realidade, não é a realidade de Novo São Joaquim, não é a realidade de General Carneiro, não é a realidade de Primavera do Leste, porque nossos municípios são interligados. O Município de Novo São Joaquim e o Município de General Carneiro é a Região II, o Município de Primavera do Leste é Região I.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO
ECOLÓGICO, REALIZADA EM BARRA DO GARÇAS, NO DIA 04 DE ABRIL DE 2009, ÀS
09:00 HORAS.

Não só o Município de Primavera do Leste não está nesta zona, mas a região de Querência está com o mesmo problema nosso.

Acredito que outras pessoas que irão falar em nome do Município de Novo São Joaquim, que irão me suceder, mostrarão maiores dados.

Mas, nós tivemos em Novo São Joaquim, no ano de 1998, a maior produção de algodão do Estado. A melhor fibra do mundo foi produzida no Município de Novo São Joaquim. Naquela época, chegamos a plantar 60 mil hectares de algodão. E, hoje, pelo tratamento que o produtor está tendo, pelo tratamento que o pequeno produtor está tendo, está cada dia mais sufocado.

Eu quero dizer que a Europa, os Estados Unidos, acabaram com o seu meio ambiente, e que agora o Brasil tem que ser exemplo para eles. E que Mato Grosso, nessa situação, está parecendo que tem que ser exemplo para o Brasil, e isso nós não concordamos. Eu acho que temos que ser tratados com respeito e com dignidade.

Somente isso. E muito obrigado a todos! (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (DILCEU DAL BOSCO) - Queremos registrar a presença do Sr. Leandro Barbosa, Vereador de Cocalinho; Chico Rodeiro, Vereador de Canarana; Roque Nener, zootecnista de Barra do Garças; Jarbas Ribeiro, Vereador de Cocalinho; Hésio Pereira, também Vereador de Cocalinho.

Agradecemos as pessoas que entenderam, que foram contempladas com os pronunciamentos anteriores, que abriram mão do seu pronunciamento, os demais: Edemar, pequeno produtor; Ilvanir, produtora rural; também o Marcelo Rodrigues de Azevedo; o Daltro Barbosa, Secretário Municipal de Agricultura de Querência; Janet Elisabeth Thomas, Secretária Municipal de Educação de Querência; e ainda o Secretário de Estado de Desenvolvimento Rural, que também abriu mão da sua fala. E avisar os senhores, aqui, as autoridades, que são 32 inscritos ainda.

Então, gostaria que aqueles que ainda estão inscritos, tanto da mesa como da plateia, que já se sentiram contemplados, para a fala não ficar repetitiva, que, por favor, nos procurasse para que possamos refazer esse registro.

Com a palavra, o ilustre Deputado Federal Homero Pereira.

O SR. HOMERO PEREIRA - Sr. Presidente Deputado Riva, demais Deputados presentes, Prefeitos, Prefeitas, senhoras e senhores.

Eu dizia ao Deputado Riva que esse Projeto do Zoneamento Socioeconômico Ecológico é o Projeto mais importante que a Assembleia Legislativa já discutiu desde quando eu moro em Mato Grosso, há 28 anos. Daí a importância da participação popular, daí a importância desse formato de se discutir através dos Seminários, através de Audiências Públicas, não restringindo, inclusive, que depois vai a Comissões Técnicas discutir lá, propriamente, na Assembleia Legislativa.

Lá na Câmara Federal, tenho certeza de que não houve ainda nenhum Projeto de envergadura discutido nessa proporção.

Daí, Sr. Roberto Vizentin, Vossa Excelência que está aqui representando o Governo Federal, o senhor que é do Ministério do Meio Ambiente e que tem acompanhado essas Audiências Públicas, tomara que não nos frustremos depois quando isso for para o CONAMA... Eu sou muito crítico do CONAMA, porque acho que o CONAMA é um fórum antidemocrático, é um fórum que não é tripartite, não é paritário, tem uma grande maioria das ONGs para que possa respeitar a vontade do povo de Mato Grosso expressada através da Assembleia Legislativa que aqui está (PALMAS).

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO
ECOLÓGICO, REALIZADA EM BARRA DO GARÇAS, NO DIA 04 DE ABRIL DE 2009, ÀS
09:00 HORAS.

Isso é o que espero, porque tudo que está sendo discutido aqui, tudo o que a Assembleia Legislativa vai aqui aprovar, depois, veja bem, ao invés de passar pelo crivo do Congresso Nacional, que seria um crivo muito mais democrático, vai passar pelo crivo do CONAMA, que é um órgão auxiliar do Ministério do Meio Ambiente.

Eu questiono esse formato do CONAMA, porque ele é antidemocrático. Ser democrático é isso: É ouvir a população, vir às bases e criar um programa (PALMAS).

O Zoneamento de Mato Grosso tem um componente importante. O Zoneamento de Mato Grosso, talvez, seja um dos únicos que se chama Zoneamento Socioeconômico Ecológico. A palavra “sócio” tem que levar em consideração vocês; tem que levar em consideração as pessoas, como disse aqui o Deputado Percival Muniz; tem que levar em consideração o povo. Por que o que é o Zoneamento? É um instrumento de ordenamento da ocupação territorial. No entanto, este Zoneamento vem no momento em que o nosso território já está ocupado. Então, tem que respeitar o povo que está ocupando este território (PALMAS); tem que respeitar a população consolidada; tem que respeitar as populações indígenas, sim, como falou o nosso companheiro e irmão indígena; tem que respeitar todas as populações tradicionais, mas, também, respeitar as pessoas que para cá vieram induzidas por programas governamentais... (TEMPO ESGOTADO) ... dentro daquele Programa “Integrar para não entregar”. Porque a presença do Estado aqui... Não gostaríamos de ver a presença do Estado só no braço forte da Polícia Federal, da Força Nacional, das multas do IBAMA (PALMAS). Gostaríamos de ver a presença do Estado aqui asfaltando a BR-158 para viabilizar a nossa produção... (PALMAS) e fazendo a regularização fundiária para viabilizar a pequena agricultura e assim por diante.

Portanto, Srs. Deputados, tenho plena convicção, pois, confio em suas competências, de que os senhores haverão de sensibilizar porque este instrumento que aqui está foi feito dentro de outra realidade. As visitas feitas foi dentro de outra realidade, totalmente diferente da atual, a exemplo de Querência, de Gaúcha do Norte, de Cocalinho, de todos os municípios que aqui estão, reivindicando e produzindo (PALMAS).

Sr. Presidente, para concluir, passo às mãos de Vossa Excelência, uma reivindicação do Município do Município de Querência. Nesta Audiência Pública não está sendo discutida a questão do Parque do Xingu. O Parque do Xingu foi jogado à Zona XII, em Sinop, e há setecentos mil hectares do Município de Querência que estão dentro do Parque do Xingu!

Portanto, gostaríamos que, quando for discutido o Zoneamento em Sinop, o Município de Querência participasse para dizer como poderiam se posicionar para viver em harmonia com os nossos irmãos indígenas do Parque do Xingu.

Muito obrigado e parabéns por esta oportunidade! (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (DILCEU DAL BOSCO) - Inclusive, todos estão convidados para participar nos dias 11, 12 e 13 de junho, em Sinop, da discussão do Zoneamento Socioeconômico Ecológico. Nós alteramos! Há pouco a Comissão se reuniu e passamos Juína, que seria na próxima semana, nos dias 15, 16 e 17, para os dias 04, 05 e 06 de junho; e nos 11, 12 e 13, em Sinop.

Sei que a TV BAND de Sinop está nos assistindo, então, já fica o alerta, o aviso, à população dessa região.

Queremos agradecer a presença das Vereadoras de Querência: Helena Fonseca e Fátima Herman; do Sr. Érico Barreto, Vereador de Cocalinho; do Sr. Gilmar Celestino dos Santos, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Água Boa; do Sr. Welbes Alves, Vereador de

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO
ECOLÓGICO, REALIZADA EM BARRA DO GARÇAS, NO DIA 04 DE ABRIL DE 2009, ÀS
09:00 HORAS.

Cocalinho; do Sr. Mauro Diniz, Presidente da Associação Comercial e Industrial de Canarana, e do Sr. Kiko, Vereador de Barra do Garças.

Com a palavra, Sr^a Dalva Maria Peres, produtora rural de Cocalinho.

Na sequência, o Sr. Lucas Rure'õ, do Instituto Indígena Maiwu.

A SR^a DALVA MARIA PERES - Bom-dia a todos!

Em nome do Deputado Riva e do Deputado Federal Eliene, cumprimento todas as autoridades aqui presentes.

Neste ato, estou representando todos os cidadãos cocalinhenses, principalmente, os produtores rurais do nosso Município.

Srs. Deputados, representantes da SEPLAN e da SEMA, confiamos no bom-senso dos senhores. Precisamos que sejam feitos ajustes profundos na proposta do Zoneamento Socioeconômico Ecológico, que foi elaborado para o Município de Cocalinho, sob pena de ver o declínio de uma cidade e de um povo.

Cocalinho ficou enquadrado na Categoria 3.2, ou seja, zona pantaneira, que não condiz com a nossa realidade. Queremos que seja suprimida do texto a palavra “pantaneira” para o Município de Cocalinho, porque somos zona de cerrado... (PALMAS).

Possuímos um grande percentual de terras propícias ao desenvolvimento da agricultura tecnificada. Temos um rebanho bovino com, aproximadamente, quatrocentas mil cabeças de gado. Temos duas indústrias de calcário que abastece todo o Vale do Araguaia e o Sul do Pará. Temos usinas de ração e muitas coisas mais. Como esse Município pode ser classificado como zona pantaneira e área improdutiva com toda essa riqueza que nós acabamos de mostrar para Vossas Excelências?

Um fato nos tem causado estranheza: Há três anos técnicos do governo de diversas Secretarias estiveram em Cocalinho fazendo um levantamento e qualificaram o nosso solo como propício à agricultura. E, hoje, há menos de três anos, vemos Cocalinho sendo colocado como área totalmente improdutiva e zona de pantanal. O povo de Cocalinho não aceita essa denominação (PALMAS).

Lembro, também, que na década de 90 o Município de Cocalinho produziu mais de quarenta e cinco mil hectares de lavouras de soja, arroz e milho. O que desestimulou esses produtores não foi o potencial da terra, mas, sim, a falta de estrutura para escoar a produção, a falta de estradas.

Registro, também, que o Município de Cocalinho, nos últimos dez anos, já cedeu mais de quinhentos mil hectares para unidades de conservação do Estado de Mato Grosso. Significa, então, que já fizemos a nossa parte na área da preservação ambiental. Cocalinho é o município que mais doou terras à reserva ecológica no Estado de Mato Grosso.

Nos últimos... (TEMPO ESGOTADO)... e a incerteza tomaram conta dos comerciantes, dos produtores e de toda a população cocaliense. As pessoas perguntam: “De que vamos sobreviver?” Não é justo tirar o direito das pessoas produzirem. O nosso município não pode pagar o preço pela devastação provocada em outras regiões. Enquanto outros municípios já se encontravam mais estruturados, cultivando suas terras e gerando riquezas, nós, cocalienses, esperamos a infraestrutura chegar para, também, produzirmos e progredirmos. Agora, que a infraestrutura está chegando, com a energia rural, com as estradas melhorando, querem nos tirar o direito de trazer o progresso para a nossa região (PALMAS).

O povo de Cocalinho implora para que nossa situação ... (TEMPO ESGOTADO)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO
ECOLÓGICO, REALIZADA EM BARRA DO GARÇAS, NO DIA 04 DE ABRIL DE 2009, ÀS
09:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (DILCEU DAL BOSCO) - Concedo-lhe mais um minuto para concluir.

A SR^a DALVA MARIA - ...O povo de Cocalinho implora para que sua situação seja revista e que as sugestões de mudanças efetuadas pelos nossos representantes nesta Audiência Pública e no Seminário sejam acatadas na íntegra.

Queremos, realmente, a oportunidade de promover o verdadeiro desenvolvimento sustentável, que é preservar e produzir. Já estamos preservando e queremos preservar ainda mais! Mas, também, nossa gente precisa trabalhar para gerar renda para a sua sobrevivência e para a sobrevivência do nosso País.

Hoje, o povo de Cocalinho nutre um sentimento de estar se tornando o Vale dos Excluídos. Excluídos, por quê? Zonearam todo o nosso município como área pantaneira... (TEMPO ESGOTADO.)

O SR. PRESIDENTE (DILCEU DAL BOSCO) - Concedo mais um minuto para concluir, porque temos mais trinta inscrições.

A SR^a DALVA MARIA - Finalizando, quero dizer que não somos zona pantaneira, e sim um município de grande potencial produtivo. E o nosso lema é: Preservação e produção! Esta é a solução para o Vale do Araguaia! Um abraço a todos! Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (DILCEU DAL BOSCO) - Queremos agradecer o Vice-Prefeito de Nova Nazaré, Reginaldo Del Colle; a Prefeita Railda, que está na mesa; cumprimento, também, todas as pessoas que estão aqui presentes de Nova Nazaré. Em nome da Assembleia Legislativa, obrigado a todos!

Queremos agradecer a presença do Sr. Joaquim dos Anjos, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Água Boa; do Sr. João Carlos Pizzi, Vice-Prefeito do Município de Querência; do Sr. Luiz Vezaro, Vereador do Município de Querência; do Sr. Caio Maria, Diretor do Sindicato dos Produtores Rurais do Município de Cocalinho; do Sr. Érico Barreto, Vereador do Município de Cocalinho; do Sr. Norberto, Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais do Município de Gaúcha do Norte; do Sr. Vilmondes Tomain, Presidente do Sindicato Rural do Município de Barra do Garças; do Sr. Levi de Souza Campos, Diretor de Agricultura do Município de Ribeirãozinho.

Com a palavra, o Sr. Lucas Rure'ô, do Instituto Indígena Maiwu.

O SR. LUCAS RURE'Ô - Bom-dia, senhores e senhoras!

Em especial, desejo boas-vindas aos Srs. Deputados Estaduais e Federais.

Como representante do Instituto Indígena Maiwu, em nível de Mato Grosso, quero reafirmar, na presença de autoridades, que nós, indígenas, reconhecemos e valorizamos que os senhores produtores rurais produzem e trabalham.

A população indígena do Estado de Mato Grosso é representada pela minha pessoa. Sou da etnia Xavante. Como Presidente, quero defender os direitos que estão previstos na Constituição de 1988.

Nós, indígenas, temos projetos, ponto de vista e interesses que são diferentes dos senhores produtores rurais.

Com certeza, muitos dos senhores têm amigos indígenas ao lado, nos municípios. Como Presidente do Instituto Indígena Maiwu, é o que nos relatam. Por isso, é que a nossa diretoria, principalmente, as aldeias indígenas locais se fazem presentes. Não importa o meu nome, mas a representação como instituição - isso é o que nos importa.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO
ECOLÓGICO, REALIZADA EM BARRA DO GARÇAS, NO DIA 04 DE ABRIL DE 2009, ÀS
09:00 HORAS.

Por isso, nesses dois dias tentamos aguentar o calor e toda pressão que vivenciamos em determinados grupos.

A população indígena do Estado de Mato Grosso entende que esse Projeto de Zoneamento é de suma importância para todos no Estado de Mato Grosso. Entendemos que os produtores rurais têm sabedoria, tem reconhecimento de como lidar com o solo, como a população indígena, mas não significa que esse Projeto de Zoneamento vai desmerecer... Não! Ele vem fortalecer, enriquecer esse conhecimento, ao mesmo tempo, reordenando cada categoria que trabalha com o solo. Por isso é que nós, população indígena, apoiamos esse projeto, porque isso só irá beneficiar a população mato-grossense.

Nós, que moramos na vizinhança de várias fazendas, vemos que muitas cabeceiras, muitos rios estão desprotegidos, a lavoura está bem encostada ali. Então, é por isso que apoiamos esse projeto do Zoneamento, para que sejamos orientados novamente.

Em vários municípios, onde...(TEMPO ESGOTADO).

O SR. PRESIDENTE (DILCEU DAL BOSCO) - Concedo mais um minuto, Lucas, para a conclusão da sua fala.

O SR. LUCAS RURE'Ô - Como Presidente, fico constrangido ao ouvir o relato de muitos parentes, onde o Seminário está sendo sediado. Muita pressão, desrespeito, discriminação e propostas impositivas para a comunidade indígena aceitar. Isso não permitimos.

Como Presidente do Instituto Maiwu, em nível de Estado de Mato Grosso, solicito aos Srs. Deputados Federais e Estaduais, de modo especial ao Presidente da Comissão de Zoneamento, que recomende aos municípios que, onde formos participar, sejamos considerados membros, parte de Mato Grosso. Nós somos Mato Grosso também. É através das Audiências Públicas que vamos nos conhecendo e respeitando. Então, quero registrar isso.

Desejo um bom trabalho para todos nós que estamos aqui neste momento. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (DILCEU DAL BOSCO) - Muito obrigado, Lucas.

Agora, ouviremos o representante do Ministério do Meio Ambiente de Mato Grosso, da nossa querida Sinop, Sr. Roberto Vizentin.

O SR. ROBERTO VIZENTIN - Quero, em três minutos, fazer uma saudação, um esclarecimento, e ainda, se der tempo, uma pequena reflexão.

Antes, porém, quero transmitir, de forma muito respeitosa, uma saudação do Ministro Carlos Minc, a todos que comparecem a esta Audiência Pública, e também um agradecimento à Assembleia Legislativa que tem nos convidado para acompanhar todo este debate que está acontecendo em Mato Grosso em torno do Zoneamento Socioeconômico Ecológico e, mais uma vez, aqui renovar o nosso compromisso de ir até o fim nesse processo que implica inclusive na consideração de aspectos do Zoneamento nas instâncias federais.

Com isso, quero fazer um esclarecimento ao Deputado Homero Pereira e a todos que eventualmente tenham dúvidas sobre qual é o papel que cabe ao Governo Federal, à Comissão coordenadora do Zoneamento Socioeconômico Ecológico, que presidimos no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, e ao CONAMA, Conselho Nacional do Meio Ambiente.

Desde já, que fique absolutamente clara uma coisa: não temos nenhum poder, nenhuma legitimidade para mudar uma lei aprovada por uma Assembleia Legislativa, seja de que Estado for. Não se trata disso! O Governo Federal não tem essa prerrogativa, muito menos nós, de alterar um dispositivo que venha a ser aprovado nesta ou em outra qualquer lei. Entretanto, como se trata de uma lei que versa sobre um instrumento da Política Nacional de Meio Ambiente, que é o

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO
ECOLÓGICO, REALIZADA EM BARRA DO GARÇAS, NO DIA 04 DE ABRIL DE 2009, ÀS
09:00 HORAS.

Zoneamento Socioeconômico Ecológico, para que o zoneamento tenha validade, para que seja aceito, para que possa ser eficaz, precisa ser feito de acordo como estabelece as normas e os critérios estabelecidos em Decreto Federal.

Então, é esse, Deputado, o nosso papel, opinar se o Zoneamento foi, ou não, elaborado de acordo com as normas e com os procedimentos.

Aproveitando a ocasião, esclarecemos que esse Zoneamento que agora está sendo aqui discutido, criticado, mas também defendido, foi feito absolutamente de acordo com os requisitos conceituais, técnicos e metodológicos que a norma federal exige para que um zoneamento seja feito.

Isso é importante considerar, já indo para o terceiro ponto, que é fazer a reflexão que nos cabe aqui nesse pouco tempo, que é dizer que o debate é absolutamente valoroso e todos estamos aplaudindo essa participação. Já foi dito por muitos aqui, oxalá, que cada lei que tramitasse na Assembleia Legislativa, um projeto do Executivo, tivesse essa participação forte e efetiva da sociedade, como está tendo o Zoneamento - não é?

Entretanto, quero levantar aqui uma preocupação. Ouvi com muita atenção, com muito respeito todas as manifestações, todas com legitimidade, todas feitas por alguém que está sentido que alguma coisa pode não estar correta - não é isso? -, mas me preocupa realmente, especialmente quando a maioria das pessoas que aqui falou, especialmente nesse contexto... (TEMPO ESGOTADO).

Mais um minuto, por favor, e já concluo.

...a presença forte do Município de Querência e de outros municípios que estão classificados dentro da Categoria II, veio aqui, Srs. Deputados, um orador, dentre outros, que disse o seguinte: “Se ficarmos dentro da zona II, vamos ter redução da produção, vamos ter crise, vamos ter desemprego, vamos piorar as condições de vida das pessoas que vivem nesses municípios.”

Ora, se esse Zoneamento tiver essa consequência, então, não é um Zoneamento, parece ser mais um apocalipse que vem anunciar o fim do mundo, condenando aqueles que historicamente estão nessas áreas a pagar um preço que efetivamente não cabe sobre as suas costas.

Então, não é isso que o Zoneamento está propondo, não é isso que o Zoneamento deve propor, não é isso que está escrito nesse documento. Ao contrário, eu li as diretrizes, uma por uma.

Onde está o Prefeito de Querência, que falou aqui com muita sabedoria? Aí está? Ele falou, olhando para os Deputados, o seguinte: “Nós concordamos com 90% das diretrizes que estão posta lá...” Se não me engano foi esse o percentual que ele disse, está gravado. “Com 10% não concordamos.” Nas diretrizes para a Zona II, ao contrário, o Zoneamento está para criar as condições para que possa ter a produção. Não se propõe para lá arrancar um pé de soja, ou tirar um boi do pasto, mas levar para lá as políticas que até hoje não chegaram, o crédito, a assistência técnica, mas, num outro padrão, que assegure o que o Ministro Carlos Minc falou em Cuiabá, quarta-feira, ao lado do Governador Blairo Maggi. Ele disse: “Nós queremos, primeiro, mais produção, mas junto mais proteção.” Então, o Zoneamento Socioeconômico Ecológico é para isso, é para produzir mais e melhor e para proteger mais e melhor também.

Por isso concluo, não sem antes, porém, manifestar aqui um sentimento de tristeza. O meu colega Deputado Dilceu Dal Bosco - tivemos durante bom tempo de nossa vida uma convivência juntos, quando fomos pioneiros em Sinop, no Nortão de Mato Grosso - me apresentou como de Mato Grosso, mas, na verdade, eu, como muitos aqui certamente, sou de Santa Catarina, sou do Sul do Brasil. E fiquei triste quando o Deputado Percival Muniz anunciou aqui que em Santa

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO
ECOLÓGICO, REALIZADA EM BARRA DO GARÇAS, NO DIA 04 DE ABRIL DE 2009, ÀS
09:00 HORAS.

Catarina a Assembleia Legislativa aprovou uma lei para reduzir a proteção das nascentes dos rios, rios que nós, eu e tantos de nós aqui, nos criamos, talvez, bebendo sua água, pescando lambari e jundiá, quando a chuva fazia o rio escurecer, ao reduzir 5 metros. Eu me pergunto o que isso significa num Estado como o de Santa Catarina, com todos os problemas que tem, com as tragédias que aconteceram lá com as enchentes, se estamos adotando realmente uma medida correta, se é esse o caminho para termos mais produção e mais preservação, que é o que todos aqui defendem. Muitos aplaudiram, mas, talvez, seja o momento de pensar, refletir, olharmos para as coisas erradas que fizemos lá e aqui também. Podemos aproveitar o Zoneamento Socioeconômico Ecológico, refletindo também sobre as sábias e conciliadoras palavras do cidadão que falou, representando o Lucas, que chamou a todos para um grande entendimento, para que possamos grandes, pequenos e médios produtores, índios, quilombolas, trabalhadores rurais e acampados, que estão na beira dessas estradas de Mato Grosso com tanta terra, nos encontrar dentro de um outro Mato Grosso, um Mato Grosso que seja para todos, com mais sustentabilidade, com mais condição de vida e com mais dignidade. Esta é a mensagem, esta é a posição que o Ministério do Meio Ambiente defende aqui.

Deputado Dilceu Dal Bosco, quero apenas deixar muito clara uma coisa: a Comissão Nacional do Meio Ambiente e o CONAMA não podem mudar a lei que foi votada aqui. A única coisa que vamos verificar é se o Zoneamento foi construído dentro das normas que estão previstas - e já testemunhamos que até agora foram, e esperamos que continue dentro dessas normas. (PALMAS).

Um abraço. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (DILCEU DAL BOSCO) - Muito bem.

Queremos agradecer o Roberto Vizentin, que é o nosso embaixador dentro do Ministério do Meio Ambiente.

Queremos ouvir agora o Exmº Sr. Deputado Welinton Fagundes.

O SR. WELINTON FAGUNDES - Quero saudar aqui, em nome de toda Assembleia Legislativa, os Deputados Riva e Dilceu Dal Bosco, bem como o Relator, Deputado Alexandre Cesar.

Quero cumprimentar os nossos companheiros Deputados Federais Valtenir, Eliene e Homero; do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, o Deputado Humberto Bosaipo, que é daqui da região... Então, creio que está aqui mais como cidadão também sabendo a responsabilidade que representa este ato que estamos aqui.

Quero cumprimentar todos os Prefeitos aqui... Como o Fernando Görgen foi o que trouxe a maior plateia, eu vou concentrar em nome do Fernando Görgen, pedindo palmas para ele pela mobilização da sua sociedade (PALMAS). E é importante isso! A Audiência Pública é exatamente para isso, para que as pessoas possam se pronunciar, possam trazer as suas contribuições e claro, a Assembleia Legislativa, dentro da sua responsabilidade votar uma legislação que seja também de acordo com a legislação federal, porque não adianta incluir aquilo que contraria a Lei Maior. E é importante dizer também que a nossa Constituição, antes de tratar da organização do Estado, como a maioria das Constituições do mundo, dos países, a brasileira, não! Ela inovou! O primeiro capítulo na Constituição é exatamente da organização social, ou seja, tratar do ser humano acima de tudo.

Agora, é claro que todos nós temos que ter a responsabilidade de saber que para ter uma boa qualidade de vida também temos que ter uma responsabilidade com o meio ambiente. E aí, é nesse aspecto que eu quero aqui também estar apoiando todas as iniciativas da sociedade no sentido de que nós possamos acima de tudo ouvir a realidade de quem vive, porque não adianta eu,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO
ECOLÓGICO, REALIZADA EM BARRA DO GARÇAS, NO DIA 04 DE ABRIL DE 2009, ÀS
09:00 HORAS.

como Deputado Federal, dizer aquilo que penso. Eu acho que é mais importante reproduzir aquilo que a sociedade, que as pessoas estão vivendo no dia-a-dia na sua comunidade.

Por isso, eu quero aqui também dizer que a melhor forma que nós temos de preservar o meio ambiente não é com a pobreza. A melhor forma que nós temos de preservar o meio ambiente é a riqueza. O cidadão que não tem acesso à educação, que não tem acesso à tecnologia, que não tem acesso à pesquisa, ele, naturalmente, será o maior potencial destruidor da natureza. Daí, a responsabilidade do Estado, de garantir a educação, de garantir a saúde, de garantir a infraestrutura para que quem está lá produzindo tenha condições de ter competitividade.

Hoje, o maior concorrente do produtor rural brasileiro, é o componente frete. São os custos que temos para a produção. O Brasil, hoje, também está no mundo globalizado. Para que tenhamos aqui a tecnologia, também precisamos ter condições de exportar os nossos produtos e fazer o intercâmbio com os países mais desenvolvidos. Aí é que temos que ter condições, principalmente, a responsabilidade de produzir uma legislação exequível, que esteja ao alcance da nossa população de poder cumprir essa legislação.

A nossa preocupação, hoje, é uma preocupação de dar satisfação também a comunidade internacional. Mas, é claro, que a comunidade internacional tem que saber as condições que vivem o povo brasileiro, fazer com que a Amazônia seja, realmente, preservada, é um compromisso de todos nós brasileiros, mas também é um dever das nações mais desenvolvidas que mais poluem o ar do mundo.

Aí que eu quero, terminando a minha colocação, dizer que aqui na região do Vale do Araguaia, a melhor forma de promovermos o desenvolvimento sustentável da região, é usando as riquezas que Deus nos deu. A Hidrovia Araguaia Tocantins, é uma necessidade que temos que usar essa via para diminuir nossos custos. A conclusão da BR-158, é uma necessidade imperiosa. Não pode por quê? É uma rodovia que existe há mais de cinquenta anos e que, de repente, foi criada uma reserva indígena, ser isso impeditivo para promover uma estrada que trará condições, inclusive, de melhoria de qualidade de vida dos nossos irmãos índios.

Na semana passada nós estivemos no IBAMA, há quinze dias, o Presidente do IBAMA nos garantiu que a licença de instalação para que as empresas pudessem começar o asfaltamento da parte de baixo, seria liberado independente da condicionante da variante para que a estrada não passe na reserva indígena. Foi dado a palavra do Presidente do IBAMA.

O Deputado Federal Eliene Lima, não sei se estava lá, o Deputado Federal Eliene Lima, não sei se estava lá, Valtenir Pereira estava, e a palavra dada pelo Presidente do IBAMA, infelizmente, não foi cumprida. Então, não adianta lei se as pessoas não cumprem aquilo que realmente deve ser feito. Por isso que quero aqui convocar, convidar os prefeitos, as lideranças, os vereadores para que, passando a semana que vem, na outra semana, possamos ir lá pressionar o IBAMA para dizer que a melhor forma que nós temos... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (DILCEU DAL BOSCO) - Concedo mais um minuto para conclusão.

O SR. WELINTON FAGUNDES - Para preservar o meio ambiente é trazer a infraestrutura para que as pessoas possam produzir, possam gerar riquezas e possam ter condições de criar dignamente os nossos filhos.

Aí, Deputado Dilceu Dal Bosco, a Assembleia Legislativa, todos os Deputados Estaduais, mesmo não sendo obrigação dos Deputados Estaduais, colocaram Emendas no Orçamento, há três anos, para que pudéssemos fazer a 158.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO
ECOLÓGICO, REALIZADA EM BARRA DO GARÇAS, NO DIA 04 DE ABRIL DE 2009, ÀS
09:00 HORAS.

Os recursos orçamentários, a três anos consecutivos, são perdidos. E a população continua padecendo e às vezes não tendo condições de escoar sua produção por falta de uma estrada.

Então, eu quero convidar todos os Deputados Estaduais e a população para que na outra semana possamos estar em Brasília. Se for o caso, vamos acampar lá no IBAMA para que realmente o Vale do Araguaia tenha condições de progredir, produzir e gerar riquezas.

Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (DILCEU DAL BOSCO) - Agradecemos a presença do Vice-Prefeito de General Carneiro, Sr. Valdeci Campos.

Com a palavra, o Professor da UNEMAT de Nova Xavantina, Benhur Marimon Júnior, na sequência, Lúcio Xavante, Presidente da Organização Indígena Xavante.

O SR. BENHUR MARIMON JÚNIOR - Bom-dia, Vale do Araguaia!

Eu gostaria de cumprimentar as autoridades e dizer que tenho duas satisfações hoje, uma é de estar participando de uma Audiência sobre o meio ambiente, a segunda satisfação, essa primeira indica sua maturidade da sociedade, é de estar participando de uma Audiência com praticamente todo o Vale do Araguaia.

Parabéns às pessoas de Querência!

Eu gostaria de ressaltar a presença do pessoal da UNEMAT, alunos, professores e funcionários.

Srs. Deputados, eu tenho um protesto a fazer e depois eu tenho uma colocação, uma observação muito séria a fazer a respeito desse documento.

O primeiro protesto é que o Vale do Araguaia sempre fica para depois. Isso já é uma tradição nossa que, felizmente... (PALMAS)... felizmente, começa a mudar. Ainda bem que está mudando. Nós começamos a ter representante, Deputados que nos ajudam, o Suplente de Deputado Eduardo Moura, aqui da região, e outros que sempre tem preferido, ou preterido, algumas outras região, ou alguns casos, para nos ajudar.

Mas, ainda continuamos esquecidos. E vou dar exemplo: Nós temos técnico na área ambiental da mais alta qualificação aqui em Barra do Garças e Nova Xavantina; em outros municípios tem a Universidade Federal de Mato Grosso com Doutores, com Mestres; Universidade Estadual, a UNEMAT do Estado de Mato Grosso com técnicos qualificados, com Doutores, e temos desenvolvido projetos em parceria com a Inglaterra, em parceria com as Instituições dos Estados Unidos, com o Instituto de Pesquisa da Amazônia, com o ISA, Instituto Socioambiental, com a EMBRAPA de Goiânia, com a EMBRAPA de Planaltina. E, no entanto, nós não fomos consultados, apesar de estarmos há quinze anos trabalhando com coletas de dados de meio ambiente. Nunca fomos consultados... (PALMAS)

O que está acontecendo aqui, hoje, é que esse documento saiu com defeito de fabricação, senhores Deputados... (PALMAS). E peço, em nome de todos do Vale do Araguaia, para que se proceda à revisão já desse documento. E vou dizer por que, para finalizar.

Este documento contém defeito de escala de mapa. Porque quando se produz um Zoneamento, o Zoneamento requer um mapa para ordenar e organizar as ações de desenvolvimento de uma região. É um mapa, está aqui ele. Só que a escala desse mapa é para dois milhões e quinhentos mil. Ou seja, um centímetro no mapa equivale a vinte cinco quilômetros no campo. Isso significa que não dá para fazer Zoneamento da forma que se pretende fazer, da forma que nós gostaria que fosse feito com essa escala. Por isso... (TEMPO ESGOTADO.)

Um minuto para concluir. Muito obrigado.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO
ECOLÓGICO, REALIZADA EM BARRA DO GARÇAS, NO DIA 04 DE ABRIL DE 2009, ÀS
09:00 HORAS.

...É por isso que erros, como classificar toda uma vasta região como Pantanal do Araguaia, apareceram no mapa. Pantanal do Araguaia é uma região pequena e, se existe no Parque Estadual do Araguaia, do Parque Nacional do Araguaia, já são unidades protegidas, especificamente, uma pequena região do norte do Vale do Araguaia. E outros problemas de escala.

Então, nós não podemos colocar dentro de uma escala grande, situações que são pontuais, que são pequenas de cada Município do Vale do Araguaia. Não quero dizer que sou contra proteção de cabeceiras e nascentes, muito pelo contrário, eu dou aula sobre isso. Eu dou aula de manejo, de conservação do solo e da água. Então, nós temos que ter essas ações, mas elas têm que ser estabelecidas na escala adequada.

Então, Srs. Deputados, reformulação já, para que possa contemplar o Vale do Araguaia da forma correta. Muito obrigado! (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (DILCEU DAL BOSCO) - Ouviremos agora o Sr. Lúcio Wa'naé Xavante, Presidente da Organização Indígena Xavante de Barra do Garças; na sequência, a Aceli Cláudio Hortelã.

O SR. LÚCIO WA'NAÉ - Bom-dia a todos, irmãos produtores rurais, pessoas organizadas e à mesa; Deputado Federal Homero Pereira; Deputado Adalto de Freitas - Daltinho; Vice-Governador Silval Barbosa e os demais Prefeitos e a toda a sociedade organizada.

Meu nome é Lúcio Xavante. Eu represento aqui, na Barra do Garças, uma Organização Indígena Xavante para termos direito de exigir a todos que garantem dentro da nossa Constituição do nosso País.

O nosso País vive na sociedade controlada. Por isso, Srs. Deputados e sociedade organizada, a partir deste momento, para futuramente chegarmos num entendimento entre as duas partes do povo, precisamos nos organizar. Precisamos ter mais diálogo e harmonia. Isso sim, isso garante todos os direitos iguais como cidadão brasileiro. (PALMAS).

A minha preocupação... Claro que o nosso Estado produz mais, importa mais, País afora, me orgulho muito, mas a nossa parte, como uma terra indígena, áreas protegidas, nós buscamos a proteção especial. Isso, sim, pode permanecer na Categoria IV.

A minha outra preocupação é que somos formadores do nosso Estado brasileiro, o Estado de Mato Grosso. Também temos muitas riquezas e belas paisagens do Cerrado. Mas, para se aplicar esse Projeto de Zoneamento Socioeconômico é extremamente importante, muito importante, é de suma importância, que possamos acumular mais experiência e sabedoria, com todo respeito.

Por isso, senhores autoridades competentes, eu gostaria de me dirigir e registrar essa minha expressão nesta Audiência Pública. A partir deste momento podemos formar uma aliança política, tanto A e B, todos reunidos. Aí sim, Mato Grosso pode ser o primeiro lugar dentro do nosso país.

Isso sim, eu quero registrar! Muito obrigado! (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (DILCEU DAL BOSCO) - Com a palavra, o Sr. Arceli Cláudio Ortolan, da Comissão Técnica de Ribeirão Cascalheira... (ABRIU MÃO DA INSCRIÇÃO). Com a palavra, a Sr^a Railda de Fátima Alves, Prefeita do Município de Nova Nazaré.

A SR^a RAILDA DE FÁTIMA ALVES - Quero, em nome do Vice-Governador do Estado de Mato Grosso, cumprimentar todas as autoridades que se fazem presentes, que compõem a mesa.

Em nome do Suplente de Deputado Federal Eduardo Moura, quero cumprimentar todas as pessoas aqui presentes, em especial, o povo de Nova Nazaré (PALMAS).

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO
ECOLÓGICO, REALIZADA EM BARRA DO GARÇAS, NO DIA 04 DE ABRIL DE 2009, ÀS
09:00 HORAS.

Gostaria de dizer aos senhores, que esta Audiência Pública tem como principal objetivo discutir a viabilidade e a execução do Zoneamento Socioeconômico Ecológico do Estado de Mato Grosso.

É muito importante frisar a necessidade dessas Audiências Públicas que estão sendo realizadas, uma vez que se trata de interesses do nosso Estado, da nossa região e, principalmente, de interesses locais de municípios como o meu, de Nova Nazaré. Em particular, de acordo com análises prévias já realizadas, será diretamente prejudicado com a implementação do Zoneamento Socioeconômico Ecológico.

Não restam dúvidas que o Poder Público precisa e deve ser o principal guardião do meio ambiente. E medidas como essas que estão sendo discutidas necessitam ser forçadas sob o crivo de muita discussão, principalmente, atento aos dispositivos da nossa Constituição Federal.

Entretanto, senhores e senhoras, é de vital importância ressaltar que as legislações que tratam da defesa e preservação do meio ambiente às presentes e futuras gerações não podem deixar de lado a importância do trabalho e da atividade econômica que cada um desenvolve, na cidade ou, principalmente, no campo.

É público e notório que a região do Vale do Araguaia tem como atividades econômicas a agricultura e a pecuária. E a implementação do Zoneamento Socioeconômico Ecológico, nos moldes que está sendo apresentado, sem sombras de dúvidas, afetará bruscamente a economia dos nossos municípios.

Nós, gestores públicos, temos a obrigação de defender os interesses de nossos municípios, buscando sempre resguardar o bem-estar do nosso povo.

Assim, de forma encarecida e com muita humildade, peço e proclamo aos homens e mulheres que aqui se encontram que unam forças no ideal principal de resguardar e defender os interesses do nosso povo, através da manutenção do trabalho e das atividades econômicas já desenvolvidas em nossa região, buscando sempre caminhos que levem ao desenvolvimento sustentável.

Diante dessa situação, Srs. Deputados, quero dizer que creio fielmente nos senhores; creio que os senhores defenderão a questão deste Zoneamento, porque Nova Nazaré contesta a forma como foi elaborado esse projeto.

Hoje, 42% da área territorial de Nova Nazaré são de preservação ambiental. Então, não precisamos mais de reserva ambiental! Precisamos, sim, de pavimentação na MT-326; de ponte sobre o rio das Mortes. É isso que queremos para o nosso município!

Gostaria de confiar nos senhores e contar com o apoio para que esse Zoneamento seja mudado.

Deixo aqui o meu agradecimento a cada um.

Muito obrigado e que Deus ilumine todos! (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (DILCEU DAL BOSCO) - Alertaram-me aqui - é importante esclarecer, pois, tudo é transmitido ao vivo, registrado - que o Professor da UNEMAT, que usou da palavra antes - gostaria de saber se ele está presente - falou de uma escala de 1 para 2 milhões e 500 mil. Não é essa escala! A escala do Zoneamento é do jeito que precisa ser feito: É de 1 para 250 mil. Este mapa pequeno que está aqui é para enxergarmos. Não é o mapa do Zoneamento. Este é o mapa para manusearmos. Então, ele é feito numa escala... Porque, senão, teríamos um desenho do tamanho deste ginásio de esporte.

Então, para deixar que é do jeito que define a regra, a lei e o CONAMA. Está certo!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO
ECOLÓGICO, REALIZADA EM BARRA DO GARÇAS, NO DIA 04 DE ABRIL DE 2009, ÀS
09:00 HORAS.

Temos, ainda, vinte inscrições.

Antes de passar a palavra ao Deputado Valtenir Pereira, solicito aos senhores e senhoras que estão inscritos que venham para trás da mesa de honra porque quero conversar com os senhores para ver se conseguimos reduzir essas inscrições. Gostaria que fizessem isso, por favor, para nos auxiliar.

Com a palavra, de forma muito clara, sucinta, o Deputado Federal Valtenir Pereira.

O SR. VALTENIR PEREIRA - É com imensa alegria que eu venho a Barra do Garças para participar desta Audiência Pública.

Quero, neste momento, cumprimentar o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Riva; cumprimentar, também, o Vice-Governador do Estado de Mato Grosso, Sr. Silval Barbosa.

Saudar os membros da Comissão Especial do Zoneamento na pessoa do Presidente, Deputado Dilceu Dal Bosco.

Cumprimentar todos os Prefeitos presentes, em nome do Prefeito Máximo Antônio, de Torixoréu, “o Barriguinha”, do nosso Partido, do Partido Socialista Brasileiro.

Cumprimentar todos os vereadores aqui presentes em nome do Vereador Valério Fernandes, de Querência; e do Vereador Flávio Mendes dos Santos, de Cocalinho, Presidente da Câmara de Vereadores.

Cumprimentar todos os presentes: Deputados Estaduais, Secretários de Estado, o Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, Sr. Humberto Bosaipo, aqui presente, e toda comunidade.

Parabenizar a Assembleia Legislativa pela forma como está conduzindo esse debate, indo aos municípios para ouvir todos os envolvidos, todos os interessados no Zoneamento.

Então, a Assembleia Legislativa está fazendo um papel importantíssimo nessa articulação. A Audiência Pública serve, exatamente, para que vocês, da comunidade, expressem seus sentimentos, suas preocupações. E foi isso que vimos hoje!

Tenho certeza que os Membros da Comissão Especial do Zoneamento, capitaneada pelo seu Presidente, Deputado Dilceu Dal Bosco; pelo Relator, Deputado Alexandre Cesar; pelo Vice-Presidente, Deputado Percival Muniz e por todos os seus integrantes; representando a Assembleia Legislativa, vão ouvir e vai ser sensíveis às reivindicações, principalmente, do pessoal de Querência, que quer estar na Categoria I, na agricultura consolidada (PALMAS).

Quero aproveitar esta oportunidade, também, para deixá-los a par de uma Emenda Parlamentar da Bancada Federal, no valor de quinze milhões de reais para ajudar no rompimento dos obstáculos naturais existentes na MT-100, que dificultam o tráfego de caminhões com produtos agrícolas. Há quinze milhões no Orçamento do Governo Federal deste ano, no Ministério da Integração Nacional.

Vou contar com todas as forças do Vice-Governador Silval Barbosa para nos ajudar a liberar esse recurso que está no Ministério da Integração Nacional, que é, hoje, capitaneado pelo Ministro Geddel Vieira, do PMDB da Bahia.

Quero, também, dizer que todos foram incentivados a ocupar suas áreas. Antigamente, existia o seguinte dizer: Vamos ocupar para não entregar; vamos integrar para não entregar ... (TEMPO ESGOTADO).

E vocês confiaram no Poder Público e foram, abriram e desenvolveram a região. Então, é importante que tudo isso seja considerado na votação do Zoneamento!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO
ECOLÓGICO, REALIZADA EM BARRA DO GARÇAS, NO DIA 04 DE ABRIL DE 2009, ÀS
09:00 HORAS.

Para finalizar, quero dizer que acho extremamente importante pós-Zoneamento envolver a Universidade Federal, os Centros Federais de Educação Tecnológica, a UNEMAT, o Governo do Estado através da Secretaria de Educação, da Secretaria de Desenvolvimento Rural, para que possamos encontrar alternativa de produzir e preservar o meio ambiente.

Grande abraço a todos vocês!

O SR. PRESIDENTE (DILCEU DAL BOSCO) - Com a palavra, o Sr. Reginaldo Martins Del Colle, de Nova Nazaré; e, na sequência, o Sr. Luiz Cancian, de Canarana.

O SR. REGINALDO MARTINS DEL COLLE - Sr. Presidente, em seu nome, quero dizer bom-dia à mesa! Em nome da minha Prefeita, Srª Railda, um bom-dia a todos!

Gostaria de dizer a Vossas Excelências que o nosso município está espremido entre duas reservas indígenas. E agora, com o Zoneamento, acaba sendo aprovado, tornando-se um município inviável para o cidadão que ali reside.

Estamos na Categoria 3.2.2A, que é a pecuária no capim nativo. Esse tipo de subsistência para a nossa região, para o nosso município, inviabiliza a nossa sociedade.

Para quem não conhece Nova Nazaré, vou contar um pouco da sua história.

Tínhamos, ali no Município, a embarcação da Hidrovia Rio das Mortes/Araguaia, que, por sua vez, foi derrubada em ações judiciais, por matar os peixes pela barca que por ali passava.

Economicamente, perdemos. Perdendo não só o município, mas como todos os municípios vizinhos, por causa da Hidrovia. Perdemos, dois ou três anos depois de ser emancipado, por questão indígena, o Corredor Ecológico do Parque do Xingu, aumento de reserva no nosso município.

Nós não temos empresários ou investidores, na nossa região, por causa dessas ações que vêm sendo feitas por ONGs e outras pessoas que ali passam e não conhecem a nossa realidade.

Gostaria de dizer a Vossas Excelências e ao povo: Não somos obrigados a arcar, pela irresponsabilidade dos Estados Unidos...; não somos obrigados a arcar, pela irresponsabilidade da Europa... Nós somos brasileiros! Nós temos a garantia da nossa soberania! Nós somos o dono do Brasil! Não podemos ser induzidos por um fundo norueguês, dizendo que implantará recursos no nosso país, se assim o preservarmos. Mas, crie condições para que possamos arrecadar esses recursos...(TEMPO ESGOTADO).

O SR. PRESIDENTE (DILCEU DAL BOSCO) - Concedo mais um minuto para que o senhor possa concluir a sua fala. Seremos rigorosos no tempo daqui para frente.

O SR. REGINALDO MARTINS DEL COLLE - Agradeço.

Mas, não queremos esse tipo de recurso. Queremos é sobreviver na nossa terra. Queremos, sim, exigir a cultura que não nos é dada, porque foi dada por um indígena, que nem considero índio, considero pessoa, ser humano que nem nós. Simplesmente, tem uma regalia maior, que tem que manter a cultura. Hoje, não teremos um índio de 500 anos atrás. Hoje, o índio quer um carro, quer viver bem, comer bem e não ficar tocado no mato. São essas questões que os Estados Unidos e a Europa vêm impregnando no nosso país.

Mas, infelizmente, o Poder Público vende as nossas terras; vende a nossa opinião; vende a nossa satisfação; vende o nosso prazer de viver na terra que nascemos e que é nossa.

Essa é a minha opinião, porque queremos viver na nossa terra, aonde fomos trazidos por esse mesmo poder...(TEMPO ESGOTADO).

O SR. PRESIDENTE (DILCEU DAL BOSCO) - Mais um minuto para concluir.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO
ECOLÓGICO, REALIZADA EM BARRA DO GARÇAS, NO DIA 04 DE ABRIL DE 2009, ÀS
09:00 HORAS.

O SR. REGINALDO MARTINS DEL COLLE - Então, Sr. Presidente, essa é a minha indignação.

Votando a nossa área 3.2, gostaria de mudar a característica para 1.8b, que é a característica da nossa área. E não formar um corredor ecológico do Vale do Xingu até Barra do Garças. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (DILCEU DAL BOSCO) - Com a palavra, o Sr. Luiz Cancian; e, na sequência, o Sr. Luis Antônio Nabhan.

O SR. LUIZ CANSIAN - Cumprimento o Deputado Dilceu Dal Bosco e, em seu nome, toda a mesa.

Serei breve nas minhas palavras!

Quero me dirigir, especialmente, aos Srs. Deputados, à mesa e mais, especialmente, ainda ao representante do meio ambiente. Mas, para reflexão: Estamos aqui discutindo a questão do meio ambiente, não estamos discutindo a questão do ser humano que está nesse meio ambiente.

Esse povo que está aqui representa mais de trezentos mil habitantes. E o que é que está sendo feito com esses trezentos mil habitantes que estão aqui na região, muitos deles há mais de cem anos?

Vamos pegar esses trezentos mil habitantes e colocá-los nos grandes centros, do Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Belo Horizonte, Porto Alegre, para engrossar os bolsões de miséria? Para que se aumente a guerrilha urbana? Para que se faça uma guerra pior do que já existe neste país e que as autoridades não querem admitir que já estamos numa guerra civil? É isso que queremos, minha gente? É esse o meio ambiente que temos que discutir?

Vamos analisar, minha gente, se estamos num estado policalesco, igual esse que existe agora, onde o cidadão que trabalha... Tem gente representando o meio ambiente de todos os recantos deste País, que não conhecem nada, que não sabem nada da nossa região, que vem com uma mala nas costas, com uma metralhadora em punho e quer nos expulsar da região. O que vamos fazer, minha gente? Precisamos trabalhar. Queremos trabalhar, e é isso que viemos fazer aqui.

Não aguentamos mais esse estado policalesco, aonde o cara, que vem com uma mala nas costas e uma metralhadora, vai embora e deixa esses trezentos, quatrocentos mil habitantes à mercê da sua própria sorte e com as grandes multas que o Governo Federal impõe através desse policiamento que existe para quem está trabalhando.

O que é que existe atrás disso? A serviço de quem estão esses cidadãos? A serviço do Brasil? Será que estão, realmente, a serviço do nosso País? Este País que quero contestar?

Um colega disse aqui que o Estado não está presente. O Estado está presente, sim. Mas, está presente através da multa, do policiamento...(TEMPO ESGOTADO)...

O SR. PRESIDENTE (DILCEU DAL BOSCO) - Concedo mais um minuto para conclusão.

O SR. LUIZ CANSIAN - E um apelo que faço ao Presidente da Comissão é que seja mato-grossense quem fiscaliza Mato Grosso; que seja gente que tenha responsabilidade que venha nos fiscalizar.

Também, quero dizer que precisamos defender o Brasil das garras dos estrangeiros. Se não temos autoridade, se o nosso Vale do Araguaia, se o Estado não está presente, farei um apelo a esses trezentos mil habitantes: Vamos criar o Estado do Vale do Araguaia. Meu abraço e meu muito obrigado!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO
ECOLÓGICO, REALIZADA EM BARRA DO GARÇAS, NO DIA 04 DE ABRIL DE 2009, ÀS
09:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (DILCEU DAL BOSCO) - Com a palavra, o Sr. Luiz Antônio Nabhan, Presidente da União Democrática Ruralista, UDR Nacional. (PALMAS)

O SR. LUIZ ANTÔNIO NABHAN - Boa-tarde a todos!

Quero cumprimentar o Presidente da Assembleia Legislativa, o Sr. Vice-Governador, os Deputados Federais, os Prefeitos, os Vereadores e demais autoridades presentes.

Eu gostaria de fazer um alerta a todos, principalmente ao Relator e ao Presidente da Comissão de Zoneamento, que uma região extremamente significativa na cadeia produtiva de Mato Grosso, está qualificada na zona 3.2.2, subcategoria 3.2, de forma equivocada. Prefiro dizer equivocada, para não qualificar como discriminação. “Qualifico essa área como ambiente pantaneiro.” E de uma conotação como se ela fosse equivalente ao Pantanal da Bacia do Prata. Essa região não tem nada a ver com o Pantanal da Bacia do Prata. E, lamentavelmente, da forma que está sendo qualificada aqui, a iniciativa privada vai ter seus direitos constitucionais garantidos, feridos frontalmente.

Todos sabem aqui a participação significativa que a UDR teve na Constituinte para defender o direito de propriedade, para defender a livre iniciativa privada. Então, não podemos aceitar que uma região tão expressiva, que vem de uma colonização de oito, dez décadas, possa sofrer essa discriminação por conta desse equívoco.

Já conversei com alguns Deputados, em especial com o meu amigo Deputado Homero Pereira, e faço um apelo aqui ao Relator, ao Presidente da Comissão e ao Presidente da Assembleia Legislativa para que revejam essa situação.

Há outro detalhe que eu gostaria de falar especialmente ao Relator. No Seminário que eu participei, no Grupo III, na subcategoria 3.2, por unanimidade, mudamos o termo ambientes pantaneiro para áreas temporariamente alagadas, mas houve algum equívoco, alguma falha na hora de digitar, inclusive foi aprovado por unanimidade o termo “temporariamente alagada”, que foi confundido por “permanentemente alagada”. Então, seria importante, se houver necessidade, rever todos que participaram, porque foi aprovado unanimemente a alteração do termo ambiente pantaneiro para área temporariamente alagada e não área permanentemente alagada. Senão não havia ... (TEMPO ESGOTADO)

Então, faço um apelo aos senhores, porque o Vale do Araguaia não pode sofrer essa discriminação. Tem que ser qualificado como região Pantaneira e ter suprimido os direitos constitucionais da iniciativa privada.

O item VII, da Subzona 3.2.2-a, foi integralmente suprimido por unanimidade. Então, é explícito como vai ser prejudicada toda a cadeia produtiva dessa região, uma região extremamente expressiva, a região do Vale do Araguaia, com a qual devemos ter um cuidado especial. Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (DILCEU DAL BOSCO) - Estaremos analisando - inclusive agora há pouco o Deputado Federal Homero Pereira conversava comigo sobre isso -, Sr. Luiz Nabhan, essa questão tecnicamente junto a nossa Assessoria Técnica no momento da formatação, junto com a SEPLAN e com a SEMA, e observaremos esses detalhes.

Com a palavra agora o ilustre Prefeito de Água Boa Maurício Tonhá, o Maurição. (PALMAS)

O SR. MAURICIO TONHÁ - Bom-dia, Deputado Dilceu Dal Bosco, na pessoa de quem cumprimento os demais Deputados Estaduais e Federais, Secretário Neldo Egon Weirich e Vice-Governador Silval Barbosa, nossos cumprimentos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO
ECOLÓGICO, REALIZADA EM BARRA DO GARÇAS, NO DIA 04 DE ABRIL DE 2009, ÀS
09:00 HORAS.

Bom-dia especialmente a todos os amigos e amigas do Araguaia que neste momento tão importante estão aqui para debater um assunto, sem dúvida, da maior importância para o futuro do nosso Estado, principalmente do Araguaia.

Como Prefeito, como produtor e, como cidadão, especialmente, quero falar, Srs. Deputados, da nossa preocupação com o formato da proposta que está tramitando na Assembleia Legislativa.

Tenho a convicção absoluta de que as vozes que estão chegando aos senhores Parlamentares, de clamor e de preocupação de todos nós, homens e mulheres, públicos, produtores e pessoas que aqui vivem, fará com que os senhores se sensibilizem e encontrem, sem dúvida, o sentimento desta sociedade, como também a responsabilidade que lhes é devida como Parlamentares para que os senhores possam corrigir os equívocos até então apresentados, mudando de categoria municípios tão penalizados como Cocalinho, Querência, Nova Nazaré e também Canarana.

Como Presidente do Consórcio de Desenvolvimento do Médio Araguaia, falo em nome de Prefeitos com muitas preocupações, como do Gercino, do Luiz Henrique e dos demais que aqui se pronunciaram, para que os senhores possam realmente nos ouvir, fazendo com que sejamos respeitados como pessoas que vieram colonizar, ocupar e integrar para não entregar.

Este é realmente um momento de muita apreensão, mas temos a convicção, Deputado Riva, de que com sua capacidade de articulação e seu sentimento de homem público, como o Deputado Dilceu Dal Bosco e os demais Deputados, Vossas Excelências haverão de encontrar um zoneamento que atenda a preservação ambiental, mas especialmente as necessidades das pessoas que aqui vivem.

Então, amigos do Médio Araguaia, amigos produtores do Estado de Mato Grosso, temos a convicção de que com a nossa participação, com o nosso debate, com a nossa cobrança, especialmente com a nossa participação também na Assembleia Legislativa em outros momentos, haveremos de ter um caminho a ser trilhado com muito mais equilíbrio, porque hoje a discussão nem sempre é travada no campo do bom senso, mas no campo da paixão dos ecologistas radicais e também dos produtores rurais radicais - por que não falarmos? - mas temos, sim, que ter responsabilidade, estar atentos, participando dos debates, que, sem dúvida, se Deus quiser, para termos uma lei ambiental, um Zoneamento, que venha atender a todos nós.

Que Deus ilumine os Deputados para que sejam felizes e tomem as melhores decisões para todos nós!

Muito obrigado. Sucesso! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (DILCEU DAL BOSCO) - Agradecemos o Prefeito Maurição.

Convidamos para fazer uso da palavra o Sr. Valteri Araújo da Silva, Líder Comunitário de Nova Xavante.

Na sequência, usará da palavra o Sr. Irineu Pirani, Vice-Prefeito de Barra do Garças.

O SR. VALTERI ARAÚJO DA SILVA - Em nome do Deputado Federal Eduardo Moura, cumprimento os demais Deputado Federais; em nome do Deputado Estadual Alexandre Cesar, cumprimento os Deputados Estaduais; em nome do Prefeito Gercino Caetano Rosa, cumprimento todos os Prefeitos e os Vereadores aqui presentes.

Sou um líder comunitário da cidade de Nova Xavantina e temos um Projeto Ambiental chamado: "Rio Limpo, Rio Lindo". Estamos há seis anos trabalhando com este Projeto na conscientização e sensibilização da comunidade ribeirinha do Rio das Mortes, trabalho com vários

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO
ECOLÓGICO, REALIZADA EM BARRA DO GARÇAS, NO DIA 04 DE ABRIL DE 2009, ÀS
09:00 HORAS.

técnicos que nos acompanham, seis biólogos, quatro turismólogos e engenheiros florestais, várias pessoas que tem capacidade para dar um diagnóstico a qualquer instituição que precisar ver o nosso trabalho e nós temos condições de prestar esse trabalho.

Eu gostaria de dizer aos senhores que com esses seis anos de trabalho, as três vezes que nós fomos trabalhar na sensibilização dos ribeirinhos do Rio das Mortes, conseguimos tirar de dentro do Rio das Mortes, que é considerado pela ONU o terceiro rio menos poluído do nosso País, mais de cinco toneladas de lixo de dentro daquele rio.

Hoje, estou acompanhando essa questão do Zoneamento e me dá uma preocupação. Primeiro: Será que os nossos pequenos produtores, os grandes produtores estão tendo o apoio da SEMA, o apoio do IBAMA na orientação daquilo que eles podem fazer? Porque encontramos pessoas ribeirinhas que moram na beira do Rio das Mortes há mais de 45 anos e lá nunca foi nenhum representante do Governo para orientar e para mostrar o que é certo e o que é errado (PALMAS).

Está o representante do nosso Governo Federal aqui na nossa presença, eu gostaria de pedir para o senhor que pedisse ao nosso Ministro que colocasse dentro do Programa de Governo, para que o IBAMA trabalhasse, mas não na canetada no pequeno, mas sim na sensibilização e na educação dele para melhorar a situação de cada um dos pequenos produtores e dos grandes produtores.

Quero dizer aos Deputados Estaduais que trabalhem nessa sensibilização, não na punição dos pequenos que os governantes estão punindo, mas sim na educação e na sensibilização do nosso povo. É disso que nós precisamos e é isso que nós queremos!

Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (DILCEU DAL BOSCO) - Com a palavra, o Sr. Irineu Pirani, Vice-Prefeito de Barra do Garças e, na sequência, o Sr. Fabiano Dall Agnol.

O SR. IRINEU PIRANI - Senhores e senhoras, boa-tarde!

A minha fala será rápida, mas acredito que vamos atingir o objetivo.

Srs. Deputados, neste momento em que se culmina um trabalho que se traduziu para nós no maior exercício de cidadania visto em toda a nossa região e quiçá no Estado, na condição de Vice-Prefeito e em nome do Prefeito Wanderley Farias e de toda a nossa população, quero registrar que a Assembleia Legislativa, desde sua equipe técnica até os Srs. Parlamentares, cumpriram de forma extraordinária os seus papéis em nosso município e região.

Aqui se discutiu de forma efetiva o futuro de nosso município e da região, tratando de forma madura e responsável a produção sustentável da nossa agropecuária. Neste sentido, quero avaliar com Vossas Excelências e esta extraordinária plenária, o que fizemos o continuaremos a fazer aqui em Barra do Garças.

Nosso município já foi tido como a Capital Nacional do novilho precoce, com tecnologia desenvolvida aqui mesmo em Barra do Garças, na Fazenda Carpa Serrana e que depois migrou para o todo o Brasil. Ou seja, aprendemos e ensinamos a produzir maior quantidade de arroba de boi em menor área de terra.

Assim, Srs. Parlamentares e amigos aqui presentes podemos afirmar, que conhecemos o que fazemos e haveremos, agora, conhecendo ainda mais as regras ambientais, haveremos de continuar a produzir a melhor carne para a nossa gente.

Temos um rebanho bovino em Barra do Garças na ordem de quatrocentas e quinze mil cabeças de gado, porem, quando somamos os demais municípios de nossa região de

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO
ECOLÓGICO, REALIZADA EM BARRA DO GARÇAS, NO DIA 04 DE ABRIL DE 2009, ÀS
09:00 HORAS.

planejamento, este número se torna alvissareiro, pois somam três bilhões quinhentos e vinte e seis oitocentas e sessenta e seis cabeças.

Nossa agricultura em que pese a nossa vocação para pecuária de corte, produz um milhão duzentos e quarenta e seis quatrocentas e vinte e duas toneladas de soja, aproximadamente quarenta e três mil toneladas de algodão e em torno de cento e oitenta e quatro mil toneladas de milho. Uma riqueza inquestionável!

Isto meus senhores, estou citando para que nós possamos pedir aos Srs. Parlamentares e, em especial, aos membros da Comissão Especial do Zoneamento Socioeconômico e Ecológico, que compreendam que precisamos manter e, ainda, incrementar esta produção. Falamos isto meus senhores e minhas senhoras, com a convicção de que haveremos cada vez mais, agregar maior valor a nossa produção, exatamente em função da necessária sustentabilidade ambiental. Por outro lado, vejam o que está acontecendo em nosso Estado, bastou apenas que nossa indústria frigorífica apresentasse o primeiro sintoma da crise que assola o Brasil, para que pudéssemos testemunhar a coisa mais estranha em nossa economia, onde sobram bois nos pastos e sobem os preços nos açougues e supermercados.

Este é o maior exemplo da falta de convergência em nossa sociedade e da falta de políticas públicas. Não está dando consenso na cadeia de carne mato-grossense e, quem perde com isto é toda a sociedade, desde o menos consumidor até o poder público que arrecada menos e, por conseguinte passa a ter menos recursos para manter seus programas sociais.

Faço esta reflexão, para dizer aos senhores Parlamentares, da necessidade de ao final, concluirmos juntos, uma Lei com aderência à realidade de nossa economia, e ainda, que implemente a indústria do turismo em nossa região, afinal, temos o decantado Rio Araguaia como um grande patrimônio que permeia a maioria de nossos municípios. Temos a produção de matéria-prima que justifica a implantação de diversos parques industriais em toda nossa região e, o que é mais importante, temos uma gente habilidosa e que não tem medo do trabalho.

Desta forma Srs. Deputados, depois de tudo o que vimos no Seminário Técnico aqui em Barra do Garças, onde, existem sérias observações de necessidade de mudanças e de ajustes nas Diretrizes Específicas, nas Categorias, sub-categorias, Zonas e Sub-zonas, é que compreendemos que durante o transcurso de quase duas décadas entre o início dos estudos do Zoneamento, até a sua discussão com a sociedade, o Estado de Mato Grosso mudou e, graças a Deus mudou para melhor, o que nos remete a pensar que também precisamos mudar significativamente todos os produtos do Zoneamento.

Concluo esta minha humilde participação reafirmando que confiamos em nossos Parlamentares e mais que isto, confiamos em nossa augusta Assembleia Legislativa e em seus vinte e quatro membros.

O Brasil é dos brasileiros, Mato Grosso é deste povo corajoso e trabalhador que aqui vive, a região do Araguaia é nossa e dela nós sabemos cuidar e produzir. Apostem em nós!

Muito Obrigado!

Fiquem com Deus! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Muito obrigado ao Vice-Prefeito.

Com a palavra, Fabiano Dall Agnol, do Sindicato Rural de Barra do Garças. Em seguida, fará uso da palavra o Deputado Federal Eduardo Moura.

O SR. FABIANO DALL AGNOL - Senhores, nos últimos vinte anos, nós recebemos investimentos de indústrias voltadas a frigoríficos, voltadas a curtumes e voltadas à armazenagem de grãos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO
ECOLÓGICO, REALIZADA EM BARRA DO GARÇAS, NO DIA 04 DE ABRIL DE 2009, ÀS
09:00 HORAS.

Estamos vivendo e estamos tendo uma nova possibilidade de começarmos a produzir combustível de alta qualidade. Combustível que venha nos ajudar a incrementar na produção do Estado. A grande preocupação senhores, e aos poucos que estão me ouvindo, eu gostaria de manifestar aqui a preocupação de que a forma que está esse Zoneamento, nós teremos prejuízos irreparáveis na nossa região.

Quero passar aos senhores que nós temos oito grandes empresas investindo no Vale do Araguaia, sendo elas: a Bil Brazilian, que já está construindo sua empresa de bicomcombustível; a CIP e a Canastra Participação, que é uma empresa de Componentes para agroindústria; a União Energia, que é uma empresa voltada para biomassa; a Green Oil, que é uma empresa voltada à extração de óleo de Pinhão Manso; a ICQ Holding SPA, que é outra empresa voltada à extração de óleo; e a Gralha Azul, que já está se instalando em nossa cidade...

(O DEPUTADO DILCEU DAL BOSCO REASSUME A DIREÇÃO DOS TRABALHOS ÀS 12:52 HORAS.)

...Portanto, Senhores, os proprietários e acionistas dessas empresas já se manifestaram de que irão rever os investimentos, caso seja aprovado o Zoneamento como está. Então, é uma preocupação.

Eu sei que as autoridades estão dispersas, mas, provavelmente, quando reverem as fitas, eles possivelmente nos darão melhor atenção. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (DILCEU DAL BOSCO) - Com a palavra, agora, o ilustre Suplente de Deputado Federal desta região, Eduardo Moura.

O SR. EDUARDO MOURA - Boa-tarde a todos!

Eu quero cumprimentar, em nome do Deputado Riva, a mesa; e quero, Deputado Riva, aproveitar para elogiar e cumprimentar, em nome da Margareth, toda a equipe da Assembleia Legislativa que, mesmo sem voz, com gripe, de algum jeito conseguiram coordenar brilhantemente este trabalho.

O que eu quero pedir a Vossa Excelência, Deputado Dilceu Dal Bosco, é que, ao final deste trabalho da Assembleia Legislativa, pudéssemos trazer esse Zoneamento para a realidade do Mato Grosso, porque esse Zoneamento, começado há 18 anos, está totalmente descolado da realidade de Mato Grosso, hoje. É um Zoneamento que conseguiu inventar um Pantanal no Araguaia. É um Zoneamento que vai obrigar o Araguaia e vai obrigar, provavelmente, o Prefeito da cidade de Cocalinho, Luiz Henrique, a deixar de ser Prefeito, para se tornar guarda florestal, porque não vai ter mais povo lá para trabalhar ou para produzir. Então, eu acho importante trazermos isso para a realidade.

E quero dizer ao Roberto Vizentin, do Ministério do Meio Ambiente, que nós não aplaudimos aqui, Roberto, os cinco metros. O que nós aplaudimos foi a coragem da Assembleia Legislativa de Santa Catarina de enfrentar o Ministério do Meio Ambiente, de enfrentar o IBAMA e acabar um pouco com essa arrogância, com essa truculência e com desrespeito que o Ministério do Meio Ambiente vem trazendo e tratando os produtores rurais... (PALMAS).

Então, nós não aprovamos cinco metros. O que nós aprovamos foi a coragem da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, porque o Ministro Minc, outro dia consultado, por que não conversou com os produtores rurais sobre o boi ecológico, mandou que reclamássemos com o Papa. Porque ele, certamente, no seu pedestal, deve achar que o Papa é subordinado a ele. Então, esse desrespeito é que não aguentamos mais. O produtor mato-grossense não aguenta mais o Ministério do Meio Ambiente, a SEMA, o IBAMA, o INCRA e todos aqueles que não nos deixam trabalhar. (PALMAS).

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO
ECOLÓGICO, REALIZADA EM BARRA DO GARÇAS, NO DIA 04 DE ABRIL DE 2009, ÀS
09:00 HORAS.

Então, prestem atenção e conheçam o produtor mato-grossense, porque ninguém preserva mais o meio ambiente do que o produtor. Ele está protegendo aquilo onde ele trabalha, de onde ele vive.

E não é no gabinete lá em Brasília, no ar-condicionado, que vocês vão tomar decisões que empatam a vida nossa, porque na hora de fazer reuniões em torno de um prato com picanha, feijão, arroz, vocês gostam. Mas quem é que produz, quem é que põe isso no prato de vocês?

Então, minha gente, Deputado Dilceu Dal Bosco, que nós trazemos para a realidade esse estudo, que respeitemos o produtor mato-grossense, que respeitemos aquelas pessoas que vieram desenvolver este Estado, abriram este Estado e que eram obrigados a desmatar por esse mesmo Ministério que, hoje, quer que replantemos. Então, é isso que precisa prestar atenção.

Foi-nos dito que precisamos de um estudo profundo, porque o estudo foi profundo da SEPLAN. Mas que estudo é esse que inventa um Pantanal onde existem estudos técnicos embasados pela própria UNEMAT, mostrando que nós temos varjão? Eu perguntava ao Conselheiro Humberto Bosaipo se ele já viu algum Pantanal, porque eu nunca vi um Pantanal na região, e conheço provavelmente melhor do que os técnicos da SEPLAN. Que estudo esse da SEPLAN que transforma um rio em dois, porque achou que eram dois rios, um rio do mesmo nome? Que estudo é esse que inventa uma pastagem nativa numa região que nunca teve pastagem nativa?

Então, o que eu quero, inclusive, pedir ao Deputado Dilceu Dal Bosco e ao Deputado Riva, porque isso me lembra um velho político mineiro chamado Alckmin, que uma vez uma pessoa chegou para ele e disse: “Deputado, a minha mulher está grávida e vai ter filho na semana que vem e eu estou desprevenido!” e ele respondeu: “Você que está sabendo há nove meses, está desprevenido, imagina eu que estou sabendo agora!”.

Nós não estamos preparados e não temos o tempo necessário até julho para contestar profundamente o estudo feito pela SEPLAN. E nós precisamos contestar, precisamos mostrar tecnicamente a necessidade de mudança de categoria, porque senão vai acabar Cocalinho, vai acabar Ribeirão Cascalheira, Querência vai ter uma redução enorme na sua produtividade... Uma região como Nova Xavantina, que foi aberta em 1940, não é considerada consolidada! O que é ser consolidada, então, gente? A que foi aberta por D. Pedro?

Então, gostaria de pedir a possibilidade de nós, eventualmente, adiarmos essa questão. Eu sei da importância do Governador de levar isso a Copenhague, mas acho que o povo, o produtor rural é muito mais importante do que tentarmos fazer bonito para o mercado internacional, porque são eles que vão nos sustentar, são eles que vão sustentar a Assembleia Legislativa, os Deputados e tudo isso (PALMAS).

Eu gostaria de pedir aos senhores a possibilidade de prorrogarmos essa votação, porque foi nos dito pela SEPLAN, aliás, até em questão do estudo profundo, que nós também teríamos que apresentar o estudo profundo. Nós vamos ter audiências no mês de junho e não vai dar tempo para ninguém estudar. Estamos todos desprevenidos quanto a isso.

E só quero pedir aos senhores, eu conheço a sensibilidade dos senhores, os senhores conhecem a realidade de Mato Grosso, e tenho certeza de que os senhores já tem em suas cabeças as alterações necessárias, mas que os senhores respeitem os produtores rurais, respeitem os municípios para que não tenhamos que fazer um dia o Zoneamento Socioeconômico Ecológico do Estado do Araguaia.

Obrigado (PALMAS).

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO
ECOLÓGICO, REALIZADA EM BARRA DO GARÇAS, NO DIA 04 DE ABRIL DE 2009, ÀS
09:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (DILCEU DAL BOSCO) - Nós agradecemos a contribuição do Suplente de Deputado Federal Eduardo Moura, que é profundo conhecedor desta região.

Quero dizer a Vossa Excelência, Deputado, que nós não temos mais como mexer no prazo das audiências, mas hoje aqui não se encerram as discussões dessa região de planejamento. Todos os senhores, as entidades, as lideranças, até a aprovação, a confecção final do Relatório, através do Relator, Deputado Alexandre Cesar, é possível ainda se discutir ou oferecer sugestões, opiniões, fazer críticas de tal forma que juntos possamos construir o melhor Projeto para o nosso povo e para o futuro deste grande Estado.

Então, fica aqui o nosso compromisso e muito obrigado pela contribuição!

Com a palavra, a Sr^a Lucina Jordos, produtora rural de Ribeirão Cascalheira.

Na sequência, o Sr. Mário Buri, Presidente da Câmara Ítalo-Brasileira de Comércio, Agricultura e Indústria.

A SR^a LUCINA JORDOS - Bom-dia a todos!

É difícil falar depois do Eduardo Moura, mas, tentarei.

A região que defendo é Cascalheira. Ela foi colocada como 2.3.6, mas, não tem nada a ver com essa região. Discordo do senhor porque se fosse 2.3.6 não daria para fazer tudo que é feito. Ela é altamente produtiva, tanto em agricultura, quanto em pecuária, mas, se for colocada nessa classificação, não poderá mais ser. Terá cobrança de água e muitas coisas que não dá para ser. Então, estamos pedindo a mudança à Categoria 1.7 dessa área.

Ribeirão Cascalheira é, totalmente, dependente da agricultura e da pecuária. Se esse Zoneamento for feito conforme a classificação que foi colocada pelos senhores, podem apagar Cascalheira do mapa, pois, acabará porque é, totalmente, dependente da agricultura e da pecuária.

Estudei bastante o assunto, então, espero que os senhores prestem muita bastante nisso para que o nosso tempo não tenha sido em vão.

Agradeço a atenção de todos! Muito obrigada! (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (DILCEU DAL BOSCO) - Com a palavra, o Sr. Mário Buri, Presidente da Câmara Ítalo-Brasileira de Comércio, Agricultura e Indústria.

Na sequência, o Sr. Caio Penido Dalla Vecchia.

O SR. MÁRIO BURI - Autoridades da mesa, senhoras e senhores!

Sei que todos estão cansados. Estou aqui como produtor rural de Barra do Garças e como empresário.

Estou no Brasil há cinco anos. Vim da Itália, onde, também, era de uma família de produtores rurais e vi as várias oportunidades que temos aqui.

Conseguimos levar a nossa primeira firma, que é a BIO, para Nova Xavantina, na estrada que vamos inaugurar em alguns meses; conseguimos levar o maior investimento de Mato Grosso, que são três usinas. É outra iniciativa para ajudar a mudar o desenvolvimento do Vale do Araguaia.

A iniciativa do Zoneamento é fundamental! É muito importante! Penso que é muito importante os Deputados, os legisladores, escutarem a população, escutarem as exigências. Isso não tirará suas responsabilidades de tutelar o interesse geral e não o interesse particular.

Estou maravilhado! Sei que a tempo de falas é grande e o cansaço, também, por escutar muitas pessoas, como representantes dos investimentos que estamos fazendo aqui.

Devo falar que do lado do empresário a insegurança é a pior coisa para investir. Esse Projeto, na parte que nos pertence, cria muitas dúvidas. Estou na dúvida! São cinco anos que estou aqui, pode ser que sou muito ingênuo e não conheço as coisas. O nosso Presidente, o

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO
ECOLÓGICO, REALIZADA EM BARRA DO GARÇAS, NO DIA 04 DE ABRIL DE 2009, ÀS
09:00 HORAS.

Meirelles, que foi Secretário de Estado, Presidente de várias Organizações Internacionais, pensa como nós. É tão ingênuo quanto eu. Gastamos centenas, milhares de reais para fazer um estudo e explicar que investimento podemos fazer aqui. Agora, estamos na insegurança. Isso não é bom!

Deputado Riva, Presidente da Assembleia Legislativa; Deputado Dilceu Dal Bosco, Presidente da Comissão, precisamos saber como nasceram essas coisas. Se nós é que erramos; se foi errada a interpretação ao nosso Projeto. Não podemos investir nessa citação. Nós damos toda a nossa disponibilidade, da nossa assistência, dos nossos químicos, para discutir, ver e confrontar. Porque nós encontramos parceiros, assinamos com o Governo do Mato Grosso, com as Prefeituras, para ser fazer um investimento grande. Agora, diz que a direita da estrada vai ter e a outra não. É ao contrário do mapa que temos sobre a fertilidade, sobre tudo.

Gostaria, para terminar, recuperando as coisas que o colega falou dos Estados Unidos e da Europa, quanto à guerra que aconteceu, que é vergonhosa e tudo, de sensibilizar porque os produtores da Europa são respeitados, são tutelados e são garantidos. Mas são garantidos porque descobriram que não só o habitante da cidade, mas, todos, precisam comer. Podem renunciar a tudo, mas, não à comida que um produtor agrícola produz. São respeitados, tutelados, porque são verdadeiros ecologistas, que mantêm o meio ambiente. Porque se não mantivermos o meio ambiente... (TEMPO ESGOTADO).

O SR. PRESIDENTE (DILCEU DAL BOSCO) - Concedo mais um minuto para a conclusão.

O SR. MÁRIO BURI - ...se não usarmos bem a terra; se não respeitarmos; se não produzirmos com qualidade, com segurança, a terra não produz, não dá renda e não faz o nosso comércio produzir.

Eu agradeço! Estaremos à disposição para aprofundar quanto ao Zoneamento. Muito obrigado! (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (DILCEU DAL BOSCO) - Com a palavra, o Sr. Caio Penido Dalla Vecchia, cineasta, representando a ONG Aliança da Terra.

Na sequência, o Sr. Marcelino Ferreira da Paixão.

O SR. CAIO PENIDO DALLA VECCHIA - Boa-tarde a todos!

Sei que estão todos cansados e com fome.

Meu nome é Caio Penido Dalla Vecchia. Sou cineasta e tenho conhecimento de Mato Grosso, da região de Barra do Garças à Vila Rica. Já vim para cá há quinze, vinte anos. Acho que é uma região que o Brasil não conhece. Tenho vontade de fazer mais trabalhos aqui. Inclusive, estou fazendo o embrião de um documentário sobre essa questão ambiental com a intenção de levar esse diálogo para o Brasil.

Acho que o Vale do Araguaia não foi, ainda, apresentado para o Brasil. Quando falo em São Paulo - moro em São Paulo, perto do centro, uma cidade que se desenvolveu sem organização nenhuma - o que existe aqui, no Vale do Araguaia... Ninguém acredita que exista uma cidade como Água Boa, Querência, Canarana, com avenidas largas. O povo é bom! O povo é trabalhador! A terra é produtiva! A terra é boa! As fontes naturais ainda existem. Há reservas! As famílias têm reserva. Tem muitas APPs preservadas. Quanto as que não estão preservadas já existe uma consciência dos produtores em preservar.

Acho que se a intenção do IBAMA e da SEMA era multar para educar o produtor, o objetivo foi atingido, a estratégia deu certo. O produtor, hoje em dia, está consciente da necessidade da preservação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO
ECOLÓGICO, REALIZADA EM BARRA DO GARÇAS, NO DIA 04 DE ABRIL DE 2009, ÀS
09:00 HORAS.

Em Querência, entrevistei uma criança, um estudante, com raiva do pai, porque achava que o pai era bandido, um criminoso, por plantar, por produzir.

Quando cheguei, hoje, aqui e vi a camisa do pessoal de Querência, dizendo: “Lutando pelo direito de produzir”. Eu acho que em nenhum lugar do mundo as pessoas lutam pelo direito de produzir. Acho que só aqui, no Vale do Araguaia, isso está acontecendo.

Fiquei emocionado quando ouvi o Hino que fala do Brasil, de uma terra rica, de esperança. Nós temos aqui toda a possibilidade de produzir corretamente, seguindo as leis e, de repente, estão querendo alijar o Vale do Araguaia dessa possibilidade. (PALMAS).

Acho que o potencial aqui é forte de turismo, de produção.

Os municípios de Querência e Canarana têm que ser enquadrados na Categoria I. Não tem como não ser Categoria I.

Temos que lembrar que existe uma crise mundial de alimentos. Quando acabar essa crise financeira, voltará a crise do alimento. Faltará soja para a China, para a Índia. A população do mundo continua crescendo e o Vale do Araguaia, pelo que sempre escutei, é o celeiro do mundo, o potencial.

Quando faltar comida no mundo, quem vai se responsabilizar por ter tirado o Vale do Araguaia à condição de produzir corretamente?

Agora, temos a oportunidade de fazer um desenvolvimento sustentável, coisa que São Paulo, Europa, não tiveram. Eles desenvolveram de forma desorganizada.

Então, acho que aqui aconteceu uma grande união. As comunidades indígenas, os assentamentos, os produtores, até os ambientalistas têm um consenso de organizar, de encontrar um modelo de super desenvolvimento sustentável no Vale do Araguaia. Nós podemos ser o modelo para o mundo. Espero que o Governo compreenda isso e não nos prive desse benefício. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (DILCEU DAL BOSCO) - Com a palavra, o Sr. Marcelino Ferreira da Paixão, produtor rural de Nova Xavantina; e, na sequência, o Sr. Luiz Omar Pichetti.

O SR. MARCELINO FERREIRA DA PAIXÃO - Primeiramente, cumprimento o Deputado Riva, e, em seu nome, os demais Deputados; em nome do Prefeito Municipal de Nova Xavantina, Gercino Caetano Rosa, cumprimento os demais Prefeitos, Secretários, Vereadores e demais autoridades presentes.

Gostaria de dizer aos nobres Deputados que o Município de Nova Xavantina foi fundado há mais de 44 anos. Portanto, não há área nenhuma que não tenha agricultura e pecuária consolidadas. Nós temos uma área superior a 560 mil hectares, sendo que 200 e poucos mil hectares foram classificados no 2.3.13. Isso é inaceitável! Porque, nessa área, temos mais de mil produtores, entre eles grandes e pequenos produtores, morando, explorando e desenvolvendo suas atividades rurais, gerando emprego e renda, melhor qualidade de vida e garantindo a existência do homem dentro da terra.

Por isso, é que pedimos, nobres Deputados, que, ao votarem, lembrem de Nova Xavantina.

O meu velho pai tinha um ditado que dizia assim: Não quero que nos considere mais alto do que urubu, mas, também, não quero que considere o Município de Nova Xavantina mais baixo do que um tatu.

Precisamos também, Deputados, ter coragem, os nossos Deputados Estaduais e Federais, e colocar o IBAMA, a SEMA para exercer o seu verdadeiro papel de órgão público, que atenda, itinerantemente, os nossos municípios, proferindo aulas ambientais aos nossos agricultores do presente e do futuro, para que no futuro não venha reprimir, com a ausência do Governo do

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO
ECOLÓGICO, REALIZADA EM BARRA DO GARÇAS, NO DIA 04 DE ABRIL DE 2009, ÀS
09:00 HORAS.

Estado, em muitas áreas dessas, abusivamente com muitas despropositais à capacidade de cada um.

É por isso que pedimos que coloque esses órgãos a serviço do nosso povo e assim ter uma agricultura, porque os nossos agricultores foram vítimas de tantos planos, fizeram um verdadeiro malabarismo para, hoje, continuar plantando. Não podemos deixar que os nossos governantes deixem de apoiar essa classe que tanto gerou emprego e renda par ao nosso Estado.

Muitos cidadãos, que protestam, dizendo que o agricultor é simplesmente um depredador do meio ambiente, têm que se lembrar que o pão que está na sua mesa, fomos nós que plantamos com muita dificuldade e não tivemos ar-condicionado, muitas vezes o sol acima de 60°.

Por isso, meus amigos, precisamos desse apoio. Ao invés de reprimir, precisamos é de conscientizar.

Por outro lado, nós, agricultores, precisamos ser mais unidos, porque precisamos produzir com responsabilidade social. Quando falo responsabilidade social, é aumentando a sua produtividade, sua qualidade e, principalmente, respeitando o meio ambiente, porque sabemos que o respeito ao meio ambiente é a melhor qualidade de vida para o nosso povo, para os nossos netos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (DILCEU DAL BOSCO) - Com a palavra, o Sr. Luis Omar Pichet...(AUSENTE). Com a palavra, o Sr. Reginaldo Greczyszn, representando o comércio de Querência; e, na sequência, o Sr. Francisco Cavalcante.

O SR. REGINALDO GRECZYSZN - Sr. Relator, em nome do qual cumprimento a mesa; senhoras e senhores, boa-tarde!

Acho que quase tudo que tinha que ser falado aqui, Srs. Deputados, com certeza foi falado.

Gostaria, em nome do comércio e de toda região, somente fazer uma indagação: Qual foi o critério utilizado para que nesse mapa do Zoneamento, dessa IV Região, Querência não seja citado como área de agricultura consolidada?

Naquele município, nós temos quase todas as grandes empresas e indústrias de tratores de máquinas agrícolas, representadas pelos seus concessionários.

Em Querência, 95% da população de Querência vive diretamente dos empregos que o setor agropecuário oferece. Querência já vem sendo penalizada por todas as questões ambientais que no Estado de Mato Grosso são deflagradas.

Então, Srs. Deputados, quero usá-los como ferramenta para indagar aos técnicos que criaram essa metodologia do Zoneamento, para saber, realmente, que critério foi utilizado para fazer e não incluir Querência como área consolidada?

A bem pouco tempo atrás, Srs. Deputados, aqui no Vale do Araguaia, ouvíamos uma expressão: “O Vale dos Esquecidos”. Votem o Zoneamento como ele está e, novamente, teremos essa cultura instalada, o Vale dos Esquecidos.

Eram essas as minhas palavras. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (DILCEU DAL BOSCO) - Com a palavra, o Sr. Francisco Cavalcante, Vereador de Canarana (AUSENTE). Portanto, encerramos aqui as palavras pela inscrição.

Quero dizer que qual missão é mais difícil, o Zoneamento que estamos fazendo, o trabalho de todos, ou organizar a lista de pessoas e oradores. Mas, enfim, foi excelente, maravilhoso! Todos que se inscreveram, salvo alguns que entenderam que foram contemplados, tiveram a oportunidade de falar.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO
ECOLÓGICO, REALIZADA EM BARRA DO GARÇAS, NO DIA 04 DE ABRIL DE 2009, ÀS
09:00 HORAS.

Então, agradeço de coração, em nome da Assembleia Legislativa, ao povo desta região, as pessoas que nos ajudaram, Deputado Adalto de Freitas - Daltinho, a todas as lideranças aqui presentes; aos movimentos sociais; ao setor produtivo; às ONGs; às prefeituras: às Câmaras, enfim, a todos que ajudaram a realizar esta Audiência Pública e o Seminário.

Vocês estão ajudando a construir a nova história do nosso querido Estado de Mato Grosso! Um abraço a todos!

Está encerrada a presente Audiência Pública para discutir o Zoneamento (PALMAS).

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:
 - Aedil Lima Gonçalves;
 - Cristina Maria Costa e Silva;
 - Donata Maria da Silva Moreira;
 - Isabel Luíza Lopes;
 - Tânia Maria Pita Rocha;
- Revisão:
 - Ila de Castilho Varjão;
 - Nilzalina Couto Marques;
 - Regina Célia Garcia;
 - Rosa Antonia de Almeida Maciel Lehr;
 - Rosivânia de França Daleffe.